

UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA
INSTITUTO SUPERIOR DE ECONOMIA E GESTÃO



DAS
RAZÕES POLÍTICAS DA SADCC
ÀS
RAZÕES ECONÓMICAS DA SADC

por

Luís Bernardo Nunes Mexia Castelo Branco

Constituição do Júri

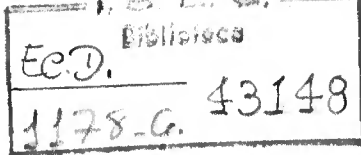
Presidente: Professor Doutor Adelino Augusto Torres Guimarães.

Vogais: Professor Doutor António José Fernandes.

Professor Doutor Fernando Jorge Cardoso.

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Desenvolvimento e Cooperação Internacional sob a orientação do Professor Doutor Fernando Jorge Cardoso.

LISBOA, 1996.



HC900
C37
1996

UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA

INSTITUTO SUPERIOR DE ECONOMIA E GESTÃO



DAS
RAZÕES POLÍTICAS DA SADCC
ÀS
RAZÕES ECONÓMICAS DA SADC

por

Luís Bernardo Nunes Mexia Castelo Branco

Constituição do Júri

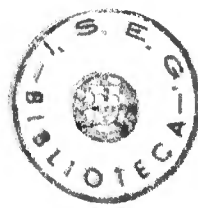
Presidente: Professor Doutor Adelino Augusto Torres Guimarães.

Vogais: Professor Doutor António José Fernandes.

Professor Doutor Fernando Jorge Cardoso.

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Desenvolvimento e Cooperação Internacional sob a orientação do Professor Doutor Fernando Jorge Cardoso.

LISBOA, 1996.



ÍNDICE

I PARTE

SIGLAS.....	i
INTRODUÇÃO.....	1
<u>I - A ÁFRICA AUSTRAL NA SEGUNDA METADE DOS ANOS 70.....</u>	3
1.1.- A DESCOLONIZAÇÃO PORTUGUESA: ALTERAÇÃO DO EQUILÍBRIO REGIONAL.....	3
1.2.- A CONSTITUIÇÃO DOS ESTADOS DA LINHA DA FRENTE.....	6
1.3.- A POSIÇÃO DE IAN SMITH NA RODÉSIA.....	9
1.3.1.- Da Independência de Moçambique à Conferência de Lancaster House.....	10
1.3.2.- As Sanções Económicas.....	11
1.4.- A POLÍTICA DA RAS PARA A REGIÃO: ESTRATÉGIA TOTAL NACIONAL.....	14
<u>II - O PROJECTO DE CONSTELAÇÃO DE ESTADOS.....</u>	16
2.1.- OS MEMBROS.....	16
2.2.- OBJECTIVOS.....	18
2.3.- RESULTADOS.....	22
2.3.1.- A Alteração de Poder no Zimbabwe-Rodésia.....	22
2.3.2.- A Resposta dos Estados da Região.....	23
<u>III - A CRIAÇÃO DA CONFERÊNCIA DE COORDENAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA ÁFRICA AUSTRAL (SADCC).....</u>	25
3.1.- AS PRIORIDADES DA SADCC.....	27
3.2.- A ESTRUTURA DA SADCC.....	30
<u>IV - A DEPENDÊNCIA FACE À ÁFRICA DO SUL. ANÁLISE DE QUATRO SECTORES FUNDAMENTAIS.....</u>	35
4.1.- TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES.....	35
4.2.- RELAÇÕES COMERCIAIS.....	41
4.3.- INVESTIMENTOS.....	44
4.4.- FLUXOS MIGRATÓRIOS.....	48
<u>V - EVOLUÇÃO DA SADCC NOS ANOS 80.....</u>	51

5.1.- A ÁFRICA DO SUL FACE A ESTA ORGANIZAÇÃO.....	51
5.1.1.- Os Custos da Desestabilização.....	58
5.1.2.- As Sanções Contra a África do Sul.....	59
5.2.- A COMUNIDADE INTERNACIONAL E A SADCC.....	63
5.2.1.- A Comunidade Europeia.....	64
5.2.2.- Os Estados Unidos da América.....	65
5.2.3.- Os Países Nórdicos.....	67
5.3.- OS PRINCIPAIS PROBLEMAS SADCC.....	69
<u>VI - O FIM DA SADCC E O NASCIMENTO DA SADC.....</u>	<u>77</u>
6.1.- O AMBIENTE INTERNACIONAL NO FIM DOS ANOS 80 E AS SUAS CONSEQUÊNCIAS NA ÁFRICA AUSTRAL.....	77
6.2.- A COMUNIDADE DO DESENVOLVIMENTO DA ÁFRICA AUSTRAL (SADC).....	82
CONCLUSÃO.....	90
BIBLIOGRAFIA.....	93

II PARTE

ANEXOS.....	105
-------------	-----

I PARTE

ÍNDICE DE SIGLAS
MAIS UTILIZADAS.

- ANC - African National Congress.
 AWEPA - Association of West European Parliamentarians Against Apartheid.
 CEE - Comunidade Económica Europeia.
 CIDAC - Centro de Informação e Documentação Amílcar Cabral.
 CIIR - Catholic Institut of International Relations.
 CMA - Common Monetary Area.
 CODESA - Convention for a Democratic South Africa.
 COSATU - The Congress of South Africa Trade Unions.
 DTA - Democratic Turnhalle Aliance.
 ESKOM - South Africa Electricity Supply Commission.
 EUA - Estados Unidos da América.
 FMI - Fundo Monetário Internacional.
 FNLA - Frente Nacional para a Libertação de Angola.
 FRELIMO - Frente de Libertação de Moçambique.
 HWS - Highlands Water Scheme.
 IEEI - Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais.
 LLA - Lesotho Liberation Army.
 MNR - Movimento Nacional de Resistência.
 MPLA - Movimento Popular de Libertação de Angola.
 NOEI - Nova Ordem Económica Internacional.
 OCDE - Organização de Cooperação e Desenvolvimento Económico.
 ONU - Organização das Nações Unidas.
 OPEP - Organização dos Países Exportadores de Petróleo.
 OUA - Organização de Unidade Africana.
 PAC - Pan-Africanist Congress.
 PTA - Preferential Trade Area for Eastern and Southern Africa.
 RAS - Republica da África do Sul.
 RENAMO - Resistência Nacional Moçambicana.
 SACCAR - Southern African Centre for Cooperation in Agricultural Research.
 SACU - Southern African Customs Union.
 SADC - Southern African Development Community.
 SADCC - Southern African Development Coordination Conference.
 SADF - Southern African Defense Forces.
 SALC - Southern African Labour Commission.
 SATCC - Southern African Transport and Communication Commission.
 SATS - South Africa Transport System.
 SWAPO - South West People's Organization.
 TAZARA - Tanzania-Zambia Railway Authority.
 TEBA - The Employment Bureau of Africa.
 UANC - United African National Council.
 UDI - Unilateral Declaration of Independance.
 UNITA - União Nacional para a Independência Total de Angola.
 URSS - União das Repúblicas Socialistas Soviéticas.
 USAID - United States Agency for International Development Research and Training.
 UTA - Unidade Técnica de Apoio.
 ZANU - Zimbabwe African National Union.
 ZAPU - Zimbabwe African People's Union.
 ZUPO - Zimbabwe United People's Organization

INTRODUÇÃO

O objecto de estudo desta dissertação é a análise da "Southern African Development Coordination Conference" (SADCC), da sua génese à sua transformação em "Southern African Development Community" (SADC). Cronologicamente, incidirá sobre o período de vigência da SADCC (1980-1992), não descurando, porém, a análise do contexto imediatamente anterior à criação da SADCC, ou seja, a segunda década dos anos 70, de maneira a melhor enquadrar e explicar as razões do aparecimento desta organização.

Os vários capítulos desta dissertação, estão divididos em três grandes partes:

Numa primeira parte, será analisada a situação regional na segunda metade dos anos 70. Para o desenrolar dos acontecimentos na região, a data de 25 de Abril de 1974 reveste-se de especial importância. Com a revolução em Portugal, os equilíbrios na África Austral vão-se alterar radicalmente. As descolonizações de Angola e de Moçambique, foram determinantes para os movimentos de libertação da região (SWAPO, ZANU, ZAPU, ANC e PAC), na sua luta contra os regimes minoritários de Pretória e Salisbúria.

É neste novo contexto regional, que vai emergir a organização dos Estados da Linha da Frente, cujo grande objectivo era o apoio à luta dos movimentos que se opunham ao regime rodesiano e ao regime do Apartheid. Para além disso, será sob a égide dos Estados da Linha da Frente que surgirá a SADCC. Esta ligação materna marcará fortemente a nova organização, imprimindo um forte cariz político à SADCC. Por outro lado, enquanto o regime rodesiano começa a tomar consciência da fragilidade da sua posição, a África do Sul começa a delinear a sua política para a região, a chamada "Estratégia Total Nacional", na qual se prevê o projecto de Constelação de Estados.

Numa segunda parte, será analisada a SADCC, tendo em atenção todo o processo conducente à sua criação, o seu modo de funcionamento e as suas principais prioridades. Em relação às prioridades, merecerá especial destaque o sector dos transportes, considerado como fundamental, enquanto tentativa de quebrar a dependência face à África do Sul.

Atendendo a uma série de condicionalismos históricos, características geográficas e conjuntura específica, os países da África Austral, encontravam-se inequivocamente dependentes da África do Sul. Este tipo de situação era particularmente prejudicial para os estados da região, já que o tipo de influência que a África do Sul pretendia exercer sobre eles, se assemelhava em muitos aspectos ao colonialismo, de cujos laços estes países, ainda há pouco, se tinham libertado. O projecto de Constelação de Estados encarava, na prática, essa pretensão do governo sul-africano.

A SADCC, vai tomar uma atitude deveras corajosa, ao anunciar como um dos seus grandes objectivos, senão o maior, o desejo de ruptura em termos da dependência económica, em geral e mais concretamente, em relação à África do Sul. Este objectivo era extremamente ambicioso, já que desafiava simultaneamente a África do Sul e conduzia ao fracasso a ideia de Pretória criar uma Constelação de Estados da região. Assim, a partir do momento em que é criada a SADCC, vai-se assistir a um braço de ferro entre as duas partes envolvidas.

A fim de se confirmar estes propósitos, proceder-se-à à análise do relacionamento entre a África do Sul e os membros da SADCC em quatro sectores fundamentais, nomeadamente o sector dos Transportes e Comunicações, Relações Comerciais, Investimento e Fluxos Migratórios. Através desta análise pretende-se demonstrar o elevado grau de dependência existente em relação à África do Sul, ao mesmo tempo que ficará evidente o longo caminho que os membros da SADCC terão que percorrer para alcançarem a sua "libertação económica".

Analisadas as relações ao nível destes quatro sectores chave, aperceber-nos-emos da relação de forças existente na região. De entre todos os estados da África Austral, a África do Sul destaca-se claramente, assumindo o papel de potência regional. A particularidade desta região, reside no facto dessa potência regional, se pautar por uma doutrina oficial baseada na discriminação racial.

Numa terceira parte, será analisada a evolução da SADCC nos anos 80 e todo o processo de transformação internacional e regional que antecedeu a criação da SADC. Perante a criação da SADCC, Pretória vai responder através da Política de Desestabilização, a qual atingiu, em maior ou menor grau, todos os países da região. Esta política sul-africana, aliada a condições climáticas adversas, condições internacionais desfavoráveis e erros de governação dos países da região, permitem explicar a grave situação económica em que se encontram actualmente muitos destes países.

Veremos como a SADCC contará principalmente com o apoio internacional, nomeadamente, da CEE, EUA e Países Nórdicos. Com base nos resultados decorrentes de vários anos de existência, analisar-se-á, ainda, o papel da SADCC, procurando destacar os grandes problemas então enfrentados.

Finalmente, será abordada a evolução da situação internacional, nos finais dos anos 80, e as suas consequências para a África Austral. Abordar-se-á o caso da Namíbia, e a questão particular de Walvis Bay, bem como os acordos de paz de Angola e Moçambique. Especial atenção será prestada à transição operada na RAS, tendo em atenção os propósitos do ANC sobre o futuro relacionamento económico regional.

Perante esta nova realidade, a SADCC, demasiadamente centrada nas questões políticas, transforma-se, dando lugar à SADC, com objectivos económicos claramente mais ambiciosos, sendo estes a sua principal preocupação. A verdade é que, num mundo que caminhava para a criação de blocos económicos cada vez mais sólidos, os países da região aperceberam-se que também tinham que enveredar pelo mesmo caminho na tentativa de resistir num mundo cada vez mais competitivo.

A metodologia utilizada nesta dissertação baseia-se exclusivamente em fontes escritas, as quais poderão ser divididas em obras de carácter geral sobre o continente africano e obras específicas sobre a região da África Austral ou sobre os países que a compõem. Foram utilizados artigos de revistas e jornais com características semelhantes às anteriormente referidas. Recorreu-se, também, a toda uma série de trabalhos efectuados no âmbito de várias universidades, sobre a questão da África Austral. Por último, foram também utilizados vários documentos elaborados pela própria SADCC.

O que se pretende demonstrar nesta dissertação, é que, apesar da SADCC ter sido criada como uma organização com objectivos económicos, teve que concentrar a sua actuação no campo político. Este posicionamento da SADCC, deveu-se, basicamente, à constatação das realidades regionais. Atendendo ao grau de interdependência económica existente, entre a RAS e a grande maioria dos estados da região, era impossível que a SADCC viesse a desempenhar um relevante papel económico ao excluir totalmente e hostilizar a RAS. Por outro lado, face à hostilidade e agressividade do regime sul-africano, qualquer esforço de desenvolvimento eficaz e autónomo, por parte dos estados da região, seria inviável. Assim sendo, era vital que o primeiro objectivo a alcançar fosse contribuir para o fim do Apartheid, contribuição essa que deveria ser prestada no âmbito da luta de libertação da África Austral. A transformação em SADC, não representa mais do que o reconhecimento de que, face às novas realidades internacionais e regionais, um cunho político tão marcado já não era necessário, uma vez que o travão ao desenvolvimento regional que a RAS representava, havia desaparecido. Era agora necessário, um maior empenhamento nas questões económicas.

CAPÍTULO I

A ÁFRICA AUSTRAL NA SEGUNDA METADE DOS ANOS 70

O conjunto de países que formam a África Austral (África do Sul, Angola, Botswana, Lesotho, Malawi, Moçambique Namíbia, Suazilândia, Tanzânia, Zâmbia e Zimbabwe)¹, estão dotados de enormes potencialidades capazes de transformar a região numa zona próspera.

Para além de existirem consideráveis depósitos de carvão, petróleo, gás natural e de recursos energéticos derivados das capacidades hidroeléctricas, a região é rica em diversos minerais tais como: ferro, zinco, tungsténio, níquel, manganésio, cobalto, crómio, vanádio, titânio, berílio, cobre, chumbo, antimónio, tantalite, platina, fluorite, enxofre, fosfatos, potassa, pedras calcárias, sílica, sódio, mica, alabastro, caulinos, feldspato, ouro, urânio, prata, diamantes, esmeraldas e ágata².

As potencialidades da região no campo agrícola são imensas. Porém, esta realidade não tem sido bem aproveitada, uma vez que a área cultivada se situa bem abaixo da existente. Esta situação deve-se, em parte, à falta de equipamentos agrícolas e, em parte, às condições adversas criadas quer pela natureza quer pelo homem. Em condições ideais, a África Austral poderia converter-se num fornecedor mundial de alimentos.

Para além da importância decorrente das suas riquezas e condições naturais, a África Austral era também uma zona considerada importante devido ao seu valor geoestratégico, numa época em que o mundo se caracterizava pelo conflito Leste/Oeste.

Se, por um lado, é positiva a existência de tanta riqueza, por outro lado, ela é simultaneamente negativa, já que vai despertar a cobiça de outros actores fora da região, os quais vão fomentar a manutenção dos conflitos existentes.

Devido a toda uma série de acontecimentos regionais, que vão desde as independências de Angola e Moçambique até ao começo da transição democrática na RAS, as questões de natureza estratégica acabam por estar no centro das relações regionais, desde meados dos anos 70 até início dos anos 90, precisamente a época abrangida por este trabalho.

1.1. A DESCOLONIZAÇÃO PORTUGUESA: ALTERAÇÃO DO EQUILÍBRIO REGIONAL.

Antes de 1974, poucos eram aqueles que acreditavam que uma alteração tão radical, como a que se veio a dar, pudesse acontecer na África Austral. A imutabilidade da situação na região parecia convencer os próprios EUA, facto claramente demonstrado pela opinião de Henry Kissinger. Num relatório elaborado em Agosto de 1969, Kissinger afirmava que os movimentos de libertação em Angola, Moçambique, Rodésia, Namíbia e RAS, seriam incapazes de derrubar as minorias brancas no poder.³

¹ Alguns autores, incluem dentro da região da África Austral o Zaire, devido às ligações que existem entre a zona mineira do Shaba e os portos situados no sul do continente africano. Para efeitos deste trabalho, o Zaire não será considerado como fazendo parte desta região.

² Elaine A. Frieland: "The Southern African Development Coordination Conference and the West: Cooperation or Conflict?", in *The Journal of Modern African Studies*, 23, 2, p. 228.

³ Stephen Chan: "Exporting Apartheid - Foreign Policies in Southern Africa 1978-1988". p. 18.

Os processos de independência, na sua grande maioria, sobretudo quando comparados com o resto do continente, chegaram muito tarde à África Austral. Isto deveu-se, em parte, ao colonialismo português que se mostrou mais resistente do que a versão inglesa perante o avanço do nacionalismo africano. Outra razão, terá sido a existência, nestes territórios, de fortes minorias brancas, as quais estavam fortemente enraizadas à terra. Estes factores, terão determinado, o carácter particularmente violento dos processos de auto-determinação na zona.

Com a revolução portuguesa de 25 de Abril de 1974, e as consequentes independências de Angola e Moçambique, desencadeou-se um processo que levaria ao fim do equilíbrio regional existente, provocando profundas alterações.

A zona da África Austral caracterizava-se pela existência de uma grande interdependência entre os seus membros, a qual se desenvolveu, sobretudo, a partir do século XIX com o aparecimento de diamantes e ouro na África do Sul⁴. Estas descobertas não se limitaram ao território sul-africano, tendo sido encontrados depósitos de carvão na Rodésia do Sul e de cobre na Rodésia do Norte.

A descoberta destes recursos minerais, implicou, a necessidade de desenvolver um sistema de transportes que permitisse transportar estas riquezas das zonas de exploração para as zonas costeiras. Nesse sentido, começaram a ser construídos caminhos de ferro e portos destinados a satisfazer tais carências. Dentro deste contexto, adquiriram especial importância o porto de Lourenço Marques, vital para a zona do Transvaal, assim como o porto da Beira imprescindível para Salisbúria. Em Angola, surgiu o caminho de ferro de Benguela, o qual uniu o porto de Lobito à zona produtora de cobre situada nos então Congo Belga e Rodésia do Norte. Em pouco tempo, o sistema de transportes, para além de ligar as áreas de exploração mineral ao resto do mundo, permitiu o desenvolvimento das trocas comerciais entre os estados da região.

As difíceis condições nas minas, aliadas à falta de equipamento e trabalhadores especializados, criaram uma enorme necessidade de mão de obra não qualificada. Esta situação implicou uma grande procura em termos de recrutamento, em larga escala, de trabalhadores africanos. Tudo isto levou a que, na região, o número de trabalhadores emigrantes começasse a ser cada vez mais elevado, crescendo, de acordo com as necessidades das minas, das fazendas agrícolas e mais tarde também das fábricas.

Com a continuação da exploração dos recursos minerais e o crescimento do sistema de transportes, foram aprofundadas as relações económicas na região. Em todo este processo, o papel preponderante desempenhado pela economia sul-africana tornou-se cada vez mais evidente.

Com o 25 de Abril e as descolonizações de Angola e Moçambique, deram-se profundas alterações na África Austral:

- Verificou-se um aumento da importância estratégica da África Austral, a qual se pode constatar através das intervenções directas ou indirectas das duas superpotências na região. Convém não esquecer que o grupo de países desta zona, concentram em si, um conjunto de recursos importantes para o mundo. A própria África do Sul, enquanto fonte de matérias primas essenciais, era, no final dos anos 70, um alvo desejado pelas duas superpotências, uma vez que detinha importantes produções e reservas de minerais vitais. A parte da RAS na produção mundial de ouro (excluindo a URSS) era

⁴ Os diamantes foram descobertos na zona de Kimberley em 1867. O ouro, foi descoberto em 1884, na parte Este da então república boer do Transvaal e em 1886 na zona de Witwatersrand. Jesmond Blumenfeld: "Economic Interdependence in Southern Africa: From Conflict to Cooperation?", p.14.

enorme, apesar de ter decaído de 70% em 1980 para 37% em 1987⁵, devendo-se tal queda a uma diminuição do ouro extraído e ao aumento da extracção noutras partes do mundo. Mas para além do ouro, a RAS, tinha importantes reservas mundiais de outros minerais, tal como se pode verificar no seguinte quadro⁶:

PRODUÇÃO E RESERVAS MUNDIAIS DE QUATRO MINERAIS ESSENCIAIS

MINERAL	EUA (%)	ÁFRICA DO SUL (%)	URSS (%)
CRÓMIO			
Produção	--	33.0	24.5
Reservas	--	66.4	2.9
MANGANÉSIO			
Produção	--	20.9	45.8
Reservas	--	37.2	50.7
VANÁDIO			
Produção	17.6	42.3	27.9
Reservas	0.7	49.4	45.9
PLATINA			
Produção	0.1	47.5	47.5
Reservas	0.1	73.2	25.1

FONTE: US Bureau of Mines, Mineral Commodity Summaries 1980, citado em Stephen Chan: "Exporting Apartheid - Foreign Policies in Southern Africa 1978/1988.", p.277.

- A independência de Moçambique, possibilitou um aumento do fornecimento de material militar e logístico aos movimentos de libertação do Zimbabwe, facto que aliado a uma maior eficácia das sanções económicas iria marcar o princípio do fim do regime rodesiano.

- Em Angola, a retirada portuguesa permitiu que membros da SWAPO passassem a gozar de uma maior liberdade de movimentos em termos de preparação dos ataques contra as forças sul-africanas estacionadas na Namíbia. A SWAPO instalou campos de treino e de apoio no sudoeste angolano, o que provocou a inquietude dos sul-africanos, facto que ajudará a explicar a utilidade do apoio que mais tarde o governo de Pretória dará à UNITA.⁷

- Com a independência de Angola e Moçambique e a sua adesão ao socialismo, bem como as suas ligações aos regimes comunistas, passando nomeadamente pela intervenção directa de Cuba e da União Soviética em Angola, a África do Sul viu a ameaça comunista chegar às suas fronteiras. O cordão sanitário que até então protegia a África do Sul e que inviabilizava um aumento da actividade dos movimentos

⁵ Leo Katzen: "South Africa - Economy", p.776

⁶ A importância destes minerais advém da sua utilização em variadíssimos sectores, tais como: a indústria da aviação, produção de armamentos, equipamentos electrónicos (cromio, manganésio e vanádio), fins energéticos (urânio). A platina era importante para o sector financeiro. R. Daniel McMichael: "Strategic Minerals", p.27.

⁷ Chester A. Crocker: "High Noon In Southern Africa. Making Friends in a Rough Neighborhood", p. 55.

nacionalistas que se opunham ao regime de Pretória⁸, havia desaparecido. Perante esta nova realidade, a África do Sul é forçada a alterar a sua política.

- A descolonização portuguesa, teve, assim como consequência, a alteração do equilíbrio de poderes na região colocando em cheque os regimes brancos da África do Sul e Rodésia. Esta questão, aliada ao facto da África do Sul ter sido mal sucedida na sua intervenção em Angola, aumentou a coordenação de esforços entre os países vizinhos. Assim, na Declaração de Dar-es-Salaam de 11 de Abril de 1975, os responsáveis africanos proclamaram a necessidade de: "Uma estratégia global destinada à libertação total da região, acentuando a necessidade de emancipação dos povos da Namíbia e Zimbabwe"⁹.

1.2. A CONSTITUIÇÃO DOS ESTADOS DA LINHA DA FRENTE.

Em finais de 1975, a conjuntura na África Austral tinha-se alterado radicalmente. Entre os estados independentes da região, começou a fazer-se sentir uma necessidade de maior coesão no sentido de se oporem às minorias brancas que ainda restavam na região.

O conceito de Estados da Linha da Frente nasceu no seio do Comité de Libertação da OUA e também na sequência do papel desempenhado pela Tanzânia como retaguarda de apoio para os movimentos da África Austral, sendo de assinalar, nomeadamente, o apoio prestado à FRELIMO durante a guerra colonial¹⁰.

A Tanzânia e a Zâmbia seriam os dois primeiros estados a formarem um grupo, o qual mais tarde daria lugar ao que ficaria conhecido como Estados da Linha da Frente. O Botswana entrará em 1975, Moçambique e Angola, juntar-se-ão a estes países após as respectivas independências, em Junho e Novembro de 1975. O Zimbabwe, aderirá em 1980. A Namíbia, logo após alcançar a independência, em 1990, também aderirá.

Estes estados, consideravam-se como estando na "linha da frente" em termos de luta contra as minorias brancas na Rodésia (até 1980) e, contra a minoria branca na África do Sul e na Namíbia, considerando ser seu dever o apoio aos movimentos que lutavam contra estes regimes.

Os Estados da Linha da Frente, passaram a encontrar-se regularmente, sobretudo em Dar-es-Salaam e Lusaka e com menos frequência em Gaborone e Maputo. Devido ao conflito angolano, Luanda foi preterida como local de reunião, nesta fase inicial. Estes encontros tinham como objectivo fundamental a necessidade de coordenar esforços, recursos e estratégias de apoio aos movimentos de libertação nacional.

Logo após a sua criação, em 1976, dois problemas absorveram a atenção dos Estados da Linha da Frente:

- O primeiro tinha a ver com o problema angolano, ou seja, qual das partes deveria ser apoiada na impossibilidade de um compromisso entre as mesmas. Alguns países mostravam-se favoráveis à UNITA e à FNLA, enquanto outros, manifestavam

⁸ ANC (African National Congress) e a sua ala militar Umkhonto we Sizwe (Lança da Nação); PAC (Pan-Africanist Congress) realizou vários ataques através da sua ala militar Poqo (Nós Próprios).

⁹ Elikia M' Bokolo: "L' Afrique au XX siècle. Le Continent Convoité". p. 315.

¹⁰ É devido a este papel desempenhado pela Tanzânia no campo político que vai justificar a sua inclusão na região da África Austral. Tradicionalmente, a Tanzânia mantinha ligações económicas com o Quênia e com o Uganda.

especial simpatia pelo MPLA. A existência dos Estados da Linha da Frente, evitou que os seus membros tomassem decisões isoladamente, o que poderia contribuir para o agravamento da questão. Porém, a partir do momento em que Pretória resolve apoiar a UNITA, as opções dos Estados da Linha da Frente desapareceram, tornando-se óbvia a necessidade de apoiar o MPLA.

- A outra questão que surgiu referia-se ao problema rodesiano. Após a independência de Moçambique, passaram a verificar-se melhores condições para a coordenação da luta, a todos os níveis, contra o regime de Ian Smith. Neste contexto, não fazia sentido a continuação da existência de dois movimentos, que não se entendiam apesar de terem o mesmo objectivo final, que consistia em derrubar o governo de minoria branca. Será sob os auspícios dos Estados da Linha da Frente que surgirá a Frente Patriótica, composta pela ZAPU de Joshua Nkomo e a ZANU de Robert Mugabe¹¹.

Em todo o lento processo negocial que levaria à conferência de Lancaster House, os Estados da Linha da Frente apoiaram a ZAPU e a ZANU, tomando parte activa na elaboração e na apreciação das propostas que iam sendo feitas quer por iniciativa dos EUA, através de Henry Kissinger, quer através dos britânicos.

Durante as negociações que levariam à assinatura do acordo final de Lancaster House e à consequente independência do Zimbabwe, os Estados da Linha da Frente tiveram uma actuação muito importante. No início das negociações, os movimentos nacionalistas radicalizaram as suas posições, situação, que a manter-se, ameaçava eternizar o conflito, agravando ainda mais o ambiente regional.

A continuação desta situação era particularmente grave para alguns dos Estados da Linha da Frente, como era o caso da Zâmbia e de Moçambique, os quais enfrentavam extremas dificuldades económicas derivadas deste conflito. Perante isto, os referidos Estados tiveram que adoptar uma posição de força, pressionando os movimentos a aceitar o acordo, desde que as principais questões fossem garantidas, evitando que o processo fosse entravado por pequenos detalhes. Se tal posição, de carácter mais tolerante não fosse adoptada, os Estados da Linha da Frente ameaçavam retirar o seu apoio aos movimentos. O próprio Robert Mugabe confirma a pressão sofrida:

"Foram Nyerere, Kaunda e Machel que nos persuadiram a ir a Lancaster House. Eles até nos advertiram para não assumir-mos posições inflexíveis, tais como rejeitar a inclusão das forças rodesianas no novo exército"¹².

Os Estados da Linha da Frente, tinham interesse em resolver a questão rodesiana rapidamente, uma vez que o prolongamento do impasse, para além de consequências

¹¹ Apesar de todos os esforços, os problemas entre estes dois movimentos ir-se-ão manter mesmo após a independência do Zimbabwe. Na base dos mesmos, para além do choque de personalidades, estavam diferentes bases de apoio:

- A Zimbabwe African People's Union (ZAPU), liderada por Joshua Nkomo, apoiava-se num dos dois maiores grupos étnicos do território rodesiano, os matabele, representando cerca de 20% do total da população negra. No contexto regional contava com o apoio da Zâmbia e internacionalmente contava com as simpatias da URSS.

- A Zimbabwe African National Union (ZANU), de Robert Mugabe, era apoiado pelo outro grupo étnico maioritário, os shonas, que representavam cerca de 80% da população. Regionalmente, contava com o forte apoio de Moçambique e internacionalmente com o apoio da Rep. Popular da China.

¹² António Gumedes: "Robert Gabriel Mugabe, o Estadista Ideal". Revista ELO, nº18, Jan/Mar. 1994, p.39.

negativas no campo económico, poderia vir a provocar intervenções externas no conflito armado propriamente dito.

Desde o início, que os Estados da Linha da Frente se haviam comprometido a apoiar os movimentos de libertação na sua luta contra os regimes de minoria branca. Nesse sentido, adoptaram posições que, em maior ou menor grau, tiveram consequências particularmente graves em alguns casos. Nessa situação, encontramos Moçambique e a Zâmbia, países particularmente envolvidos na questão rodesiana e que, devido a tal, foram alvos das represálias rodesianas.

O governo de Moçambique, desde o primeiro momento, comprometeu-se a ajudar os movimentos que combatiam o regime de Salisbúria. Com esse objectivo, encerrou, em Março de 1976, as suas fronteiras com a Rodésia, no intuito de provocar ainda maiores dificuldades ao governo de Salisbúria, uma vez que, o território moçambicano era a via natural para o escoamento das exportações rodesianas.

A posição moçambicana provocou graves problemas aos rodesianos, os quais, mesmo assim, conseguiram atenuar parte dos seus efeitos. De facto, em 1974, antecipando-se à possível adopção de uma medida deste género por parte dos moçambicanos, o governo rodesiano decidiu construir um ramal desde Rutenga, na linha de ferro do Limpopo, de maneira a que se juntasse ao sistema sul-africano de transportes ferroviários em Beit Bridge¹³.

A atitude do governo moçambicano, aliada ao apoio dispensado aos movimentos de libertação, nomeadamente à ZANU, fez com que o território moçambicano passasse a ser alvo dos ataques das forças armadas rodesianas.

Por outro lado, esta atitude também implicou perdas directas na economia moçambicana, a qual dependia em grande medida dos ganhos que lhe advinham da utilização dos seus portos por parte da Rodésia. Calcula-se, de acordo com estimativas das Nações Unidas que, com a adopção desta medida, Moçambique, terá perdido 556 milhões de dólares entre o período de encerramento da fronteira com a Rodésia até à independência do Zimbabwe¹⁴.

Outro país duramente atingido, foi a Zâmbia. Antes da sua independência em 1964, a Zâmbia via chegar 1/3 das suas importações através da Rodésia do Sul, enquanto que grande parte do restante chegava via África do Sul. Quando foram impostas pela primeira vez sanções contra a Rodésia, após a declaração unilateral de independência, a Zâmbia mostrou-se desde o primeiro momento disposta a cumpri-las, apesar das consequências negativas que tal posição acarretaria para a economia zambiana.

Em Janeiro de 1973, devido ao aumento das actividades da guerrilha vinda do território zambiano, a Rodésia fechou a sua fronteira com a Zâmbia. O governo de Lusaka, em retaliação, declarou que manteria a fronteira permanentemente fechada, apesar da decisão rodesiana de a reabrir. A partir de então, a Zâmbia reorientou as suas exportações de cobre para outros destinos, nomeadamente para a Tanzânia, provocando enormes perdas para os caminhos de ferro rodesianos¹⁵.

¹³ Jesmond Blumenfeld, op. cit., p.53.

¹⁴ Johnson & Martin, 1986, pág.17, citado em Hans Abrahamsson & Anders Nilsson: "Moçambique em Transição - Um Estudo da História de Desenvolvimento durante o Período de 1974-1992.", p.90.

¹⁵ Apesar desta decisão, a Zâmbia ver-se-ia obrigada, devido a pressões económicas e militares, a reabrir a fronteira em Outubro de 1978. William Minter & Elizabeth Schmidt: "When Sanctions Worked: The Case of Rhodesia Reexamined." in African Affairs, vol.87, 347, April 1988, p.213.

O Presidente da Zâmbia, Kenneth Kaunda, embora consciente dos riscos que corria, justificava assim a sua posição:

"Depois da declaração de independência, passámos a apoiar todos os movimentos de libertação desta zona (África Austral). Era nossa obrigação. Desde o início que para nós foi uma questão de princípio"¹⁶.

Para a decisão de Kaunda não pesaram apenas questões económicas, facto que fica demonstrado pelas suas afirmações:

"Nós concordámos em boicotar a África do Sul e a Rodésia quando as Nações Unidas decidiram o boicote à Rodésia. Não o poderíamos ter feito se estivéssemos presos à economia. Portanto, o motivo principal foram princípios políticos"¹⁷.

Estas afirmações de Kenneth Kaunda vêm, mais uma vez reforçar a ideia de que, durante o período que abrange as independências de Angola e Moçambique, até à transição na África do Sul, incluindo os conflitos que existiram, as questões de índole estratégica mantiveram-se no centro das relações regionais.

Em conclusão, podemos afirmar que a posição adoptada pela Zâmbia, se baseou exclusivamente numa questão de solidariedade para com os povos em luta, tanto mais que, devido aos condicionalismos geográficos e conseqüente vulnerabilidade, a Zâmbia poderia ter sido dispensada de adoptar as sanções decretadas contra a Rodésia.

1.3. A POSIÇÃO DE IAN SMITH NA RODÉSIA

Após a dissolução da Federação da África Central¹⁸ em 1963, dois dos seus três membros caminharam rapidamente para a independência. A Niassalândia alcançou a independência em 1964 adoptando o nome de Malawi, a Rodésia do Norte, apesar de ter tido um processo mais complicado, também alcançou a independência no mesmo ano, passando a designar-se por Zâmbia.

A evolução na Rodésia do Sul foi diferente. Era nesta colónia que se concentravam grande parte dos brancos existentes na antiga Federação, os quais se opunham à ideia de conceder a independência à Rodésia do Sul segundo os moldes praticados pela Grã-Bretanha¹⁹.

Em 11 de Novembro de 1965, o partido da minoria branca, a Frente Rodesiana, liderada por Ian Douglas Smith, proclama unilateralmente a independência do

¹⁶ Entrevista de José Freire Antunes a Kenneth Kaunda, Jornal Diário de Notícias, nº45964, 26/01/95.

¹⁷ Idem, Ibidem.

¹⁸ A Federação da África Central tinha sido criada em 1953. O seu aparecimento deveu-se, sobretudo, à Rodésia do Norte que, perante o começo da organização das populações negras, forçou a que o antigo projecto da Federação fosse retomado. A existência da Federação, beneficiava os brancos e, dentro destes, aqueles que eram oriundos da Rodésia do Sul, uma vez que, as sociedades mineiras passaram as suas sedes de Londres para Salisbúria.

¹⁹ Em relação à descolonização dos seus territórios ultramarinos, a Grã-Bretanha defendia o princípio da transição para a "majority rule", ou seja, a regra da maioria que, na prática, implicava entregar o poder à população negra.

território. A partir deste momento, os líderes rodesianos vão começar a sofrer as consequências desta sua atitude.

1.3.1. Da Independência de Moçambique à Conferência de Lancaster House.

Apesar de todas as contrariedades, o regime rodesiano ia conseguindo sobreviver. Porém, a situação agravou-se com a independência de Moçambique em 1975. Apesar da África do Sul ser o único vizinho amigo da Rodésia, o primeiro ministro sul-africano, John Vorster, de acordo com a sua política de Detente, demarcou-se do radicalismo de Smith²⁰. Dentro desta linha de conduta, Vorster ordenou a retirada de todas as unidades de polícia sul-africana estacionadas na Rodésia.

Embora podendo parecer incoerente, à primeira vista, esta posição adoptada pelos sul-africanos tinha uma lógica subjacente. Após a independência de Angola e Moçambique, Pretória viu desaparecer o seu cordão sanitário, passando a ter, às suas portas, governos negros de ideologia marxista-leninista e, logicamente, anti-apartheid. Perante isto, o governo sul-africano sabia que o actual governo rodesiano tinha os dias contados. Era então preciso evitar a subida ao poder, na Rodésia, de um governo radical oriundo da ZANU e/ou da ZAPU, para o que era necessária uma transição para a "majority rule" apoiada nos partidos internos moderados, nomeadamente no bispo metodista Abel Tendekayi Muzorewa.

No intuito de se resolver a questão rodesiana, várias iniciativas surgiram, nomeadamente por parte dos EUA e, mais concretamente, do seu secretário de estado, Henry Kissinger. O plano proposto por Kissinger em 1976, seria rejeitado na Conferência de Genebra de 1977, quer pelos movimentos nacionalistas apoiados pelos Estados da Linha da Frente, quer por Ian Smith²¹. Perante este impasse, a luta armada intensificou-se de ambos os lados.

O governo de Salisbúria, ao aperceber-se da importância do território moçambicano para a luta dos movimentos nacionalistas, nomeadamente a ZANU, decidiu que era necessária uma acção mais profunda para neutralizar o apoio deste país aos guerrilheiros. Neste sentido e sob orientação do Serviço Aéreo Especial da Rodésia e do então Chefe dos Serviços Secretos rodesianos, Kenneth Flower, é fundado por André Matadi Matsangaissa²² o Movimento Nacional de Resistência (MNR), mais tarde designado Resistência Nacional Moçambicana (RENAMO), o qual era integrado por indivíduos hostis à linha de orientação política adoptada pela FRELIMO.

Perante os resultados negativos dos encontros internacionais e devido à cada vez maior pressão sofrida, Ian Smith resolve negociar com os membros dos partidos internos, nomeadamente com Ndabaningi Sithole da ZANU interna, o bispo Abel Muzorewa e o seu partido o UANC (United African National Council) e Jeremiah Chirau, este último fundador, em 1976, da ZUPO (Zimbabwe United People's Organization).

²⁰ O próprio Ian Smith nunca conseguiu perdoar a posição sul-africana. Segundo ele, se não tivesse sido a traição da África do Sul, o seu governo teria sobrevivido. Para ele, a política de Detente de Vorster e de aproximação aos países da região, nomeadamente à Zâmbia, Tanzânia e Moçambique, traíram a Rodésia. Entrevista de José Freire Antunes a Ian Smith, Jornal Diário de Notícias, nº 45957, 19/01/95.

²¹ Os movimentos nacionalistas apenas aceitavam as propostas de Kissinger como ponto de partida para futuras negociações. Ao contrário, Ian Smith apenas aceitava o plano Kissinger se este fosse aceite sem emendas como documento final.

²² Em 1979, André Matsangaissa morre em combate, sendo substituído por Afonso Machaco Marseta Dhlakama.

Ao mesmo tempo que decorriam as negociações, Ian Smith tentou introduzir algumas reformas tendentes a minorar a discriminação racial. Perante o radicalismo das partes, o efeito destas medidas foi praticamente nulo²³.

Após as negociações, foi assinado em 3 de Março de 1978 aquilo que ficou conhecido por "Acordo Interno". Este acordo previa a transferência do poder para um governo de maioria negra já que no território viviam cerca de 260 mil brancos e 6,5 milhões de negros.

Ian Smith, juntamente com os três líderes negros moderados formariam um Supremo Conselho Executivo com uma presidência rotativa até à realização das eleições previstas para 20 de Abril de 1979. No conselho, as medidas tinham que ser tomadas por consenso, o que na prática permitia a Ian Smith bloquear qualquer questão que não lhe agradasse. Este acordo implicava a aceitação por parte dos brancos da "majority rule", no entanto, havia uma clara manipulação já que existia um conselho de ministros paritário, ou seja, cada ministério tinha um ministro negro e outro branco.

De acordo com o estipulado, as eleições realizaram-se em 1979, tendo o bispo Abel Muzorewa assumido o lugar de Primeiro Ministro mudando o nome do país para Zimbabwe-Rodésia. Dos 100 lugares do Parlamento, os brancos detinham 28 lugares apesar de representarem apenas 4% da população. Os brancos mantinham o direito de veto sobre qualquer reforma do sistema sócio-económico e continuaram a controlar o exército, a polícia, a justiça e a burocracia estatal.

Tanto a ZANU como a ZAPU declararam que não reconheciam os resultados eleitorais, no qual obviamente não participaram, considerando todo o processo como uma farsa. Idêntica posição manteve a comunidade internacional que se recusou a levantar as sanções impostas à Rodésia.

1.3.2. As Sanções Económicas.

Em Outubro de 1964, aproximadamente um ano antes da UDI²⁴, A Rodésia foi avisada de que se tomasse tal decisão seria sujeita a sanções, tendo, portanto, tempo para se preparar. O governo rodesiano, consciente desta situação, acabará por proclamar a UDI num momento favorável, ou seja, após a colheita de tabaco, produto essencial da economia rodesiana.

No dia a seguir à UDI, O Conselho de Segurança das Nações Unidas aconselhou os estados membros a não reconhecerem o governo rodesiano e a negar-lhe qualquer tipo de ajuda. Mais tarde, a 22 de Novembro de 1965, as Nações Unidas aprovaram uma resolução decretando o boicote político, ordenando sanções económicas e impondo um embargo de combustíveis à Rodésia.

Inicialmente o governo britânico pretendia apenas impor uma série limitada de sanções económicas, cujo propósito não era destruir Smith, mas torná-lo mais razoável, aconselhando o resto do mundo a adoptar idêntica posição. A primeira vaga de sanções britânicas incluíam a proibição de comprar açúcar e tabaco rodesianos, o que correspondia a 71% das exportações da Rodésia para a Grã-Bretanha, a cessação das ajudas britânicas e das garantias de crédito à exportação, a retirada da Rodésia da zona esterlina e do sistema de preferências da Commonwealth. A Grã-Bretanha proibiu a

²³ Julius Nyerere: "America and Southern Africa", Foreign Affairs, nº4, vol.55, July 1977, pp.677/680.

²⁴ Unilateral Declaration of Independence.

de fraqueza face a possíveis efeitos negativos que se pudessem sentir internacionalmente.

Perante a persistência das sanções, a situação agravava-se, obrigando Ian Smith a ter que fazer algumas concessões. Assim, na tentativa de manter as relações comerciais, o governo rodesiano viu-se obrigado a exportar com desconto e a importar a preços superiores ao normal³⁰.

Na segunda metade da década de 70, a situação agravou-se devido aos seguintes factores:

- O aumento do preço do petróleo em 1973 afectou fortemente a Rodésia, país, que como vimos, era altamente dependente da importação deste produto. A alteração no preço do petróleo provocou uma recessão mundial e uma deterioração dos termos de troca. Neste aspecto, os preços dos produtos primários rodesianos decaíram abruptamente, enquanto que os preços das importações aumentavam.

- O encerramento da fronteira com a Zâmbia, e a posição desta de não a reabrir e reorientar o seu comércio através da Tanzânia, fez com que a Rodésia perdesse uma grande fonte de divisas. Antes de 1965, a Zâmbia era o maior mercado de exportação da Rodésia, representando cerca de 65% do total das suas exportações. Apesar de todas as limitações, a Zâmbia ainda representava em 1973 um mercado importante para a Rodésia, daí as graves consequências deste evento.

- A decisão moçambicana de fechar as suas fronteiras com a Rodésia, obrigou o regime de Smith a reorientar o seu comércio para a África do Sul, com o aumento dos custos inerentes a tal decisão³¹.

Para além disso, as relações comerciais rodesianas ficavam completamente dependentes da África do Sul.

- Por outro lado, o encerramento das fronteiras por parte da Zâmbia e de Moçambique, significava que eram dois mercados ideais que se fechavam aos produtos rodesianos.

- A intensificação da luta armada levada a cabo pelos movimentos nacionalistas obrigava a que uma cada vez maior fatia dos recursos disponíveis fossem canalizados para o sector militar³². Este desvio de recursos enfraquecia ainda mais o sector produtivo.

As sanções económicas, isoladamente, não derrubaram o regime de Ian Smith, uma vez que o seu êxito foi algo limitado. Podemos é dizer que, terá sido o peso das forças de guerrilha, assim como a forte pressão diplomática do Ocidente e da África do Sul, que

³⁰ Robert G. Mugabe: "Struggle for Southern Africa", Foreign Affairs, n°2, vol.66, winter 1987/88, p.326.

³¹ O porto da Beira situava-se a 698 km. de Salisbúria, enquanto que o porto de Durban na África do Sul ficava a 2077 km. Para mais, o porto da Beira estava menos congestionado e era mais barato que os portos sul-africanos.

³² Em 1979 a guerra consumia mais de 1/3 do orçamento nacional. William Minter & Elizabeth Schmidt, op. cit., p.233.

contando com o apoio das sanções contribuíram para a transferência de poderes na Rodésia³³.

1.4. A POLÍTICA DA R.A.S. PARA A REGIÃO: A ESTRATÉGIA TOTAL NACIONAL.

Desde inícios dos anos 70, começou a surgir nos meios militares a ideia de que a África do Sul estava a ser alvo de um "Assalto Total" conduzido a partir do exterior. A importância desta situação aumenta devido ao facto dos militares sul-africanos estarem a ganhar cada vez mais força na sociedade sul-africana, fazendo sentir a sua presença em todas as áreas de decisão, quer nos assuntos internos, quer nos assuntos externos³⁴. Devido ao peso do aparelho militar, não devemos estranhar que esta ideia de "Assalto Total" se tenha convertido num elemento chave dentro do processo de decisão política³⁵.

Este "Assalto Total", estaria a ser conduzido através de meios políticos, militares, diplomáticos, religiosos, psicológicos, culturais, económicos e sociais. Por detrás desta acção estava a URSS e outras potências comunistas, cujo grande objectivo era o derrube do actual governo sul-africano e a sua substituição por um governo marxista. Este desejo de controlar a RAS incluía razões de ordem estratégica, nomeadamente o desejo de controlar a rota do Cabo e o acesso às riquezas minerais.

De acordo com os apologistas do "Assalto Total", o bloco comunista, liderado pela URSS, iria utilizar os estados negros recentemente independentes, assim como os movimentos nacionalistas, para levar os seus objectivos a bom porto. A ideia de "Assalto Total" tornou-se mais clara com a independência de Angola e de Moçambique.

Em 1977, os altos comandos militares sul-africanos apresentaram aquilo que ficou conhecido em terminologia inglesa pelo "*White Paper on Defense*". Neste documento, os militares chamavam a atenção para a necessidade de se adoptar uma "Estratégia Total", na qual era defendida a necessidade de mobilização dos recursos económicos, políticos e psicológicos assim como os militares, para simultaneamente se defender e avançar com os interesses do Apartheid, quer a nível interno quer a nível externo. O "White Paper" identificava a necessidade de se manter um sólido equilíbrio militar relativamente aos estados vizinhos e outros estados da África Austral³⁶. Ao mesmo tempo, afirmava-se a necessidade de recorrer a acções no campo económico e acções em relação aos serviços

³³ A questão da eficácia das sanções contra a Rodésia é algo controversa, havendo quem afirme que a sua eficácia foi muito limitada, enquanto que outros afirmam que o resultado da sua aplicação foi altamente favorável. Sobre este assunto, Mugabe afirmará que, no caso rodesiano, as sanções funcionaram em limitadas mas importantes áreas, como por exemplo, no aumento dos custos nas relações comerciais rodesianas.

³⁴ Kenneth W. Grundy: "The Militarization of South African Politics", p.1.

³⁵ Este aumento do poder militar na sociedade sul-africana, era acompanhado pelo aumento dos recursos disponibilizados para este sector. Entre 1977/78 e 1986/87, o orçamento militar mais do que triplicou alcançando 5,1 biliões de rands. Devido à implementação de grandioso programa de desenvolvimento de armamentos, após 1977, a Armaments Corporation, uma empresa pública, converteu-se no segundo maior conglomerado industrial da África do Sul. Dan O' Meara: "Destabilization of the Frontline States of Southern Africa, 1980-87", p.2.

³⁶ Department of Defense, White Paper on Defense (Cape Town, 1977), citado em Total Strategy in Southern Africa - Regional Policy since 1978, Robert Davies & Dan O' Meara, Stephen Chan, op. cit., p.186.

de transportes, distribuição e telecomunicações na tentativa de promover a colaboração política e económica entre os estados da África Austral³⁷.

A Estratégia Total previa a mobilização de todos os recursos nacionais numa campanha de resistência face ao "Assalto Total". Isto vai implicar sacrifícios por parte da população branca sul-africana e concessões na tentativa de obter o apoio e envolvimento dos negros sul-africanos. Era necessário criar uma frente comum entre governo, militares e empresários, nos campos económicos, políticos, ideológicos, psicológico e social, num esforço de mobilização nacional³⁸. Neste sentido, a população deveria estar preparada para ajudar as forças armadas, sendo para tal necessário uma militarização da sociedade e subordinação dos outros sectores ao militar.

Segundo Deon Geldenhuys, um dos principais consultores do regime de Botha em assuntos de política externa, a Estratégia Total visava desde logo uma série de objectivos regionais imediatos³⁹:

- Evitar que os estados da região fossem utilizados ou dessem apoio a ataques de guerrilheiros ou terroristas contra a África do Sul.

- Evitar o aumento da influência do bloco soviético no domínio político e militar na região.

- Evitar que os estados da região tentassem reduzir a sua dependência económica face à África do Sul. Quanto mais fortes fossem os laços de dependência económica, menor capacidade e vontade teriam os estados da região em pedir e aplicar sanções internacionais contra a África do Sul. No fundo os estados economicamente dependentes acabariam por servir de escudos contra sanções internacionais à África do Sul.

A Estratégia Total teve várias fases. Cronologicamente podemos distinguir uma primeira desde finais de 1978 até meados de 1980. Nesta fase, o objectivo fundamental corresponde ao estipulado no ponto 8 da Estratégia Total Nacional, ou seja, a criação de uma Constelação de Estados da África Austral.

³⁷ Robert G. Mugabe, op. cit., p.312.

³⁸ Gwyneth Williams & Brian Hackland: "The Dictionary of Contemporary Politics of Southern Africa", p. 280.

³⁹ Robert Davies & Dan O' Meara, op. cit., pp.188/189.

II CAPÍTULO

O PROJECTO DE CONSTELAÇÃO DE ESTADOS.

Perante todas as alterações registadas na região, a África do Sul necessitava de meios alternativos para se defender. Assim, em Outubro de 1974, Vorster lançou uma nova iniciativa político/diplomática que ficará conhecida como Détente. O seu objectivo, algo vago, era reunir os estados da África Austral numa Constelação de Estados completamente independentes, destinados a formar uma frente unida contra inimigos comuns.

Logo após a subida ao poder de P.W. Botha, em Setembro de 1978, a Estratégia Total Nacional foi adoptada como política oficial do estado e Botha vai recuperar a ideia de Constelação, embora tente dar-lhe contornos mais concretos. A ideia de Botha era criar uma aliança política e económica dominada pela África do Sul para fazer frente à crescente influência do comunismo na região.

2.1. OS MEMBROS.

A questão relativa aos membros da Constelação nunca foi perfeitamente clara, tendo havido algumas alterações. Quando o Ministro dos Negócios Estrangeiros, Roelof "Pik" Botha, discursou, em Março de 1979, na Associação Suiça-Sul-Africana em Zurique, referiu-se a sete, oito, nove ou dez estados com 40 milhões de habitantes ao sul da linha Cunene/Zambeze⁴⁰. Isto incluiria a África do Sul, Namíbia, Zimbabwe, Botswana, Lesotho, Suazilândia, e os três Bantustões independentes, Transkei, Venda e Bophuthatswana⁴¹.

Mais tarde, o 1º Ministro P.W. Botha, alargou a base da Constelação de modo a incluir conjuntamente membros independentes e não independentes⁴². O conceito de Constelação foi debatido na sua viagem a Kwandebile, Lebowa, Kangwane, Qwaqwa, Gazankulu e Kwazulu, todos eles Bantustões autónomos, tendo havido uma reacção positiva por parte dos líderes dos referidos Bantustões.

No entanto, numa primeira fase, as autoridades sul-africanas teriam sido favoráveis à simples adesão da Namíbia, Zimbabwe, Bantustões e da própria África do Sul para arrancar com o projecto de Constelação de Estados.

Entre todos os possíveis membros da Constelação, nenhum era tão importante para a viabilidade do projecto como o Zimbabwe. Porém, Pretória não tinha qualquer interesse num Zimbabwe liderado por Ian Smith, na medida em que este continuaria a ser alvo de pressões internas, regionais e internacionais. Ao governo sul-africano

⁴⁰ Deon Geldenhuys & Denis Venter: "Cooperação Regional na África Austral: Uma Constelação de Estados?", pp.21/22.

⁴¹ A teoria do Apartheid está subjacente à criação dos Bantustões. Segundo esta, a população negra não é sul-africana, já que pertence a dez diferentes "nacionalidades étnicas", com diferentes línguas, costumes e cultura. Cada uma destas nações teria o direito à autodeterminação dentro das suas áreas tradicionais. Isto visa a independência da cada Bantustão, deixando os cidadãos brancos na África do Sul branca. O Transkei alcançou a "independência" em 1976, o Bophuthatswana em 1977, Venda em 1979 e o Ciskei em 1981.

⁴² Nem todos os Bantustões aceitaram a independência, já que segundo Buthelezi, chefe do Kwazulu, aceitá-la seria apoiar as políticas de Apartheid. Gwyneth Williams & Brian Hackland, op. cit., p.108.

convinha-lhe que o poder estivesse na mão de negros moderados, altamente dependentes da sua minoria branca e do regime de Pretória. A pessoa indicada para assumir o poder era o bispo Abel Muzorewa. Se um Zimbabwe independente, sob a liderança de Muzorewa, fosse aceite internacionalmente, era certa a sua participação na Constelação.

Após a adesão do Zimbabwe, dois outros estados considerados conservadores, o Malawi e a Suazilândia, os quais estavam fortemente ligados economicamente à África do Sul, seriam facilmente atraídos para a Constelação. Se isto acontecesse, os outros dois membros da SACU⁴³, o Lesotho e o Botswana também acabariam por aderir.

A Zâmbia, também poderia ser pressionada a aderir, na medida em que atravessava um dos períodos mais críticos no plano económico, devido tanto à progressiva queda das cotações do cobre como às dificuldades sentidas ao nível das suas exportações originadas pelo conflito no Zimbabwe-Rodésia.

O próprio Zaire, poderia igualmente ser "persuadido" a aderir, inicialmente através da inclusão da província de Shaba, alvo recente de instabilidades políticas⁴⁴.

Em relação à Namíbia, Pretória esperava encontrar uma solução do tipo do Zimbabwe de Muzorewa, permitindo que a mesma sob alçada da África do Sul, fosse reconhecida internacionalmente como estado independente, aderindo simultaneamente à Constelação. Pretendia-se assim, encontrar uma solução interna para o problema da Namíbia. Solução essa que passava pela Aliança Democrática de Turnhalle liderada por Dick Mudge⁴⁵ e excluir a SWAPO de qualquer compromisso.

Analizados todos estes países, de fora, na região, ficavam a Tanzânia, Angola e Moçambique. Estes eram os países sobre os quais a África do Sul tinha muito pouca capacidade de pressão. Para efeitos da Constelação, a Tanzânia acabava por não ser considerada devido à sua posição geográfica e política.

Em relação a Moçambique, a possibilidade de utilização do porto de Maputo, bem como o acesso aos recursos energéticos provenientes da barragem de Cahora Bassa, eram razões suficientes para que Pretória desejasse associar este país ao seu projecto.

Angola desempenhava um papel fundamental na questão namibiana, nomeadamente através do apoio prestado à SWAPO, daí o interesse de Pretória em incluir Angola, de modo a controlar os apoios daí provenientes. Para além disso, o território angolano detinha enormes recursos naturais.

⁴³ A SACU (Southern African Customs Union) é uma união aduaneira entre a África do Sul, Botswana, Lesotho e Suazilândia, o qual permite ilimitado comércio livre entre os membros. A SACU é uma fonte fundamental de receitas para estes três últimos estados e daqui se depreende a sua dependência económica face à África do Sul.

⁴⁴ A província de Shaba, denominada Katanga na época colonial, era uma zona riquíssima em minerais. Em 1977/78, a região foi invadida por antigos combatentes de Tshombé, os quais provocaram graves problemas na zona, só resolvidos com ajuda externa, nomeadamente de franceses e belgas e de alguns estados africanos. Jonh Grace & John Laffin: "Fontana Dictionary of Africa since 1960", p.305.

⁴⁵ Em 1977, apoiados pela África do Sul, uma série de partidos políticos de base étnica, encontraram-se na chamada Conferência Constitucional de Turnhalle. Acabaram por decidir formar uma organização conjunta para alcançarem um governo próprio, nascendo assim a Aliança Democrática de Turnhalle. A DTA era dominada pelos republicanos brancos, liderados por Dick Mudge.

No caso da adesão de Angola e Moçambique, a situação mostrava-se muito complicada. Estes dois estados, ao contrário da Tanzânia estavam claramente inseridos na região. Por outro lado, possuíam recursos que, se bem aproveitados, lhes permitiria diminuir significativamente a dependência face à África do Sul⁴⁶. Ao mesmo tempo, passariam a apresentar uma alternativa às ideias de Pretória, o que na prática significava que podiam pôr em causa o projecto de Constelação de Estados. A situação complicava-se, já que, um dos argumentos mais importantes, senão o mais importante, para a criação da Constelação, era o de salvaguardar os países membros da ameaça comunista, precisamente a ideologia adoptada por estes dois países⁴⁷.

Como membros da Linha da Frente, Angola e Moçambique, tinham-se comprometido, tal como os outros potenciais membros da Constelação, em combater o Apartheid. Podemos, assim, constatar que entre a teoria sul-africana e a realidade regional havia uma grande distância e que os obstáculos à concretização dos desejos sul-africanos eram inúmeros.

As autoridades sul-africanas aperceberam-se rapidamente da incompatibilidade entre os seus objectivos e os de Angola e Moçambique. Mas esta situação poderia ser o incentivo que Pretória necessitava para empreender uma tentativa de alteração da política destes dois países ou, em caso de insucesso, de promover mesmo a queda dos respectivos governos.

Em conclusão, podemos afirmar que os que aderiram à ideia de Botha, eram territórios que ou estavam isolados internacionalmente ou a lutar contra uma guerra revolucionária ou eram simplesmente partes da própria África do Sul. Nesta situação estavam o Zimbabwe-Rodésia, Namíbia, Bophuthatswana, Trankei, Venda e os Bantustões dependentes.

2.2. OBJECTIVOS.

Para que a ideia de Constelação de Estados fosse bem sucedida era necessário que toda uma série de situações funcionassem a favor de Pretória. De maneira a se compreender correctamente essas situações, é necessário analisar a lógica sul-africana subjacente ao desejo de criação da Constelação.

A necessidade de criar uma tal Constelação devia-se basicamente a duas situações:

- Em primeiro lugar, à degradação da situação na região para o regime de Apartheid, atendendo aos acontecimentos referidos no I capítulo.

- Em segundo lugar à degradação do relacionamento da África do Sul com as potências ocidentais, nomeadamente os EUA.

Do ponto de vista sul-africano e face às alterações registadas na África Austral, os estados considerados moderados eram encarados como potenciais vítimas de uma "ofensiva marxista", não podendo contar com o apoio ocidental para a sua defesa. Esta constatação, conduzia à necessidade de se constituir uma aliança regional, devendo a África do Sul desempenhar o papel principal.

⁴⁶ Convém frisar que Angola tinha mais possibilidades de alcançar um maior grau de independência face a Pretória do que Moçambique, uma vez que tradicionalmente Moçambique esteve sempre muito ligado à África do Sul.

⁴⁷ Em Fevereiro de 1977, durante o seu 3º Congresso, a FRELIMO adoptou oficialmente o marxismo-leninismo. Em Dezembro de 1977, durante os trabalhos do 1º Congresso, o MPLA declarou-se marxista-leninista e adoptou a designação de MPLA-PT.

A Constelação pode ser encarada como uma tentativa de encontrar soluções para os problemas regionais e internos da África do Sul. Do ponto de vista regional, as desilusões sul-africanas face às iniciativas de paz ocidentais nos casos do Zimbábue-Rodésia e na Namíbia, levaram o governo a ver a Constelação como uma alternativa a essas iniciativas.

Do ponto de vista interno e do fortalecimento da política de desenvolvimento separado, a criação da Constelação iria ser favorável para Pretória, nomeadamente no tocante à questão dos Bantustões independentes. Se a Constelação fosse para a frente, iria permitir em primeiro lugar, a possibilidade de se criar um mecanismo institucional que permitisse regular as relações entre os Bantustões e o Estado Central do Apartheid. Em segundo lugar, e mais importante, era o facto de que se a Constelação fosse criada, aderindo a ela estados realmente independentes e os Bantustões em pé de igualdade, isto significaria pelo menos, um reconhecimento tácito dos primeiros em relação aos segundos.

A verificar-se tal hipótese, poderia estar aberto o caminho para o reconhecimento internacional dos Bantustões como estados independentes, uma vez que se os estados da região os aceitavam, não haveria razão para que a comunidade internacional não o fizesse também. Se os Bantustões fossem aceites, haveria consequentemente uma legitimação internacional da política de desenvolvimento separado⁴⁸.

A política de desenvolvimento separado, era contudo algo que poderia dificultar a criação da Constelação de Estados. O 1º Ministro Botha, prevendo que qualquer identificação do seu projecto com o Apartheid afastaria alguns possíveis membros, tentou estabelecer uma clara separação entre os dois conceitos. Neste sentido, irá insistir no facto da Constelação não ter nada a ver com a política de desenvolvimento separado e que o apoio ao conceito de Constelação não implicava necessariamente o apoio à política racial de Pretória. Apesar destas afirmações, era difícil convencer os estados da região da viabilidade de tal separação.

Perante esta relutância, urgia criar incentivos suficientemente atraentes para convencer os estados da região a aderirem. Neste sentido, Pretória promoveu a ideia da criação de uma série de grandes projectos económicos em conjunto com outros estados. Deste modo, todos lucrariam, ao mesmo tempo que ficaria demonstrada a superioridade de uma África do Sul capitalista sobre as alternativas socialistas. Para que esta iniciativa fosse bem sucedida, era vital um forte envolvimento do sector privado.

Na tentativa de mobilizar o apoio dos sector privado, Botha vai realizar uma série de encontros entre as autoridades e os empresários sul-africanos. O apoio destes era vital para obter os fundos necessários aos grandes projectos destinados a atrair os estados da região à Constelação.

Em 22 de Novembro de 1979, realizou-se o primeiro encontro deste género no Carlton Centre em Joanesburgo. Nesta reunião, Botha afirmou que o seu projecto previa uma Constelação de Estados, na qual, todos os membros manteriam a sua soberania individual, excluindo especificamente uma relação tipo satélite entre qualquer dos seus membros⁴⁹. Botha afirmou que o termo "Constelação" era precisamente o mais apropriado para o seu projecto, já que numa constelação, as estrelas permanecem em posições fixas em relação umas às outras⁵⁰.

⁴⁸ Robert M. Price: "Pretoria's Southern Africa Strategy", p.15.

⁴⁹ Christopher R. Hill: "Regional Co-operation in Southern Africa", p.216.

⁵⁰ Deon Geldenhuys & Denis Venter, op. cit., p.17

No seu discurso no Carlton Centre, Botha reconheceu que poderia ser completamente inadequado imitar modelos externos de cooperação, tais como a Comunidade Económica Europeia. Perante isto, limitou-se a apontar a necessidade de criação de estruturas necessárias para dirigir efectivamente as numerosas tarefas de cooperação, sugerindo igualmente, uma harmonização de outras políticas como as económicas e fiscais.

Teoricamente, a ideia de Pretória, era coerente com as realidades existentes na região, já que a ideia de Constelação estava fortemente baseada nas realidades da zona, procurando reforçar e formalizar as relações económicas. As fortes interdependências económicas entre os estados da região representavam um bom incentivo para um aumento dos laços recíprocos.

Posto isto, a união aduaneira, a SACU, seria encarada como o ponto de partida para o reforço dos laços já existentes. O número de membros, poderia ser posteriormente alargado, dando lugar à segunda fase da integração económica, ou seja, ao mercado comum.

As características geográficas e históricas dos países que integram a África Austral determinaram em todos eles uma gama de interesses comuns de natureza técnica, tornando a cooperação entre Pretória e os estados da região numa questão de senso comum. A ideia da Constelação procurava ainda estender as fronteiras da cooperação para esferas mais contenciosas no campo político e militar.

A cooperação nestes domínios mais complicados, implicava a assinatura de acordos de não agressão entre a África do Sul e os estados da região. O objectivo destes acordos, era promover o conceito de defesa mútua contra inimigos comuns. Este tipo de acção no campo da defesa aliado à acção no campo económico, contribuiriam para aumentar e aprofundar os laços entre Pretória e os seus vizinhos. Tudo isto concorreria para que se alcançasse o objectivo fundamental sul-africano, que Pik Botha descreveu como "Uma visão comum na área da segurança, na área económica e até na área política."⁵¹, objectivo que não poderá deixar de ser considerado deveras ambicioso face às realidades regionais.

Todo o projecto de Constelação de Estados envolve algumas imprecisões e/ou interrogações. Era assim em relação quer aos membros, quer ao destino político final da Constelação. As declarações oficiais são contraditórias. P.W. Botha afirmou que falar-se de uma Constelação evoluindo para uma Confederação ou para uma Federação era algo que deveria ser deixado ao futuro. Porém, em Setembro de 1979, no Congresso do Partido Nacional no Transvaal, afirmou que quando emergissem da Constelação formas permanentes de cooperação, elas poderiam ser consideradas como uma Confederação, acrescentando que este conceito diferia do de Federação, à qual ele se opunha.

Relativamente à sua estrutura orgânica, o objectivo da Constelação não visava a criação de novas instituições, exceptuando talvez o Banco de Desenvolvimento da África Austral. O que se pretendia, era a expansão através das ligações económicas existentes, mas respeitando a soberania de cada estado e evitando interferências nos assuntos internos dos seus membros. As ligações económicas não implicavam necessariamente o estabelecimento de relações diplomáticas entre os estados da região e Pretória⁵². Se bem

⁵¹ Robert Davies & Dan O'Meara, op. cit., p.187.

⁵² O único estado da região que tinha relações com a África do Sul era o Malawi. Devido a esta ligação com Pretória, o Malawi usufruía de forte apoio económico, tendo os sul-africanos apoiado a construção da nova capital do Malawi, que passou de Zomba para Lilongwe. Nesta medida, o Malawi sempre se escusou de assinar condenações contra Pretória.

que, a continuação e a expansão dos contactos transnacionais a nível oficial seriam necessários, assim como, também seriam necessários contactos informais ao nível político⁵³. Porém, era cada vez mais difícil separar o campo económico do campo político, o que tornava impossível o aumento oficial das ligações económicas ao mesmo tempo que as posições políticas se radicalizavam.

P.W. Botha pretendia, no entanto, fazer essa distinção. Segundo ele, o governo sul-africano limitar-se-ia a criar uma infra-estrutura básica, cabendo aos empresários e não ao governo a criação e a desejada expansão das relações económicas. Porém, a aliança entre o governo e o capital, simbolizada pela conferência do Carlton Centre, impunha diferentes responsabilidades a cada parceiro.

Aos homens de negócios que assistiam à conferência foi-lhes pedido que fizessem sugestões, tendo muitos deles apoiado entusiasticamente a Constelação como objectivo da política estatal. Harry Oppenheimer⁵⁴, afirmou que os homens de negócios que investissem nestes países deveriam ser protegidos contra a eventualidade de nacionalização dos seus bens e que o sucesso da Constelação dependeria em grande medida da melhoria das relações entre a África do Sul e o Ocidente.

Aliás, esta questão levantada por Oppenheimer está profundamente ligada a outros objectivos inerentes à criação da Constelação, os quais têm a ver com o Ocidente e mais concretamente com a Europa.

A Constelação, para além do objectivo de alcançar uma maior associação económica, pode ser vista como um afastamento face ao Ocidente e aos conflitos que o afectavam. Se por um lado, isto faz sentido, já que no ponto 12 da Estratégia Total se afirma a neutralidade sul-africana face ao conflito Leste/Oeste⁵⁵, por outro lado é difícil justificar esta posição de afastamento face ao conflito bipolar dada a obsessão da África do Sul face aos perigos do comunismo, perfeitamente evidente na teoria do "Assalto Total".

Noutra leitura, a Constelação pode ser encarada não como um afastamento face ao Ocidente mas sim como uma aproximação, nomeadamente face à Europa. Com a viabilização do projecto de Constelação, poder-se-ia demonstrar à Europa a capacidade sul-africana de manter relações pacíficas com os seus vizinhos ao mesmo tempo que

⁵³ Christopher R. Hill, op. cit., pp. 216/217.

⁵⁴ Harry Frederick Oppenheimer era o presidente da Anglo-American Corporation e da De Beers Consolidated Mines. Estes dois lugares davam-lhe o controlo total de uma multinacional gigante a Anglo-American Group. Homem de enorme influência na África do Sul, esteve ligado à oposição branca ao Partido Nacional, tendo sido nomeadamente membro do United Party e do Progressive Party. Este último surgiu a partir de uma cisão verificada no United Party, apresentando características de índole mais liberal.

⁵⁵ A África do Sul ao adoptar esta neutralidade, estava de certa maneira a vingar-se dos EUA. Pretória nunca perdeu que os EUA a tivessem abandonado no conflito angolano. Em Dezembro de 1975, o Congresso norte-americano adoptou uma emenda proposta pelo senador Dick Clark, a qual impunha a proibição de ajuda militar a qualquer uma das partes no conflito angolano. A Emenda Clark, como ficará conhecida, foi inicialmente adoptada por um ano tendo sido, no entanto, prolongada em 1976. Entre outras razões que explicam esta atitude, incluía-se o trauma norte-americano pela experiência do Vietnam e o desejo de evitar um novo envolvimento. Chester Crocker, op. cit., p.54.

manteria a sua determinação em combater o comunismo⁵⁶. Em caso de sucesso, Pretória cairia nas boas graças da Europa.

Por último, a Constelação poderá ser encarada, simplesmente, como a tentativa de Pretória criar uma rede de estados negros amigáveis, esperando que os mesmos não fornecessem qualquer apoio aos movimentos de libertação sul-africanos. No fundo, o que se pretendia era regressar a uma situação geo-política anterior a 1974, em que a segurança da África do Sul estava garantida.

Em qualquer hipótese, Pretória visava garantir a dependência dos estados vizinhos. Na verdade, a África do Sul já dominava economicamente a região e uma Constelação já existia. A criação de tal rede de dependências, faria com os estados da região protegessem Pretória contra a aplicação de sanções. Porém, para a consolidar era preciso não só a extensão dos laços económicos, mas também o estabelecimento de relações políticas de coexistência pacífica. Para tal deveria ser adoptada uma política caracterizada pela Detente e pelo diálogo.

2.3. RESULTADOS.

Como já foi referido, todo o projecto de Constelação de Estados assentava numa lógica própria. Para que o projecto fosse viável era preciso que todos os objectivos sul-africanos fossem cumpridos de acordo com o estipulado. Porém, dar-se-ão dois acontecimentos que, pela sua importância, irão condenar o projecto de Constelação.

2.3.1. A Alteração de Poder no Zimbabwe-Rodésia.

Como foi referido, a adesão do Zimbabwe à Constelação era vital para a sua viabilidade. No entanto, Pretória desejava um governo negro moderado, liderado por Abel Muzorewa.

A partir de 1979, a situação no Zimbabwe-Rodésia caminha finalmente para uma solução. Reconhecendo que o governo de Muzorewa seria confrontado com uma guerra prolongada que não podia ganhar e que os Estados da Linha da Frente tinham começado a moderar o seu apoio à ZANU e à ZAPU, devido sobretudo a razões económicas⁵⁷, julgou o governo britânico existir um clima ideal para promover uma nova conferência com o intuito de resolver a situação⁵⁸.

Perante o cenário de um possível novo fracasso, a 1ª Ministra britânica, Margaret Thatcher, declarou, em princípios de 1979, durante uma visita à Austrália, a disponibilidade do seu governo em reconhecer o governo de Muzorewa. Esta posição de Thatcher, deixou visivelmente irritados os membros da Commonwealth, nomeadamente o seu Secretário Geral, Shrédath Rampel.

Na tentativa de ultrapassar as divergências, os membros da Commonwealth reuniram-se numa cimeira que teve lugar em Lusaka em Agosto de 1979. Nesta cimeira,

⁵⁶ Convém não esquecer que em finais dos anos 70, inícios dos anos 80, se dá um recrudescimento do conflito bipolar, contribuindo para tal, entre outros motivos, a invasão soviética do Afeganistão e a eleição de Ronald Reagan como Presidente dos EUA.

⁵⁷ Xan Smiley: "Zimbabwe, Southern Africa and the Rise of Robert Mugabe", p.1064.

⁵⁸ Para todos os efeitos, à luz do Direito Internacional, o Zimbabwe continuava a ser um território britânico, já que a Declaração Unilateral de Independência nunca havia sido reconhecida internacionalmente.

Thatcher foi forçada a rever a posição manifestada na Austrália. Também em Lusaka, se definiriam quais seriam os moldes segundo os quais se deveria realizar a conferência destinada a tratar o problema do Zimbabwe-Rodésia

A Conferência de Lancaster House, em Londres, teve início a 10 de Setembro de 1979, tendo o acordo final sido assinado em 21 de Dezembro desse mesmo ano. O passo fundamental para a resolução da questão foi dado em 12 de Dezembro quando o Zimbabwe-Rodésia renunciou à independência, pondo assim fim ao regime ilegal. Regressou ao seu antigo status colonial, sob administração britânica, com o nome de Rodésia do Sul. Neste sentido, chegou a Salisbúria o governador britânico, Lord Soames, com o objectivo de assegurar o normal desenvolvimento do processo que culminaria com eleições e então sim, com a verdadeira independência do território.

Para as eleições, a África do Sul apostava fortemente em Muzorewa. Porém, este era encarado por grande parte da população negra, como colaborador do regime minoritário de Ian Smith. Nas eleições realizadas em 29 de Fevereiro de 1980, Robert Mugabe e a sua ZANU-PF⁵⁹ venceram, obtendo 57 dos 80 lugares reservados aos negros. A ZAPU de Nkomo obteve 20 lugares e a UANC de Muzorewa obteve apenas 3 lugares. Os 20 lugares reservados aos brancos foram todos ganhos pela Frente Rodesiana de Ian Smith⁶⁰.

No dia 4 de março de 1980, Mugabe é nomeado 1º ministro e a 18 de Abril a Rodésia do Sul alcança a independência adoptando o nome de Zimbabwe.

O resultado das eleições representou um duro golpe para a África do Sul, que via aparecer um estado hostil às suas pretensões, nomeadamente ao projecto de Constelação de Estados. Robert Mugabe não teria a mesma posição do que Muzorewa face aos objectivos de Pretória.

2.3.2. A Resposta dos Estados da Região.

Perante as óbvias limitações que o projecto de Constelação de Estados apresentava, Pretória tinha de manipular a situação de modo a que as coisas fossem vistas sob determinado ângulo. Assim, se a Constelação fosse considerada, pelos seus potenciais membros, como um projecto destinado a formalizar a sua dependência económica, ela estaria inevitavelmente condenada a falhar. Por outro lado, se fosse vista como um instrumento de desenvolvimento económico, então sem dúvida que atrairia o interesse dos estados da região.

O grau de coesão económica estaria contudo limitado pela falta de coesão política. As diferenças políticas e ideológicas representariam, sem dúvida, obstáculos sérios para uma formalização e maior estreitamento das relações económicas regionais. Para ultrapassar eventuais fraquezas, sociais e políticas, a África do Sul põe o acento tónico nas ameaças e interesses comuns que supostamente se sobreporiam às diferenças políticas e raciais.

O problema que vai invalidar toda esta lógica reside nas divergências em termos de análise da situação regional. Os estados da região, vêem a Constelação como um meio de formalizar e se possível de aumentar a sua dependência económica face à África do Sul, situação que rejeitaram linearmente. Também vão rejeitar a possibilidade de

⁵⁹ A designação P.F.(Patriotic Front) continuava a ser utilizada, embora já não para representar uma aliança com a ZAPU de Nkomo. O objectivo era permitir distinguir a ZANU de Mugabe da ZANU de Ndabaningi Sithole, também conhecida por ZANU interna, uma vez que havia negociado com Smith.

⁶⁰ A representação destinada aos brancos, 20% dos lugares, era bem mais elevada do que a sua percentagem em termos do total da população, cerca de 4%.

solidariedade e união com Pretória face a eventuais ameaças externas. A solidariedade e coesão é dada sim, mas aos movimentos que combatem o regime de Apartheid. Esta posição punha directamente em causa a Constelação, já que esta se apoiava na formalização da dependência económica e na criação de uma solidariedade política.

Assim, não só não é formalizada a dependência, como os estados ainda se vão esforçar por diminuí-la, facto que na prática fica demonstrado pela criação da "Southern African Development Coordination Conference" (SADCC).

Para os líderes dos Estados da Linha da Frente, tornou-se evidente que a sua independência política nunca seria total enquanto não conseguissem alcançar também uma "independência económica". Por outro lado, também concluíram que não podiam opor-se politicamente à África do Sul e continuar a colaborar no campo económico. Perante esta constatação, era necessário diminuir as ligações económicas que faziam com que estes estados estivessem na dependência de Pretória.

Esta tomada de posição pelos membros da Linha da Frente significava desde logo a rejeição do projecto de Constelação de Estados e o empenho pela obtenção de uma maior independência económica. Tal posição pode ser sintetizada pelas palavras do Presidente de Moçambique, Samora Moises Machel:

"O primeiro dia da nossa independência política é o primeiro dia de uma maior e mais clara luta para alcançar a independência económica"⁶¹.

Com o fracasso do projecto de Constelação de Estados, chegou também ao fim a primeira fase da Estratégia Total.

⁶¹ Ibbo Mandaza & Arne Tostensen: "Southern Africa in Search of a Common Future", p.10.

III CAPÍTULO

A CRIAÇÃO DA CONFERÊNCIA DE COORDENAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA ÁFRICA AUSTRAL (SADCC).

Já em 1974, em Dar-es-Salaam, Kenneth Kaunda havia defendido a criação de uma cintura de nações economicamente fortes, que abrangesse as áreas entre Dar-es-Salaam e Maputo, no Oceano Índico, e Luanda, no Atlântico⁶².

Será, porém, alguns anos mais tarde, sob a égide dos Estados da Linha da Frente, que esta ideia terá o seu arranque definitivo.

Fundamental para o desenrolar da situação regional, era o futuro do Zimbabwe⁶³. Assim, à medida que se tornava óbvia a próxima independência deste país, especulava-se sobre qual viria a ser o papel do mesmo na região. Para uns, o Zimbabwe independente iria atrair todo o investimento e ajuda internacional, desviando-os dos outros países. Para outros, o Zimbabwe criaria uma excelente oportunidade para mobilizar o apoio internacional para a região como um todo. Daqui surgiu a ideia de uma Conferência de Coordenação da Ajuda para a África Austral. Um grupo de influentes individualidades da região e da Europa ficariam responsáveis pela difusão e concretização da referida ideia⁶⁴.

À medida que se aproximava a data da Conferência, os representantes dos Estados da Linha da Frente concertavam as suas estratégias com o intuito de constituírem um núcleo coeso. Foi nesta altura, em Junho de 1979, que Moçambique propôs a adopção de uma declaração sobre cooperação regional, defendendo, simultaneamente, a reabilitação e o desenvolvimento da rede regional de transportes e comunicações como prioridade máxima dentro da estratégia regional. Por outro lado, perante a eminente independência do Zimbabwe, era necessário criar um mecanismo que ajudasse este país a integrar-se na região. Assim, a ideia da SADCC como uma instituição e não apenas como acontecimento começou gradualmente a ganhar forma.

A Conferência, que teve lugar em Arusha em Julho de 1979, foi precedida por uma reunião dos Ministros das Finanças e/ou do Desenvolvimento dos Estados da Linha da Frente que concordaram na estratégia de criação da SADCC.

Nesta reunião debateu-se a necessidade da cooperação a nível económico que traduzisse, nesse domínio, a cooperação que até então os membros da Linha da Frente tinham mantido no plano político, nomeadamente em termos de apoio à luta de libertação no Zimbabwe⁶⁵.

⁶² Referido no discurso de Kenneth Kaunda em Lusaka em 1 de Abril de 1980.

⁶³ Para além de ser o país mais desenvolvido da África Austral, depois da África do Sul, o Zimbabwe estava localizado no meio da região e era, por isso, um país de trânsito importante para todos os transportes intercontinentais.

⁶⁴ Este grupo, cuja sede era em Londres, incluía o Alto Comissário dos Estados da Linha da Frente; David Anderson, Director do Fundo de Cooperação Técnica da Commonwealth; O Professor Reginald Green do Institut of Development Studies; Iddi Simba, representante em Londres do Banco de Desenvolvimento Africano e Tim Sheehy do Instituto Católico de Relações Internacionais.

⁶⁵ O Presidente do Botswana, Sir Seretse Khama, foi um forte impulsionador da SADCC, uma vez que ele foi dos que de se mostraram favoráveis a que os esforços na área política dos cinco fossem canalizados para a esfera económica.

O debate e a formalização duma estrutura do tipo da futura SADCC, só não avançou logo em 1979 em virtude dos estados presentes terem decidido esperar pela independência do Zimbabwe, a qual tudo indicava, seria para breve. A decisão justificava-se tanto no plano económico como político, devido à importância regional do Zimbabwe.

Na Conferência de Arusha, ficou claro que a futura organização iria apelar à cooperação internacional no intuito de alcançar os seus objectivos económicos. Após esta conferência, o Ministro dos Negócios Estrangeiros do Botswana, A.M. Mogwe, visitou o Malawi, Lesotho e a Suazilândia a fim de lhes expor o projecto dos Estados da Linha da Frente e de os convencer a aderir.

Apesar de individualmente serem economicamente fracos, os membros da SADCC, em conjunto representavam uma força considerável. Em 1980, a SADCC representava 60 milhões de pessoas, ocupando uma área de 4.884.297 de Km², com um PNB agregado de 20 biliões de dólares. Apesar da sua condição de subdesenvolvimento, a SADCC possuía dentro das suas fronteiras abundantes recursos. Devido a este potencial e face à hostilidade da potência regional, a solução para estes países passava pela coordenação dos esforços para alcançarem os seus objectivos.

Com este intuito, reuniram-se a 1 de Abril de 1980 em Lusaka, os Chefes de Estado e de Governo dos Estados da Linha da Frente, aos quais se juntaram representantes do Lesotho, Suazilândia, Malawi e Zimbabwe. Todos eles assinaram uma declaração intitulada África Austral: Rumo à Independência Económica, a qual ficará conhecida como Declaração de Lusaka. Estiveram igualmente presentes o líder da SWAPO, Sam Nujoma, e um representante da Comissão Económica para África.

Na declaração de Lusaka, é feita uma análise da situação de dependência económica em que os estados da região se encontram face à República da África do Sul, os condicionalismos históricos que a explicam e a razão da necessidade de quebrar essa dependência. A libertação económica foi apontada como sendo uma condição vital para a libertação política. Mas, para além de se tentar alcançar a independência económica, a continuação da luta pela libertação política não é esquecida, nomeadamente no que diz respeito à Namíbia. Por outro lado, são identificados uma série de objectivos e quais as estratégias e as prioridades da nova organização. Na parte final, face à magnitude das tarefas que pretende desempenhar, a SADCC faz um apelo aos governos de outros países e às organizações internacionais no sentido de colaborarem na prossecução dos objectivos estabelecidos.

A agenda da cimeira inaugural da SADCC (conhecida como SADCC I)⁶⁶ não incluía apenas a declaração de Lusaka, mas também o que ficou conhecido por Programa de Acção. Este Programa visava fazer frente às necessidades imediatas dos estados membros, representando uma concretização e maior especificação da Declaração.

Para além dos nove estados membros, esperava-se que a Namíbia após a sua independência viesse a aderir e assim se explica a presença de Sam Nujoma em Lusaka. A adesão de novos membros não era excluída. No entanto, potenciais novos membros veriam a sua adesão depender do preenchimento de determinadas condições. Por outro lado, essa adesão também passava pelo consentimento dos actuais membros. As condições a preencherem, estavam relacionadas com a posição geográfica. Os candidatos também

⁶⁶ A numeração das conferências parou após a SADCC II em Maputo. As razões para tal decisão foram duas. Em primeiro lugar, a conferência de Arusha realizou-se antes do estabelecimento oficial e não estiveram presentes todos os estados membros da SADCC. Em segundo lugar, queria-se evitar que a SADCC estivesse tão intimamente identificada com conferências anuais.

deveriam aceitar um código de conduta com relação ao respeito pela soberania de cada um, não ingerência nos assuntos internos, não-agressão e negar bases a grupos dissidentes⁶⁷.

O Zaire esteve perto de aderir à SADCC, ao que não terá sido alheia a pressão exercida nesse sentido pela Bélgica e EUA. Esta adesão pareceria lógica se tivémos em conta as fortes ligações em matéria de transportes entre o Zaire e os membros desta nova organização. Porém, a sua adesão foi-lhe negada, em primeiro lugar, devido a problemas fronteiriços com a Zâmbia, mas sobretudo pela opinião contrária manifestada por Angola e Moçambique em virtude do apoio zairense aos grupos dissidentes angolanos.

3.1. AS PRIORIDADES DA SADCC.

Na declaração de Lusaka, aparecem claramente os objectivos económicos a alcançar:

- 1º) Redução da dependência económica, particularmente, mas não só em relação à África do Sul.
- 2º) Criação de laços para uma genuína e equitativa integração regional.
- 3º) Mobilização de recursos para promover a implementação das políticas nacionais, interestatais e regionais.
- 4º) A acção concertada para garantir a cooperação internacional dentro do âmbito da estratégia de libertação económica definida.

A estrutura económica regional, caracterizada por uma relação assimétrica entre a África do Sul e os restantes países da região, constitui um factor político e económico de extrema importância na formação da SADCC. Para alterar esta situação, a Declaração de Lusaka define explicitamente quais as estratégias e prioridades da organização:

"Identificar as áreas nas quais, através de um trabalho em conjunto, nós possamos criar o desenvolvimento de maneira a nos fornecer bens e serviços que actualmente vêm da África do Sul"⁶⁸.

Para além destes quatro objectivos explícitos, podemos facilmente identificar um quinto, o qual se relacionará com apoio à luta de libertação na Namíbia e na própria África do Sul⁶⁹. Em relação a este último objectivo, é bem patente a influência dos Estados da Linha da Frente.

A característica fundamental da SADCC, e que permite distingui-la das outras experiências económicas regionais do continente africano, reside na proximidade geográfica e no tipo peculiar de relacionamento que ela mantém com a África do Sul. Convém não esquecer que a África do Sul não é apenas a potência regional, como também é uma potência inimiga e agressiva. Por isso, para a SADCC, uma paz duradoura e genuína não poderia ser estabelecida na zona até que o Apartheid não fosse eliminado

⁶⁷ Christopher R. Hill, op.cit., p.223.

⁶⁸ Southern Africa: Towards Economic Liberation, SADCC, Lusaka, 1980.

⁶⁹ Douglas G. Anglin: "SADCC after Nkomati", p.167.

na África do Sul, paz essa que era condição indispensável para o desenvolvimento da região.

Novamente encontramos a forte interdependência entre os factores económicos e político-estratégicos nesta região⁷⁰. Esta interdependência, apesar de ser visível, em maior ou menor grau, noutras regiões do globo, reveste-se de especial importância na África Austral. O desejo de redução da dependência face à África do Sul tem uma dupla razão de ser. Por um lado, pretende-se pôr fim à subordinação económica em que estes países se encontram e ao mesmo tempo, pretende-se também escapar às acções desestabilizadoras que Pretória leva a cabo contra os países da região⁷¹.

Assim, o objectivo principal era a redução da dependência face à África do Sul. Para se alcançar este objectivo, foram identificados três níveis de transformação necessários:

- 1º) Transformação ao nível das economias de cada estado membro.
- 2º) Transformação ao nível das relações entre os estados membros da SADCC.
- 3º) Transformação no relacionamento entre os estados membros como grupo e o mundo exterior.

A fim de se alcançarem tais transformações, a SADCC elaborou um programa de desenvolvimento multilateral privilegiando o desenvolvimento do sector dos transportes e comunicações. Logo desde a reunião em Lusaka, este sector constituiu-se como máxima prioridade, tendo em conta que dos nove estados membros, seis não tinham acesso ao mar (Botswana, Lesotho, Malawi, Suazilândia, Zâmbia e Zimbawe). Assim sendo, em termos das suas relações comerciais e por razões de mera sobrevivência, os membros da SADCC tinham duas hipóteses, ou bem que utilizavam o sistema de transportes e portos de Angola, Moçambique e Tanzânia ou então, utilizavam o sistema de transportes e portos da África do Sul. A escolha da segunda opção, limitaria enormemente a mobilidade destes países em termos de poder de decisão, ao mesmo tempo que se aprofundava a sua dependência face a Pretória.

Assim, esta prioridade dada aos transportes e comunicações, para além das racionalidades de índole económica evidentes, tem uma componente claramente estratégica. A África do Sul, com o sistema de transportes regional vigente poderia reforçar a sua dominação. Para tal, contribuíam uma série de circunstâncias. Convém não esquecer que os conflitos em Angola e Moçambique, tiveram repercussões igualmente negativas sobre os respectivos sistemas de transportes, e que além disso, a estrutura da linha que ligava a Zâmbia à Tanzânia, a "Tanzania-Zambia Railway Authority" (TAZARA), sofria de deficiências consideráveis.

Perante este cenário, o sentimento geral fica perfeitamente ilustrado através das palavras de Robert Mugabe:

⁷⁰ Esta interdependência fica bem demonstrada pela intervenção de Sam Nujoma, numa reunião da SADCC, ao falar em nome dos três movimentos de libertação (SWAPO, ANC, PAC): "É urgente que traduzamos em factos o nosso princípio comum, que a SADCC e os movimentos de libertação nacional são dois sectores de uma mesma frente". Ibbo Mandaza: "Les Perspectives de Cooperation Economique et de Développement Autonome en Afrique Australe", p.29.

⁷¹ Fernando Jorge Cardoso: "SADCC e Interdependências Económicas na África Austral - Realidades e Perspectivas", pp.89/90.

"Sendo uma área vital para o desenvolvimento da região, não devem ser poupados esforços para assegurar uma maior assistência técnica e financeira para a reabilitação das linhas férreas, estradas e portos da nossa região"⁷².

Com a esperada independência do Zimbabwe, prevista para Abril de 1980, foi desde logo afirmado que a recuperação das linhas de transporte em Moçambique, e o desenvolvimento dos seus portos (Nacala, Beira e Maputo), em Angola, nomeadamente o porto do Lobito, devido à sua ligação ao caminho de ferro de Benguela, e na Tanzânia (Dar-es-Salaam), seria uma questão da máxima urgência. Por outro lado, era necessária uma boa coordenação entre os portos e os serviços de transporte, de modo a dar resposta aos estados da SADCC que fossem interiores.

No entanto, o facto de se ter atribuído ao sector dos transportes e comunicações a prioridade, não foi totalmente pacífico. Para muitos, se é verdade que o principal impulso para o desenvolvimento deve ser o industrial, então sem dúvida que os caminhos de ferro e estradas são essenciais. Mas, se a agricultura e a indústria ligeiras rurais forem as prioridades, então deverá verificar-se um decréscimo dos investimentos ao nível das infra-estruturas. Por outro lado, massivas redes de comunicações por si só não criam emprego ou comida, que são duas necessidades básicas em países pobres com rápido crescimento populacional. Para além disso, caso se construam as linhas de transporte, os principais beneficiários seriam os exportadores sul-africanos⁷³.

Porém, a verdade é que a industrialização era precisa para aumentar o comércio intra-regional, porque assim haveria a possibilidade dos estados da SADCC exportarem bens nos quais os seus vizinhos estariam interessados. A industrialização teria outra vantagem, uma vez que iria permitir que os membros da SADCC pudessem converter as suas matérias primas em quase todos os bens manufacturados que compravam aos países industrializados e à própria África do Sul.

Além disso, convém não esquecer que, no contexto regional da altura, uma eficiente rede de transportes era essencial para que os membros da SADCC diminuíssem a sua dependência face a Pretória. A falta de infraestruturas podia ser uma enorme barreira ao aumento das relações comerciais, sendo que o incremento desse tipo de relações entre os membros da SADCC era vital para se romper com a dependência.

As prioridades da SADCC não se resumiam apenas aos transportes, comunicações e à melhoria das relações comerciais. Para além destes, havia toda uma série de sectores que se pretendia que viessem a ser alvo das actividades da SADCC. No fundo, serão todos os sectores que vão ser coordenados pelos membros da SADCC, ou seja, os sectores da energia, alimentação e agricultura, recursos naturais e ambiente, indústria, desenvolvimento dos recursos humanos, recursos minerais, pescas e derivados, produção alimentar e controlo das doenças animais, turismo e cultura e informação.

Em conclusão, podemos afirmar que a SADCC não foi apenas criada para frustrar a política regional sul-africana. A redução da dependência externa e a alteração radical do modelo histórico de acumulação na África Austral era condição *sine qua non* para a implementação de qualquer programa de desenvolvimento capaz de satisfazer as necessidades da região. Na Declaração de Lusaka havia sido afirmado que a dependência existente não era um fenómeno natural, nem decorria da economia de mercado, mas sim do facto dos agora estados independentes da África Austral terem sido, em maior ou menor grau, deliberadamente incorporados pelos poderes coloniais na dependência da África do Sul⁷⁴.

⁷² Ismael Valigy: "SADCC - Um Modelo de Cooperação Regional", p.11.

⁷³ Christopher Hill, op.cit., p.236.

⁷⁴ Southern Africa: Towards Economic Liberation, SADCC, Lusaka, 1980.

Daqui se depreende que a SADCC não só pôs em causa a Constelação de Estados (dai que se lhe possa chamar contra-Constelação), como também pôs em causa os objectivos mais imediatos da RAS para a região, ou seja, a manutenção e possível aprofundamento das ligações económicas com os estados da África Austral.

Isto teve como resposta imediata da África do Sul a passagem a uma segunda fase da "Estratégia Total Nacional". Esta fase irá caracterizar-se por ataques militares directos ou indirectos contra os seus vizinhos. Ao mesmo tempo, os sul-africanos vão impôr limitações a novas importações de mão de obra e à utilização do seu sistema de transportes.

3.2. A ESTRUTURA DA SADCC.

Sobre a estrutura da SADCC, o secretário executivo, Simba Makoni definia assim o seu modo de funcionamento:

"Este modo de acção garante um envolvimento directo dos nossos governos e funcionários nas actividades da nossa organização, já que é sobre eles que recaem as responsabilidades de pôr em prática as decisões e os programas e não sobre uma pesada burocracia anónima e impessoal. Este sistema descentralizado exige dos seus membros o máximo de empenhamento político ao serviço de ideais comuns, ao mesmo tempo que exige o máximo de confiança mútua. São estes os dois traços distintos da SADCC e que explicam que o Moçambique marxista e o Malawi capitalista, a Tanzânia republicana e a Suazilândia monárquica possam trabalhar em conjunto.⁷⁵"

A SADCC desde o início que apostou na coordenação. Não desejavam os líderes dos países membros, criar novas instituições com burocracias pesadas e dispendiosas e com objectivos grandiosos. Esta linha de actuação, era acima de tudo uma necessidade, já que os seus membros não eram só política e economicamente diferentes, como também tinham conflitos de interesses. Tinham estruturas de produção diferentes, prioridades de desenvolvimento distintas e sistemas de propriedade distintos. Por exemplo, o caso do Botswana que se inclinava progressivamente em direcção a mecanismos de mercado e políticas comerciais liberais e os de Angola e Moçambique que adoptaram o marxismo-leninismo e os modelos de planeamento central.

Por outro lado, a limitação nos objectivos também advinha dos traumas de experiências passadas⁷⁶, aonde tinham sido adoptados grandiosos objectivos e pesadas instituições. Para além disso, os membros da SADCC não tinham nem interesse, nem recursos e nem o pessoal especializado em abundância, que lhes permitissem criar instituições supranacionais altamente complexas⁷⁷.

Para se alcançarem objectivos altamente ambiciosos, era necessário que as instituições a criar estivessem dotadas de grandes poderes. Porém, a questão da supranacionalidade, indispensável para a criação de sólidas instituições, não seria bem

⁷⁵ Ibbo Mandaza, op.cit., p.32.

⁷⁶ A Comunidade da África Oriental (Quênia, Tanzânia e Uganda), apesar de ter começado bem e de até se pensar numa federação entre os seus membros, fracassou em 1977, devido a divergências políticas e ideológicas e a ganhos desiguais vindos da cooperação.

⁷⁷ Joseph Hanlon: "SADCC: Progress, Projects & Prospects", p.5.

acolhida por parte dos membros da SADCC. Todos eles, haviam alcançado a independência recentemente, não vendo com bons olhos, nem estando preparados para uma cedência de parte da sua soberania, numa altura em que procuravam consolidar o seu Estado/Nação.

Logo na Conferência de Arusha, se decidiu optar por uma estrutura leve e descentralizada pouco burocratizada, mas que requeria a máxima participação dos estados membros. A SADCC pretendia que a cooperação se baseasse em projectos concretos e programas específicos em vez de se apoiar em esquemas grandiosos e instituições burocráticas. Em relação a esta questão da estrutura, Samora Machel afirmava que as instituições deveriam apenas surgir com o intuito de dar resposta a necessidades objectivas e não deveriam surgir como um fim em si mesmas⁷⁸.

No campo económico, as instituições apenas poderiam ser estabelecidas, se o benefício para os estados membros excedesse o custo do seu estabelecimento. Obviamente que havia excepções, em que, os benefícios surgiriam apenas posteriormente, veja-se o caso da "Southern African Transport and Communication Commission" (SATCC), e a "Southern African Centre for Cooperation in Agricultural Research" (SACCAR).

Nestes casos, a SADCC, recorria aos seus parceiros internacionais pedindo-lhes que se ocupassem dos gastos no período entre o custo inicial e o começo dos benefícios. A SADCC decidiu, porém, que seriam os seus membros a suportar a grande parte dos custos de manutenção das instituições⁷⁹.

A SADCC vai operar de acordo com um Memorando de Entendimento, adoptado na cimeira de Julho de 1981 em Harare. Neste Memorando ficaram estipulados quais seriam os órgãos da nova organização:

- 1- Cimeira de Chefes de Estado e/ou de Governo dos estados membros. É o órgão principal da SADCC, responsável pela orientação da política da organização. Reúne pelo menos uma vez por ano. O presidente da cimeira, é eleito por um acordo de rotação de três anos.
- 2- Conselho de Ministros. Formado por pelo menos um ministro de cada país, reunindo no mínimo duas vezes por ano, sendo responsável perante a cimeira pela implementação, coordenação e supervisão das actividades da SADCC. Designa os membros responsáveis pela coordenação dos sectores. Aprova políticas, estratégias e projectos para serem incluídos no Programa de Acção. É também responsável pela convocação da Conferência Consultiva Anual, forum destinado ao diálogo com os governos e agências internacionais.
- 3- Comité Permanente de Representantes. Constituído por um corpo de assistência ao Conselho de Ministros, com sub-comités que se reúnem regularmente com cada país responsável, a fim de avaliarem os resultados no seu sector.
- 4- Comissões Sectoriais. Destinadas a supervisionar os programas de alta prioridade. Estas comissões, são criadas como entidades legais separadas através de convenções ratificadas pelos estados membros. Foram criadas duas, a SATCC e a SACCAR, com sedes respectivamente em Maputo e Gaborone.

⁷⁸ Ibbo Mandaza & Arne Tostensen, op. cit., p.69.

⁷⁹ Esta parte principal representava os custos correntes das instituições, como por exemplo os salários.

5- Secretariado. É liderado por um secretário executivo, que é simultaneamente chefe executivo da organização. O secretário executivo é o responsável pela elaboração do relatório anual e é o representante diplomático máximo da organização no campo internacional. As suas funções são desempenhadas em sintonia com os coordenadores sectoriais. O secretariado, caracteriza-se pela sua estrutura extremamente leve, contribuindo cada país com 50 mil dólares/anuais para fins de funcionamento.

Para além destes órgãos, podemos ainda referir o Comité de Ligação sediado em Londres, dirigido pelo Alto Comissário do Botswana no Reino Unido.

Convém não esquecer um mecanismo de extrema importância que é a Conferência Consultiva Anual, criada em Lusaka. Pretendia-se que, através de encontros anuais entre os estados membros e convidados⁸⁰, se pudessem avaliar os resultados, a performance, identificar pontos fracos e fortes e reunir consensos sobre planos futuros dentro da SADCC.

Como vimos, a SADCC apostava na coordenação e na máxima participação dos estados membros. Dentro desta lógica, o Programa de Acção foi dividido pelos nove estados membros, atribuindo-se responsabilidades sectoriais a cada um deles. A lógica subjacente à distribuição de sectores, residia no facto do país escolhido para determinado sector ter maiores possibilidades de sucesso de coordenação e promoção da actividade nessa área, sendo importante que o sector atribuído a determinado estado, fosse importante para ele. Pretendia-se assim, o empenhamento máximo dos estados no desenvolvimento da actividade da organização.

Assim, cada país membro, passou a ser responsável por um ou mais sectores, bem como pelos respectivos projectos. Esta coordenação implicava também a proposta de políticas sectoriais, de estratégias e o estabelecimento de prioridades, de modo a que as mesmas fossem discutidas e adoptadas pela organização. Os estados deveriam controlar, igualmente, o progresso do seu sector e elaborar relatórios destinados ao Conselho de Ministros.

Para coordenar o sector que lhe foi atribuído, cada estado criou uma Unidade de Coordenação de Sector, a qual passaria a fazer parte da estrutura governativa desse país, sendo esta Unidade a responsável pelo cumprimento do mandato regional.

Para coadjuvar a Unidade de Coordenação de Sector, o estado vai criar uma Unidade Técnica de Apoio (UTA), a qual será formada por técnicos nacionais e estrangeiros. O país coordenador, deverá fornecer as instalações e o pessoal para o funcionamento desta Unidade. Assim, quando os nove ministros de um determinado sector se reúnem para decidirem sobre os projectos e as prioridades, contarão com a assistência da UTA criada pelo estado responsável por esse sector.

O Programa de Acção é composto pelos seguintes sectores e respectivos estados responsáveis⁸¹:

⁸⁰ Estes convidados incluíam representantes dos mais variados países e todas as grandes instituições de desenvolvimento.

⁸¹ Após a sua adesão, a Namíbia ficará com o sector das Pescas e Derivados. Nem todos os sectores foram criados simultaneamente, por exemplo, o sector da Cultura e Informação, atribuído a Moçambique, surgiu apenas em 1990.

SECTOR	ESTADO COORDENADOR
ENERGIA	ANGOLA
INVESTIGAÇÃO AGRÓNOMA E CONTROLO DE DOENÇAS ANIMAIS.	BOTSWANA
TURISMO, UTILIZAÇÃO E CONSERVAÇÃO DOS SOLOS.	LESOTHO
PESCAS, FLORESTAS E VIDA SELVAGEM	MALAWI
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES.	MOÇAMBIQUE
DESENVOLVIMENTO DOS RECURSOS HUMANOS.	SUAZILÂNDIA
INDÚSTRIA E COMÉRCIO.	TANZÂNIA
RECURSOS MINERAIS.	ZÂMBIA
AGRICULTURA E SEGURANÇA ALIMENTAR.	ZIMBABWE

A recolha de fundos destinados aos projectos nos vários sectores assim como a posse legal das acções representa também uma inovação. Assim, os projectos ou as acções criadas através da cooperação, não constituem propriedade legal da SADCC, mas sim dos estados em cujo território se situa o projecto.

Isto tem implicações em relação ao financiamento dos projectos. Apesar da organização planear e juntar a documentação para o projecto regional, o seu financiamento e implementação são da responsabilidade dos estados membros em cujo território se localiza o projecto. São os estados membros envolvidos quem assinam os acordos de financiamento e se comprometem ao seu pagamento caso o projecto seja financiado através de um empréstimo. O papel da SADCC é o de mobilização de recursos, especialmente junto de parceiros internacionais e assegurar que a implementação e o desenvolvimento do projecto estão de acordo com os objectivos regionais.

O apelo ao financiamento externo e também interno foi fundamental em termos de promoção de projectos. Sempre que os investidores ou doadores se mostrassem interessados em colaborar com a SADCC, poderiam entrar em contacto com o secretariado a fim de serem adequadamente elucidados.

Escolhido o sector, o investidor ou doador deveria entrar em contacto com a Unidade de Coordenação Sectorial a fim de se escolher conjuntamente um projecto específico dentro desse sector. Os contactos passariam então a ser directamente efectuados com o país aonde se deveria situar o projecto. Os fundos do investidor ou doador seriam então canalizados para esse país e não para a SADCC. No caso dos investidores ou doadores privilegiarem logo à partida um determinado projecto, poderiam contactar directamente o país sem ter que passar pela estrutura da SADCC.

A SADCC reconhece, porém, que os potenciais doadores ou investidores privilegiariam, provavelmente, todo o tipo de negociações com um poderoso corpo central, em detrimento dos contactos individualizados com os nove estados membros, cada qual com as suas regras e procedimentos bem específicos. Afirma ainda por outro lado que, caso se tivesse optado por essa solução, a disparidade entre os seus membros,

implicaria um atraso significativo ao nível de soluções consensuais, protelando o início de qualquer projecto.

Da mesma maneira que a SADCC se recusou a optar por uma pesada organização burocrática, recusou igualmente o estabelecimento de uma estratégia de desenvolvimento regional. Privilegiou um processo gradual, favorecendo aqueles projectos que pudessem ser concretizados rapidamente, com consequentes benefícios a nível regional.

A estratégia da SADCC, visava também evitar conflitualidades entre os seus membros, tentando para o efeito, apoiar-se em consensos. Neste sentido, os transportes e comunicações representavam a prioridade máxima para a SADCC. Todos os membros lucrariam com o desenvolvimento deste sector, ao mesmo tempo que se desviava tráfico da África do Sul.

A estratégia resumia-se a incentivar a cooperação e a interdependência dos estados membros. O facto de se ter optado por projectos plenamente consensuais, visava, precisamente, abater as barreiras de desconfiança que pudessem eventualmente existir. A existência de um inimigo comum, representava, por outro lado, um incentivo real em termos de coesão. O eficaz funcionamento da SADCC dependia daquilo que Sir Seretse Khama afirmava ser a capacidade dos seus membros conseguirem aprender a "Pensar SADCC".

Outra característica da SADCC prende-se com as decisões tomadas, neste caso, por consenso. Para alguns, isto permitiria aos estados membros, se assim o entendessem, o poder de bloquear decisões ou mesmo o poder de veto. Convém frisar que consenso não significa unanimidade, o que se pretende é desenvolver todos os esforços no sentido de alcançar o acordo da totalidade dos estados membros. Isto permite que os pontos de vista de todos os membros sejam respeitados, favorecendo consequentemente a coesão. Sem dúvida que isto favorecia o bom entendimento entre todos. Porém, tal solução só era possível devido ao facto de se actuar em áreas de grande consenso, já que em outras áreas seria muito difícil à SADCC conseguir funcionar.

Finalmente, os movimentos de libertação nacional da região (SWAPO, ANC, PAC), passariam a desempenhar o papel de observadores, tarefa que lhes era atribuída no seio da estrutura da SADCC, antecipando, desta forma, a resolução dos problemas nos respectivos países. Este envolvimento era considerado essencial, não só por razões de familiarização plena com as questões essenciais, como também pela eficácia e adequação do pessoal treinado para o efeito. A assistência a reuniões internas estava vedada às restantes organizações, exceptuando, como é óbvio, o caso das Conferências Consultivas Anuais.

CAPÍTULO IV

A DEPENDÊNCIA FACE À ÁFRICA DO SUL. ANÁLISE DE QUATRO SECTORES FUNDAMENTAIS.

A dependência, que a SADCC visava combater, resultava, acima de tudo, do desenvolvimento histórico da África Austral. Este desenvolvimento havia sido direccionado, desde finais do séc. XIX, no sentido de servir as potências coloniais e, mais tarde, o pivot de desenvolvimento regional, ou seja, a RAS. Perante esta realidade, os objectivos da SADCC, apresentavam-se particularmente difíceis de alcançar, tanto mais que os seus esforços esbarravam com as acções opostas praticadas por Pretória.

Iremos em seguida analisar quatro sectores vitais, nos quais a dependência era particularmente visível.

4.1. TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES.

Era neste sector que a dependência dos membros da SADCC, face à RAS, era mais acentuada. Seis dos dez países pertencentes à SADCC eram interiores e dependiam, por razões de ordem vária, da RAS para alcançar os portos da costa.

Foi logo em Lusaka que, em Abril de 1980, se afirmou que sem o estabelecimento de um adequado sistema regional de transportes e comunicações, outras áreas de cooperação se tornavam impraticáveis. A SADCC, estabeleceu como primeira prioridade, a reabilitação e o melhoramento das ligações dos transportes existentes. A segunda prioridade, prendia-se com a expansão das ligações em termos de telecomunicações, e a terceira, com o incremento da capacidade das ligações existentes. As hipóteses de eventuais novas ligações em termos de transportes, apareciam apenas no fim das listas de prioridades. No entanto, muitas destas hipóteses tiveram que ser abandonadas, devido à exorbitância dos custos envolvidos. Para além disso, pretendia-se, numa primeira fase, avançar com base em consensos, e portanto, a construção de novas ligações poderia não ser bem aceite por todos os estados membros⁸².

Tendo identificado o sector dos transportes e comunicações como prioridade máxima em termos de investimento massivo, a SADCC criou a SATCC com o intuito de coordenar o desenvolvimento deste sector. Ao decidir os projectos que deveriam ser implementados, a SATCC, tinha em conta os seguintes critérios⁸³:

- 1- A contribuição do projecto para a redução da dependência face à RAS.
- 2- A importância e o impacto dos projectos regionais para os países interiores pertencentes à SADCC.
- 3- O efeito dos projectos no sentido de diminuir os custos dos transportes e implementar os serviços, confrontados com o volume de tráfico planeado.
- 4- A avaliação nacional dos projectos no contexto dos planos de desenvolvimento nacional.
- 5- Relacionamento com outros projectos e a promoção do comércio entre estados membros.

⁸² Por exemplo, a construção de uma linha entre o Botswana e uma Namíbia independente até ao oceano Atlântico. Seria assim criado um caminho alternativo para o mar, para o Botswana, Zâmbia e Zimbabwe.

⁸³ Aguiar dos Santos: "Transport and Communication in the SADCC Region: Breaking the Dependence on South Africa.", SADCC Energy IV, nº11, 1986.

A SATCC deu preferência a projectos coordenados, agrupados em "Corredores" que se concentrassem em redor dos principais portos. Obviamente que nem todos os projectos incluídos, possuíam o mesmo nível de qualidade e urgência. Por exemplo, um certo número de projectos apresentados pelo Lesotho foram incluídos, apesar de pouco poder ser feito no sentido de reduzir a dependência deste país face à RAS e reforçar os laços com os outros membros da SADCC. Neste caso, não se estava a cumprir o primeiro critério da SATCC.

Em relação aos corredores, foram identificados cinco:

Corredor de Nacala: Era o melhor porto de águas profundas na costa oriental de África, recebendo, porém, pouco tráfico. Dotado de um caminho de ferro que o unia ao Malawi.

Corredor da Beira: Foi desenvolvido com o fim de servir o Malawi e o Zimbabwe, países com os quais existiam ligações ferroviárias.

Corredor de Maputo: Foi construído com o objectivo de servir a zona sul-africana do Transvaal, sendo o porto mais perto de Joanesburgo. Para grande parte do comércio externo sul-africano, o porto de Maputo era a melhor opção em termos económicos. Existiam ligações ferroviárias com a Suazilândia (Goba) e com o Zimbabwe (Limpopo), representando também a melhor opção para o Botswana.

Corredor de Dar-es-Salaam: A TAZARA ligava o porto de Dar-es-Salaam à Zâmbia. A TAZARA foi um dos dois caminhos de ferro "políticos" criados com base nas sanções impostas à Rodésia, na sequência da UDI⁸⁴.

Corredor do Lobito: Servia a Zâmbia e o Zaire através do caminho de ferro de Benguela.

A SADCC elaborou uma estratégia de recuperação, que determinava que, em cada ano, fosse atribuída especial prioridade a um corredor. O porto de Nacala e o caminho de ferro para o Malawi, foram os primeiros a serem beneficiados. A seguir, em 1985, foi a vez do porto de Dar-es-Salaam e o caminho de ferro TAZARA. O porto da Beira e o sistema de transportes associados para o Zimbabwe, foram alvo de atenções em 1986. O porto de Maputo e os caminhos de ferro do Limpopo e Goba foram os objectivos em 1988. O porto do Lobito e o caminho de ferro de Benguela foram alvo de atenção em 1989.

Quando se realizou a cimeira de Lusaka, em 1980, os portos sul-africanos lidavam com 80% do comércio externo dos 6 países interiores da SADCC, enquanto que os portos da nova organização tratavam dos restantes 20%⁸⁵. Em 1982, com a abertura das estradas através de Moçambique para o Zimbabwe, alcançou-se a situação de 50%-50%. No entanto, o avanço em direcção a um sistema mais económico e racional foi contrariado, como veremos, pela estratégia de desestabilização da RAS.

A importância que os caminhos de ferro assumiam, devia-se basicamente a duas razões. Em primeiro lugar, apenas 10% do tráfico da SADCC se fazia por estrada e o

⁸⁴ O outro foi a ligação dos caminhos de ferro rodésianos à SATS em Beit Bridge.

⁸⁵ Ibbo Mandaza & Arne Tostensen, op. cit., p.39. Não existe um consenso sobre estas percentagens. Por exemplo, Hans Abrahamsson e Anders Nilsson, no seu livro "Moçambique em Transição", defendem 50% em 1980 e 65% dez anos mais tarde.

número de camiões existente era muito pequeno. Em segundo lugar, o transporte aéreo era impraticável devido à falta de meios e aos elevados custos.

Para além dos transportes propriamente ditos, a SATCC também se empenhou em melhorias de ordem comercial, bem como desenvolvimentos técnicos que pudessem assegurar serviços de transporte eficazes e competitivos.

Em termos estratégicos, a SATCC, também visava outros sectores, tais como o das telecomunicações, estradas e aviação civil. O sector das telecomunicações necessitava ser urgentemente modernizado, dado que as comunicações internacionais continuavam a fazer-se através das antigas metrópoles e da RAS. Era não só ridículo como caro, que os membros da SADCC para contactarem uns com os outros, tivessem que dirigir as suas chamadas através de Lisboa, Londres ou Cidade do Cabo. A resolução deste problema passava pela criação de estações de satélites terrestres em cada um destes países.

Em relação às estradas, pretendia-se uma rede integrada na região. Apesar de existirem 300 mil Kms. de estradas, apenas 10% estavam alcatroadas, urgindo a sua reabilitação. Apenas o Zimbabwe possuía ligações satisfatórias com os seus vizinhos. No extremo oposto, tínhamos o Malawi, extremamente deficitário em termos de estradas. Aliás, esta deficiência nas ligações não se resumia às estradas, já que o mesmo sucedia nos caminhos de ferro. Por exemplo, não existiam ligações ferroviárias entre a Tanzânia e Moçambique, Tanzânia e o Malawi, Zâmbia e Moçambique e Zâmbia e Angola⁸⁶.

Apesar dos portos e caminhos de ferro sul-africanos estarem em bom estado de conservação e serem eficientes, devido às sucessivas modernizações, só tinham a hegemonia, quase exclusiva, graças à política de desestabilização. Inicialmente, apenas o Botswana, Lesotho e Zâmbia eram extremamente dependentes do sistema de transportes da RAS. À medida que a política de desestabilização avançava, também o Malawi, Suazilândia e o Zimbabwe se tornaram reféns de Pretória. Do ponto de vista económico, os portos de Maputo, Beira e Nacala, eram as opções mais adequadas para a Suazilândia, Malawi, Botswana e Zimbabwe e inclusive para a província sul-africana do Transvaal⁸⁷. O porto do Lobito, era a melhor opção para as exportações da Zâmbia e do Zaire. Perante isto, podemos concluir que só devido a circunstâncias excepcionais é que os países da SADCC utilizariam o sistema de transportes sul-africanos.

⁸⁶ Benedict S. Mongola & Chiselebwe Ng'andwe: "Limits to Development in Southern Africa: Energy, Transport and Communications in SADCC Countries." p.105

⁸⁷ Dr. J. G. H. Loubster, Presidente da South African Railways, defendia que o porto de Maputo era a melhor opção do ponto de vista económico para o Transvaal. Opinião formulada contra a intenção de se construir um caminho de ferro que, através da Suazilândia, ligasse o Transvaal a Durban e a Richard's Bay. Joseph Hanlon, op. cit. p.34.

Para melhor captarmos esta realidade, vejamos o seguinte quadro:

DISTÂNCIAS DOS PAÍSES INTERIORES AOS PORTOS MAIS PRÓXIMOS (KM)

	DAR.	BEIRA	MAPUTO	LOBITO	NACALA	DURBAN	ELONDON
<u>ZÂMBIA</u>							
De Lusaka	2045	2026	2035	2679	--	2812	3116
De Ndola	1993	2334	2353	2361	--	3130	3434
<u>ZIMBABWE</u>							
De Harare	--	698	1178	--	--	2077	2404
De Bulawayo	--	1181	1061	--	--	1859	1921
<u>BOTSWANA</u>							
De Francistown	--	1377	1257	--	--	1663	1725
De Gaborone	--	1813	1693*	--	--	1409	1289
<u>MALAWI</u>							
De Blantyre	--	567	--	--	840	3342	3669
<u>ÁFRICA DO SUL</u>							
De Joanesburgo	--	--	636	--	--	777	1016

* Via Bulawayo; Via Joanesburgo a distância é de 1268 Kms.

FONTE: EIU - Joseph Hanlon: "SADCC: Progress, Projects & Prospects." p.25.

Depois de analisarmos este quadro, verificamos que os países da SADCC (excluindo o Lesotho) canalizavam o seu comércio através do sistema de transportes sul-africanos, fazendo percursos irracionais do ponto de vista geográfico e económico.

Estes desvios tiveram enormes custos para alguns países. O Zaire, por exemplo, fazia passar mais de 40% das suas exportações em minerais pelos portos sul-africanos, quando, do ponto de vista lógico, o deveria fazer através do caminho de ferro de Benguela. O Zimbabwe, ao ver-se forçado a utilizar o sistema de transporte sul-africano, devido ao aumento do percurso, viu-se obrigado a pagar fretes adicionais no valor de 38 milhões de USD/ano⁸⁸.

Também a Zâmbia e o Malawi viram os custos dos seus transportes aumentarem devido à utilização do sistema de transportes sul-africanos. Aliás, o caso do Malawi ilustra bem esta situação. Tendo o porto da Beira a 567 Kms. ou o de Nacala a 840 Kms. de Blantyre, viu-se obrigado a utilizar o porto sul-africano de Durban a 3342 Kms.

A estratégia da SADCC no sector dos transportes, para além de viabilizar a diminuição da dependência face à RAS, punha eventualmente em causa o excedente das transacções correntes, de 2,5 biliões USD/ano (valores referentes a 1980), da RAS, grande parte do qual derivava de rendimentos oriundos da utilização dos portos e caminhos de ferro. Calculava-se, por exemplo, que uma vez capazmente utilizáveis, as vias de acesso ao porto da Beira, só o Zimbabwe pouparia no mínimo 60/80 milhões de dólares zimbabweanos por ano, graças ao factor de menor distância⁸⁹.

Ao aperceber-se da importância dos transportes, a RAS procurou utilizá-los como arma naquilo que ficou conhecido como a "Diplomacia dos Transportes". Esta implicava o

⁸⁸ Robert Mugabe, op. cit., p.314.

⁸⁹ Valores estimados em 1989. O Futuro da África Austral: O Papel da Europa, p.19.

fornecimento de locomotivas, carruagens e a concessão de incentivos para que os membros da SADCC continuassem a utilizar o sistema de transportes sul-africano. Quando os estados não cumpriam as determinações impostas pela RAS, ela criava-lhes problemas, como por exemplo, retirando-lhes locomotivas e carruagens quase sem pré-aviso, à semelhança do que ocorreu com o Zimbabwe.

Sempre que estes processos não se mostravam eficazes, a RAS utilizava actos de sabotagem, quer praticados directamente pelas suas forças, quer indirectamente, através de vários grupos de rebeldes existentes em alguns dos países da região.

No contexto dos transportes, Angola e Moçambique adquiriram especial importância. Em Angola, a UNITA encarregou-se de encerrar a linha de Benguela após vários ataques. Em Moçambique, a RENAMO tinha ordens precisas dos sul-africanos para sabotar as linhas férreas moçambicanas. O corredor da Beira só se manteve aberto graças ao Zimbabwe que, em 1982, a pedido do governo moçambicano, estacionou tropas ao longo deste corredor. Para além dos estragos inerentes a estas acções, a RAS visavam com a mesmas, subtrair a Angola e Moçambique, uma importante fonte de rendimentos, proveniente da utilização dos sistemas de transportes pelos seus vizinhos.

Para além disto, enquanto os países do interior estavam dependentes da rede sul-africana de transportes ao nível das suas trocas comerciais, as sanções internacionais que fossem impostas à RAS, afecta-los-iam directamente, ficando assim condicionados na adopção de medidas contra Pretória.

Apesar de alguns sucessos iniciais, à medida que a década de 80 avançava, a situação começou a piorar. Os sistemas de caminhos de ferro que não se encontravam fechados, eram extremamente vulneráveis, como era o caso do da Beira-Zimbabwe e do de Maputo-Suazilândia. Apesar de não enfrentar problemas tão graves, a TAZARA, não deixava de ter problemas muito próprios. Em 1987, 85% do fluxo de mercadorias dos países membros interiores eram transportados através da RAS⁹⁰.

Existem vários factores que estiveram na origem do relativo insucesso obtido pela SATCC e pelos países membros, no seu esforço tendente a diminuir a dependência em relação à rede de transportes sul-africana:

A primeira razão tinha a ver com a desestabilização militar e económica levadas a cabo pela RAS. Todos os membros da SADCC foram, em maior ou menor grau, atingidos pela política de desestabilização, como veremos no capítulo V. No que diz respeito aos transportes, Moçambique constituiu-se como alvo privilegiado, devido à sua situação geográfica. Assim, entre 1982-89, foram destruídas 308 locomotivas, 662 carruagens, 35 pontes e 244 Km. de linhas. Calcula-se que o custo do material destruído tenha ascendido a cerca de 250 milhões de USD⁹¹.

Mais importante, ainda, foram as receitas provenientes dos fretes não executados, resultando das infraestruturas destruídas. Isto também se deveu, ao facto dos exportadores/importadores da região terem perdido a confiança nos sistemas de transportes da SADCC que ainda funcionavam. Além disso, as empresas sul-africanas utilizavam estratégias comerciais invulgarmente agressivas, de forma a convencerem os exportadores/ importadores a utilizarem a rede de transportes sul-africanos. Foram dados consideráveis subvenções aos clientes que, apesar da distância ser maior, optaram por enviar as suas cargas através da RAS.

⁹⁰ Terra Solidária, nº10, p.11.

⁹¹ Hans Abrahamsson & Anders Nilsson, op. cit., pp.192/193.

É curioso notar que as receitas dos fretes baixaram mais rapidamente do que as quantidades de carga, resultado de outra componente da estratégia sul-africana. A carga de pouco valor continuou a ser enviada, por exemplo, via Moçambique, enquanto que a carga de valor superior era transportada, em escala cada vez maior, através da RAS.

Outra razão, prendia-se com a desigualdade de objectivos e recursos entre as partes envolvidas. Os países da SADCC possuíam poucos recursos face aos objectivos que se propunham alcançar regionalmente, os quais, a fim de serem concretizados, para além de recursos, envolviam tempo. A RAS, pelo, seu lado, para além de possuidora de maiores recursos, tinha a vida mais facilitada. O seu objectivo de manter a dependência dos seus vizinhos ao nível dos transportes, era mais facilmente alcançável, já que uma bomba numa ponte destruía num minuto os esforços de meses e os sacrifícios de muitos.

Uma terceira razão, prendia-se directamente com a transformação estrutural que se verificou no mercado de transportes regionais. À semelhança do que sucedera anos 70, no mundo ocidental, a África Austral sofreu também uma transformação no sistema de transportes. A carga passou a ser transportada em contentores, reduzindo o custo de embalagem e manuseamento durante o transporte. Esta adopção dos contentores, implicou grandes investimentos em novos meios de transporte, portos, terminais de carga e descarga e equipamento de manuseamento da carga.

Os sul-africanos adoptaram este sistema, implicando uma descida dos custos. As grandes agências de despachantes sul-africanos, Rennies e Manica, detinham grandes interesses nos países da SADCC. Estas duas agências, mas sobretudo a Manica⁹², favoreciam os objectivos sul-africanos, nomeadamente através da companhia Safmarine. A Manica privilegiou a utilização dos portos sul-africanos, onde tinha efectuado grandes investimentos ao nível da modernização das respectivas infraestruturas. Como detentora de 3/4 dos contentores da região, possuía uma forte capacidade de pressão.

A fim de enfrentar esta situação, a SADCC, tinha que criar infraestruturas nos seus portos que permitissem a utilização dos contentores, bem como uma agência de despachantes própria para evitar o domínio sul-africano. As lacunas observadas ao nível da modernização também afectavam a capacidade dos corredores, nomeadamente os moçambicanos, de resistirem à crescente concorrência da África do Sul.

Finalmente, outra razão prendia-se com o facto de grande parte das linhas não terem capacidade para aguentar transportes de peso elevado. Para além disso, existiam diferentes sistemas entre os países, nomeadamente no que diz respeito à largura das vias. Esta situação, dificultava a circulação entre os mesmos, implicando que a mercadoria tivesse que ser descarregada a fim de mudar de carruagem. As linhas existentes estavam obsoletas, necessitando de rápida substituição, além de um nível de manutenção mais adequado. Por outro lado, faltavam locomotivas e carruagens⁹³.

Os portos por seu lado, apresentavam, também, as suas limitações, o que prejudicava, como é óbvio, a sua capacidade de funcionamento. Era urgente uma remodelação, já que, por exemplo, as linhas de ferro não chegavam exactamente até ao porto, o que dificultava e atrasava as operações de carga e descarga. Urgia também, melhorar a qualidade dos serviços.

⁹² A Manica pertencia em 40% à Anglo-American Corporation of South Africa e 60% pertenciam à companhia sul-africana de navegação Safmarine. Joseph Hanlon, op. cit., p.35.

⁹³ Benedict S. Mongula & Chiselebwe Ng'andwe, op. cit., p.103.

4.2. RELAÇÕES COMERCIAIS.

As condições privilegiadas de que a RAS beneficiou, em termos de infraestruturas e comunicações, explica uma importante parte da situação de dependência que a região mantinha relativamente às suas trocas comerciais. Outro factor de dependência, prendia-se com o processo de integração das economias dos países vizinhos no seio da economia sul-africana, sob múltiplas formas, incluindo a União Aduaneira. Um último facto a ter em consideração, dizia respeito à época colonial. Nessa época, devido à posição geográfica de muitos destes países, à sua reduzida dimensão, ou ainda devido às limitações inerentes ao poder de compra aí existentes, não se afigurava rentável, nem para as metrópoles nem para as grandes companhias, a instalação de um tecido industrial destinado a satisfazer as necessidades internas dos mesmos. Esta lógica, condenou os países acima referidos, à dependência das importações, oriundas, nomeadamente da RAS, envolvendo um leque muito variado de produtos, desde bens de consumo, passando por bens intermédios ou de equipamento. As excepções foram, a partir dos anos 60, Angola, Moçambique e a Rodésia.

Atendendo a estes antecedentes, as relações comerciais na região, nos finais dos anos 70, caracterizavam-se por uma elevada assimetria, com um balanço favorável para a RAS. Assim, o objectivo da SADCC de melhorar as relações comerciais entre os seus membros e diminuir a dependência face à RAS, não era tarefa fácil. Vejamos pois, qual a situação pouco antes do nascimento da SADCC⁹⁴:

Em 1979, o comércio intra-SADCC representava menos de 3% do total do comércio externo dos países da SADCC (incluindo a Namíbia na SADCC, a percentagem representava pouco mais de 2%). Dos restantes 97%, pouco menos de 1/5 efectuava-se com a África do Sul e pouco mais de 4/5 com o resto do mundo. No entanto, estes 3%, representavam uma percentagem historicamente baixa, que podia ser explicada pelas consequências do encerramento da fronteira da Rodésia com a Zâmbia, Malawi e Moçambique. Por outro lado, também se devia à virtual cessação do relativamente volumoso comércio entre Angola e Moçambique após as respectivas independências. Estas constatações, sugerem que, em circunstâncias mais favoráveis, haveria a possibilidade de aumentar o comércio intra-SADCC⁹⁵.

Por outro lado, apenas 6% do total das exportações da SADCC se destinavam para a RAS, enquanto que este país fornecia 29% das importações da SADCC (incluindo a Namíbia, as percentagens atingiam os 7% e 33% respectivamente). É conveniente não nos deixarmos enganar por estes números e pela visão de conjunto dos países da SADCC, uma vez que as percentagens variam bastante de país para país. Assim, não existia praticamente intercâmbio comercial entre a Tanzânia e a RAS, enquanto que mais de 90% do comércio do Lesotho era com a RAS⁹⁶.

⁹⁴Jesmond Blumenfeld, op. cit., p.136.

⁹⁵ Convém salientar que as percentagens se referem apenas ao comércio de mercadorias. Todas as outras ligações comerciais, incluindo o comércio de serviços e bens invisíveis, estão excluídos.

⁹⁶ O ano de 1979 foi utilizado por ser o ano anterior à criação da SADCC. Para além disso, exemplifica correctamente toda a realidade da década de 70 no que diz respeito às relações comerciais entre a RAS e os futuros membros da SADCC. As percentagens mantiveram-se basicamente as mesmas ao longo da década. Assim, em 1970, as exportações para a RAS a partir da SADCC representavam 7.5% do total das exportações da SADCC, em 1976 a percentagem representava 7.4%. Em relação às importações da RAS para a SADCC, em 1970 representavam 28.2% do total das importações da SADCC, em 1976 a percentagem ascendia a 28.8%. Jumanne H. Wagao: "Trade relations among SADCC Countries.", p.153.

Com a exceção do Lesotho, a RAS adquiria, em geral, menos de 1/5 das exportações dos países da SADCC, enquanto que representava a origem de 88% das importações do Botswana, 87% das da Suazilândia, 42% das do Malawi, 38% das do Zimbabwe, 14% das de Moçambique, 12% das de Angola e 6% das da Zâmbia.

As exportações da SADCC destinadas à RAS, eram basicamente bens alimentares e produtos agrícolas, enquanto que as importações eram sobretudo metais preciosos (18%), máquinas e equipamentos (16%), produtos químicos (13%) e bens alimentares (13%)⁹⁷.

Perante o clima de hostilidade existente entre a RAS e os membros da SADCC, as relações comerciais entre ambos, eram apenas vistas sob o ângulo da dependência que implicavam, sendo secundarizados os efeitos positivos. A análise desta situação alterar-se-ia, se nos baseássemos apenas em princípios económicos, e neste caso, as relações deveriam manter-se por serem benéficas. Mas, se se considerassem as questões de ordem política, os custos não compensavam os ganhos. Novamente surgem as questões de índole política, a imporem o seu peso.

O Malawi constituía, entre os países da SADCC, um caso particular. O seu alinhamento com a RAS, levou-o a procurar aumentar as relações comerciais, o que explica que as suas importações oriundas da RAS, em 1981, tenham alcançado 36%, aumento significativo se o compararmos com os 6% de 1964⁹⁸.

Apesar de possuir uma economia relativamente mais desenvolvida que os outros países da região, cerca de 22% das importações do Zimbabwe provinham da RAS. Isto era, sem dúvida, o resultado da estrutura de comércio herdada da UDI, agravada pelas sanções que levaram à intensificação do comércio com Pretória. Ainda em relação ao Zimbabwe, convém referir o seu domínio absoluto em termos do comércio intra-SADCC, consequência óbvia de uma economia mais forte, se bem que, antes das independências, Angola e Moçambique, tinham estruturas produtivas e mercados internos comparáveis aos do Zimbabwe. Esse domínio está patente no seguinte quadro:

PERCENTAGEM DE CADA PAÍS NO COMÉRCIO INTRA-SADCC (1981).
(% DO TOTAL)

	<u>EXPORTAÇÕES</u>	<u>IMPORTAÇÕES</u>
ZIMBABWE	49	38
ZÂMBIA	14	19
BOTSWANA	13	15
MOÇAMBIQUE	11	12
MALAWI	8	9
TANZÂNIA	2	3
SUAZILÂNDIA	3	1
ANGOLA	-	2
LESOTHO	-	-

FONTE: SADCC; Joseph Hanlon: "SADCC: Progress, Projects & Prospects." p.69.

Até este ponto, só foi analisado um lado da questão, ou seja, a importância e a dependência ou não dos países da SADCC face à RAS em matéria de relações comerciais. No entanto, afigura-se igualmente pertinente analisar a relevância dessas relações para

⁹⁷ Idem, p.155.

⁹⁸ Ismael Valigy, op. cit., p.3.

a RAS. Apesar dos grandes parceiros comerciais da RAS não serem os países situados na região, o comércio com a SADCC, não deixava de revestir-se de alguma importância para Pretória. Assim, se retirássemos ao valor total das exportações sul-africanas o valor do ouro, bem como de outros minerais, cujo peso oscilava entre 55% e 65% das exportações totais, cerca de 20% do restante, destinava-se a países da SADCC, correspondendo a valores na ordem dos 1,5 biliões de dólares anuais no período entre 1980-86⁹⁹.

Para além dos benefícios de cariz económico, a RAS tinha igualmente em conta factores de ordem política. Manter esta dependência em relação aos seus vizinhos, funcionava simultaneamente como garantia em termos de instrumento de pressão ao nível dos países da SADCC. No fundo, a RAS contava com a dependência comercial dos seus vizinhos para continuar a sua política regional.

Os condicionalismos, já referidos implicavam, como é óbvio, inúmeros obstáculos inerentes aos objectivos visados pela SADCC, nomeadamente no que diz respeito à diminuição efectiva do seu grau de dependência. Eis alguns exemplos:

Em primeiro lugar, o aumento do comércio intra-SADCC era dificultado pela semelhança ao nível dos produtos, bens não industriais, destinados à exportação entre os estados membros, dificultando, como é óbvio, esse intercâmbio. Para além disso, a SADCC surgiu num momento de crise internacional, a qual afectou os países desenvolvidos, que consequentemente importaram menos produtos minerais e/ou agrícolas. Esta situação implicou que volume de divisas obtido pelos países da SADCC fosse menor. Ao mesmo tempo, os seus produtos de exportação baixaram de preço, enquanto que as importações de bens manufacturados aumentaram. O aumento das taxas de juro das dívidas e a redução do fluxo da ajuda vieram piorar a situação. Aliado a tudo isto, surgiu a posição hostil da RAS.

Por outro lado, as trocas comerciais intra-SADCC sofriam de deficiências graves. O sistema regional de transportes estava vocacionado para a exportação de bens primários e para dar resposta às importações urbanas, faltando-lhe a integração dos vários pontos da região. Como vimos no ponto 4.1., existiam grandes falhas ao nível das ligações terrestres entre os países da SADCC. Os procedimentos alfandegários, diferentes de país para país, extremamente burocratizados, desencorajavam muitas relações comerciais, sendo necessário a harmonização das políticas, neste sector.

Outro obstáculo prendia-se com a ausência de um claro sistema de pagamentos devido à falta crónica de divisas que afectavam, excluindo o Botswana, todos os países da SADCC. O estabelecimento de mecanismos de pagamento, pouco beneficiaria esta situação, senão vejamos o caso do Malawi e da Zâmbia: A Zâmbia vendia, normalmente, produtos derivados do petróleo ao Malawi, produtos esses que eram produzidos na sua refinaria a partir do petróleo importado. Como a Zâmbia tinha de pagar a pronto, em dinheiro, o petróleo recebido, exigia que o Malawi lhe pagasse imediatamente, da mesma forma, sem qualquer tipo de espera. O Malawi, respondia à Zâmbia, exigindo o pagamento imediato das suas exportações de milho, em divisas. Para grande parte dos países da SADCC, alguns meses de crédito eram essenciais. Assim, eles iriam escolher aqueles parceiros que lhes oferecessem condições de crédito a longo prazo. Era precisamente aqui que entrava a RAS, fazendo uso de um grande trunfo, oferecendo condições de crédito a cerca de 1 ano.

Uma outra questão inerente às dificuldades registadas ao nível do comércio intra-SADCC, provinha da relativa ignorância existente, entre os respectivos membros que pouco sabiam sobre os seus parceiros. Sabiam muito mais sobre os produtos e matérias

⁹⁹ Roger Martin: "Southern Africa: The Price of Apartheid." EIU, London 1988, p.14, citado em Fernando Jorge Cardoso: "SADCC e Interdependência Económica na África Austral. Realidades e Perspectivas.", p.83.

primas disponíveis à venda na RAS, EUA e Europa do que sobre os produtos disponíveis nos estados vizinhos. Esta situação explicava-se por duas razões:

1- Houve pouca promoção das exportações da região, tanto mais que o deficit de divisas implicou uma clara preferência pelas transacções efectuadas fora da região, permitindo então a sua rápida obtenção,

2- A segunda razão estava relacionada com um certo complexo de inferioridade em relação aos produtos da SADCC. Para muitos, era sempre preferível adquirir produtos vindos de fora da SADCC do que dos seus próprios vizinhos. Samora Machel afirmou, em Lusaka, a propósito disto, a necessidade de se tentar alterar este tipo de mentalidade, de modo a aumentar as trocas comerciais e reduzir a dependência face à RAS. Dizia ele que as pessoas recusavam produtos só porque tinham escrito "Made in Zâmbia" ou "Made in Tanzânia", mas escolhiam aqueles que diziam "Made in South Africa"¹⁰⁰. Para além disso, havia a questão dos transportes que facilitava a circulação e distribuição dos produtos sul-africanos entre os países da região, enquanto que estes tinham enormes dificuldades em comercializar com os outros membros da SADCC, devido à deterioração do sistema de transportes da SADCC.

No fundo, as melhorias neste sector passavam por uma mudança de mentalidades, dentro da linha de pensamento de Sir Seretse Khama que apontava para a necessidade de se aprender a "Pensar SADCC".

4.3. INVESTIMENTOS.

A RAS possuía fortes investimentos na maioria dos países da SADCC, o que dificultava o corte dos laços de dependência. A presença sul-africana, neste sector, devia-se às ligações que haviam sido criadas durante a época colonial e que, com o decorrer dos anos, se foram aprofundando, devido ao forte poder económico e financeiro da RAS. Para além das questões históricas e do poder económico sul-africano, outros factores contribuíram para o fortalecimento dos investimentos entre os países da região e a RAS. Por um lado, um número significativo de multinacionais a operarem em países da SADCC, funcionavam a partir da RAS. Em segundo lugar, as agências de navegação e transportes, com forte presença na maior parte dos países da SADCC, encontravam-se estreitamente ligadas à RAS. Dificilmente se podia esperar, assim, que adoptassem medidas tendentes à redução da dependência, pois as suas tecnologias de carga possuíam não só fortes ligações no seio da RAS, como também a maioria dos seus capitais eram sul-africanos.

É preciso ter em atenção que, apesar de no campo dos investimentos, as relações de dependência, vistas em termos formais, nomeadamente através da posse de acções serem importantes, bem mais relevantes eram, sem dúvida, os vários mecanismos informais de controlo real, quer se processassem através da gestão das vendas, de contratos de manutenção técnica ou de formação de pessoal especializado.

Vejamos agora, resumidamente, quais os investimentos sul-africanos mais importantes em cada um dos países da SADCC¹⁰¹:

¹⁰⁰ Declaração do Presidente Samora Machel em 1980 em Lusaka, in Ibbo Mandaza & Arne Tostensen, op. cit., p.138.

¹⁰¹ Os dados sobre os investimentos sul-africanos nos vários países, foram retirados de: Fernando Jorge Cardoso: "SADCC e Interdependência Económica na África Austral. Realidades e Perspectivas.", pp.86/87. Derrick Chitala: "Political Economy of the SADCC and Imperialism's Response.", pp.23/30. Jumanne H. Wagao: "Trade Relations among SADCC Countries.", p.179, e das várias partes dedicadas aos 10 membros da SADCC em Africa South of The Sahara 1993/94.

BOTSWANA

No caso do Botswana, cuja principal exportação eram os diamantes (88% das exportações), as minas eram propriedade da De Beers Botswana Mining Co. (Debswana), uma joint-venture que pertencia, em partes iguais, ao governo do Botswana e à De Beers Consolidated Mines of South Africa¹⁰².

As minas de cobre e níquel, segunda maior exportação do país, pertenciam à Bamangato Roan Selection Trust, com 30% das acções controladas pelas sociedades americanas AMAX/RST, e outros 30% pela Anglo-Chatered.

Outros sectores da economia do Botswana havia que também não escapavam ao controlo sul-africano. A comissão para a carne, que recebia do governo 1/3 das receitas orçamentais, era controlada por interesses sul-africanos¹⁰³. O governo de Gaborone concedeu o monopólio dos trabalhos de prospecção de depósitos de plutónio a duas firmas sul-africanas, a Gold Fields of South Africa (GFSA) e a Southern Prospecting.

Finalmente, ao longo da década de 80, 30% dos rendimentos orçamentais anuais do Botswana provinham da sua participação na SACU.

SUAZILÂNDIA.

O sector privado, sul-africano dominava praticamente a economia suázi. A indústria do turismo estava completamente dominada por empresas de turismo sul-africanas. A produção de ferro, recurso relativamente importante para o país, dependia da Swaziland Ore Development Company, que era uma filial da Anglo-American.

Uma parte substancial dos rendimentos orçamentais da Suazilândia tinham a sua origem na participação deste estado na SACU. Durante a década de 80, a percentagem variou entre 46.7%, em 1981/82, e 64.6%, em 1982/83, tendo, em média, representado cerca de 60% dos rendimentos orçamentais da Suazilândia¹⁰⁴.

LESOTHO.

Tal como sucedia no caso da Suazilândia, o domínio sul-africano era praticamente total, com a agravante de estar completamente rodeado de território sul-africano. Assim, era extremamente difícil encontrar medidas que diminuíssem a sua dependência face à RAS, mesmo no âmbito da SADCC. Apesar de ser um país muito pobre, o Lesotho tinha água, um recurso essencial para a RAS. Perante isto, negociações entre ambos os países tiveram lugar, sobre a execução de um projecto conhecido como "Highlands Water Scheme" (HWS), através do qual se iria exportar água do Lesotho para os centros urbanos de Joanesburgo e Pretória. Durante o processo negocial, que durou entre 1986-1988, surgiu a questão de quem é que se responsabilizaria pela entrega da água. O clima de suspeição que se instalou no Lesotho e nos estados vizinhos, prendia-se com o facto de

¹⁰² A Debswana adquiriu, em Julho de 1987, contra entrega das suas reservas, 5,27% das acções da De Beers, tornando-se deste modo e através da participação cruzada da De Beers na Anglo-American Corporation, detentora de interesses em vários sectores da economia sul-africana. Esta compra de acções representava o maior investimento directo estrangeiro na RAS nos últimos anos.

¹⁰³ A carne era a terceira maior exportação do país.

¹⁰⁴ Gwyneth Williams & Brian Hackland, op. cit., p.254.

a RAS através do controlo dos pagamentos e o atraso dos mesmos, conseguisse vir a pressionar, ainda mais, o Lesotho¹⁰⁵.

O projecto iria trazer grandes benefícios para ambos os países e os pagamentos sul-africanos quase que duplicariam os rendimentos do Lesotho, em divisas. Por outro lado, a água também poderia passar a fornecer electricidade ao Lesotho que, até então, a comprava à RAS. Apesar do aparente estreitar da dependência deste país face à RAS, a verdade é que essa dependência era recíproca, já que Pretória dependia do Lesotho num aspecto tão vital como era a água.

Os rendimentos da SACU, representavam, em média durante os anos 80, 70% dos rendimentos orçamentais do Lesotho. Mas, apesar do Lesotho estar profundamente dependente em termos económicos, isto não significava, como veremos no capítulo V, uma total submissão ao nível político.

NAMÍBIA.

A forte ligação económica à RAS era obviamente o resultado dos laços históricos que uniam estes dois estados. O sector mineiro estava totalmente dominado pelo capital sul-africano, se bem que existissem também algumas sociedades norte-americanas. Assim, a Consolidated Diamond Mines of South West Africa (CDM), uma subsidiária a 98,43% da De Beers, controlava 90% da produção de diamantes. Os diamantes representavam a principal fonte de exportação da Namíbia. Só a CDM, contribuía para 40% do orçamento da administração sul-africana na Namíbia, através do pagamento de impostos pela exploração das minas de diamantes.

Na agricultura e na pouca indústria existente, o domínio estrangeiro era notório, sobretudo o sul-africano. No sector agrícola, a Namíbia produzia bens que não consumia e importava grande parte do que necessitava, especialmente bens alimentares. Cerca de 90% dos bens consumidos na Namíbia, provinham da RAS.

MALAWI.

O Malawi de Hastings Banda, sempre tentou manter um bom relacionamento com a RAS. Porém, a economia do Malawi baseava-se na agricultura, razão que poderá explicar a fraca relevância dos investimentos sul-africanos neste país. Mesmo assim a RAS era importante para o Malawi, já que era um grande cliente das principais exportações deste país, ou seja, de tabaco e de chá. Para além disso, os investimentos sul-africanos possibilitaram a construção de estradas, caminhos de ferro (até Nacala) e a construção de uma nova capital, Lilongwe, para além de investimentos em hotéis e complexos turísticos.

ZÂMBIA.

Neste país, a presença de capitais sul-africanos não era muito significativa, porém, os sectores mineiros e industriais zambianos, dependiam das compras de materiais e equipamentos à RAS. No caso do cobre, que representava 85% das exportações da Zâmbia em 1987, havia uma forte presença da Anglo-American Corporation. Em 1984, na Zambia Consolidated Copper Mines (ZCCM), o governo zambiano detinha 60,3% do capital, a Anglo-American detinha 27,3% e a multinacional norte-americana Amax detinha 6,9% do capital. Apesar da posição minoritária, a AMAX e a Anglo-American controlavam de facto a ZCCM, através da gestão e do fornecimento de assistência técnica e equipamentos.

¹⁰⁵ A questão de certa maneira ficou resolvida a partir do momento em que a RAS se comprometeu em pagar certas quantias mensais, independentemente da água entregue, ao que se juntaria determinada quantia por metro cúbico entregue.

ZIMBABWE.

Os investimentos sul-africanos no Zimbabwe eram maiores do que em qualquer outra economia da África Austral. Esta ligação entre o capital sul-africano e o Zimbabwe, deveu-se, em grande medida, às relações que foram estabelecidas entre a Rodésia e a RAS.

Das 10 maiores empresas industriais do país, 5 estavam directa ou indirectamente na mão das companhias sul-africanas. Estas 5 eram as seguintes: Zimbabwe Breweries, Hippo Valley, Premier Portland Cement, Plate Glass e Bat. A maior de todas elas, a Zimbabwe Breweries, dominava a indústria alimentar e o sector das bebidas, tendo igualmente fortes interesses no sector hoteleiro.

O grupo Anglo-American, detinha investimentos nas minas, especialmente de ferro e crómio, controlava as indústrias do aço (Zisco), carvão (Hwrange) e níquel (Trojan-Bindura), tendo igualmente interesses no sector agrícola (açúcar, citrinos e produção de madeira) e em alguns serviços.

Para além destes investimentos, o Zimbabwe também dependia da RAS em termos de tecnologia, gestão e comercialização.

MOCAMBIQUE.

Com a independência de Moçambique, as ligações existentes com a RAS decaíram. O agravamento das tensões políticas, não implicou, obviamente, um aprofundamento dos investimentos.

A barragem de Cahora Bassa era do maior interesse para a RAS, sendo que Pretória seria o principal destino da electricidade produzida pela barragem. O fornecimento começou em meados de 1977, sendo que 98% do total produzido em 1983 teve como destino a RAS. No entanto, os frequentes ataques de sabotagem efectuados pela RENAMO, nomeadamente aos postes de transporte de energia, afectaram duramente a rede de distribuição de Cahora Bassa, implicando que esta trabalhasse bem abaixo das suas capacidades¹⁰⁶.

ANGOLA E TANZÂNIA.

Estes eram os dois países menos dependentes dos investimentos sul-africanos. Mesmo assim podemos encontrar em ambos, a presença de capitais sul-africanos.

Em relação a Angola, a produção de diamantes era feita pela empresa DIAMANG, a qual era controlada em 61% pelo estado angolano, sendo que o resto era detido por algumas companhias estrangeiras incluindo a De Beers.

No caso da Tanzânia, a De Beers, antes da independência controlava 50% da mina de diamantes e também controlava totalmente a gestão e a venda. A mina foi nacionalizada desde então. Porém, o aconselhamento ao nível da gestão era fornecida pela De Beers e a totalidade da produção era comprada pela Diamond Corporation, uma subsidiária da De Beers. No entanto, a produção de diamantes não era especialmente relevante para a economia tanzaniana¹⁰⁷.

¹⁰⁶ Por exemplo, em Março de 1987, Cahora Bassa trabalhava apenas a 0,5% das suas capacidades. Miles Smith-Morris: "Mozambique-Economy", p.588.

¹⁰⁷ As exportações de diamantes, em 1989, representaram só cerca de 14,4 milhões de dólares.

Em conclusão podemos dizer que, em maior ou menor grau, grande parte dos países da SADCC estavam sob a alçada poderosa dos investimentos sul-africanos.

4.4. FLUXOS MIGRATÓRIOS.

A existência e a importância dos fluxos migratórios não era um fenómeno recente na África Austral. Os principais fluxos eram os de cidadãos do Malawi para a Zâmbia e para as minas, fazendas e indústrias do Zimbábue, moçambicanos para as fazendas de sisal da Tanzânia, para as plantações de chá do Malawi, e para os campos de cana de açúcar da Suazilândia. Mas, o mais importante fluxo era o de cidadãos do Malawi, Moçambique, Botswana, Lesotho e Suazilândia para as plantações, minas e indústrias da RAS¹⁰⁸.

Sem dúvida que o destino privilegiado dos trabalhadores da região era o das minas sul-africanas. Em 1985, 371.008 cidadãos de estados independentes da África Austral estavam legalmente registados como trabalhadores na RAS. Destes, 82,55% estavam empregados nas minas, 4,63% na agricultura e 2,80% no sector manufactureiro¹⁰⁹. A importância do emprego nas minas também advinha do facto deste sector ser a principal fonte de exportações sul-africanas.

O sistema de emigração, na África Austral, tinha as suas raízes históricas no início do século XX. Este sistema baseava-se no recrutamento controlado de trabalhadores por um tempo limitado, os quais eram originários dos estados da zona, sendo depois canalizados para as zonas de trabalho.

Dentro da RAS surgiu a South African Chamber of Mines, a qual teve um papel fundamental em termos da captação de mão de obra. Criada em 1887, para representar os interesses das empresas detentoras do património mineiro, afirmou-se rapidamente como líder no ramo, tendo tido um papel igualmente relevante em termos da aprovação de leis e adaptação de impostos. Foi igualmente responsável pela criação de uma organização central de recrutamento a "The Employment Bureau of Africa" (TEBA), destinada a assegurar mão de obra para as minas. A TEBA provou a sua eficiência, sobretudo, ao nível da prevenção da inflação salarial.

A partir de 1973, o sector mineiro, começou a sofrer alterações devido a três acontecimentos:

- 1- Em 1973/74 houve um aumento dos preços do ouro.
- 2- A decisão do governo do Malawi de não permitir o recrutamento de mais cidadãos do seu país. Esta posição deveu-se a um acidente aéreo, em 1975, que vitimou todos os passageiros que eram trabalhadores malawianos. O governo do Malawi, exigiu melhores condições de trabalho e segurança. O governo do Malawi acabaria, no entanto, por rever a sua decisão.
- 3- Deu-se o fim da presença portuguesa em Moçambique, e o conseqüente medo de que o mercado moçambicano de trabalho deixa-se de estar disponível. O aumento do preço do

¹⁰⁸ Gavin Maasdorp & Alan Whiteside: "Economic Relations in Southern Africa-Changes Ahead.", p.18.

¹⁰⁹ Estes números pecam por não nos darem uma visão global, já que não incluem toda uma série de trabalhadores ilegais, que se encontravam a trabalhar na agricultura e na construção. Em Outubro de 1986, fontes oficiais sul-africanas, afirmavam que deveriam existir cerca de 1 milhão e 300 mil ilegais no país, grande parte dos quais deveriam ser moçambicanos. Robert Davies, op. cit., p.13.

ouro permitiu um incremento nos salários dos mineiros. Porém, o desaparecimento inesperado de uma grande fonte de recrutamento, o Malawi¹¹⁰, forçou a indústria a adoptar uma política destinada a tentar atrair trabalhadores dentro da própria RAS. Para tal, havia que competir com os outros sectores, nomeadamente a nível de salários. Esta política, também permitiria reduzir a vulnerabilidade do sector perante possíveis atitudes dos estados fornecedores de mão de obra. Neste sentido, desde meados dos anos 70, a Chamber of Mines começou a implementar um programa de substituição de trabalhadores estrangeiros por nacionais, passando de 220 mil em 1975, aproximadamente 2/3 da força mineira, para 185 mil em 1984, cerca de 40% da força mineira¹¹¹. Desde 1975, o recrutamento de nacionais sul-africanos para as minas, cresceu em números bastante consideráveis.

Dentro da RAS não havia uma posição consensual sobre a utilidade dos trabalhadores estrangeiros. O governo via-os como um óptimo instrumento de pressão sobre o comportamento dos estados vizinhos. Para os empresários, estes trabalhadores representavam a possibilidade de manter os lucros devido aos baixos salários praticados, tanto mais que à medida que as sanções iam apertando, todos os outros factores de produção eram mais difíceis e caros de obter. Esta divergência de opiniões, foi bem visível quando o governo de Pretória decidiu, em Outubro de 1986, deportar todos os trabalhadores moçambicanos. Este anúncio foi feito sem qualquer discussão com os empregadores ou com o governo moçambicano, e foi feito como retaliação à explosão de uma mina na fronteira com Moçambique.

Esta atitude do governo sul-africano não foi bem acolhida internamente, uma vez que os empregadores defendiam ser impossível substituir um tão grande número de trabalhadores especializados num espaço de tempo tão curto. Após algumas negociações, foi possível alcançar-se um consenso. Segundo este, não seriam recrutados mais novatos, podendo ficar aqueles que tivessem mais de 7 anos de experiência, todos os outros poderiam terminar os seus contratos.

Pretória ameaçou o Lesotho com o mesmo tipo represália, a qual, se efectuada, se revelaria um desastre para o Lesotho, dada a importância desses trabalhadores para a economia deste país. Em 1985, a mão de obra do Lesotho cifrava-se em 700 mil, dos quais apenas 40 mil estavam empregados no sector formal nacional e 140 mil estavam na RAS. Daqui se depreendem as consequências desastrosas da adopção de uma tal medida, tanto mais que, em regra, cada mineiro tinha a seu cargo seis pessoas.

Para os países da região, a importância destes trabalhadores advinha dos recursos financeiros gerados por eles. Por exemplo, em 1982, cerca de 240 milhões de rands foram enviados pelos trabalhadores basotho para o seu país, montante este que representava mais de 2/3 do PNB do Lesotho. A importância dos emigrantes a trabalharem na RAS, constituía uma parte importante da população desses países que tinham acesso a um salário regular. Em 1984, por exemplo, os números eram os seguintes: no Lesotho representavam 86% da população com acesso a um salário regular, 25% no Botswana, 20% na região sul de Moçambique, 15% na Suazilândia e 8% no Malawi¹¹².

Em 1984, a Chamber of Mines estimou em cerca de 1 bilião de rands o montante de transferências da RAS para os estados vizinhos. Por sua vez a TEBA afirmou, em 1987, no

¹¹⁰ O Malawi fornecia 120 mil trabalhadores à RAS, Gavin Maasdorp & Alan Whiteside, op. cit., p.19.

¹¹¹ Robert Davies: "Key Issues in Reconstructing South-Southern African Economic Relations After Apartheid.", p.5.

¹¹² Robert Davies, op. cit., p.14.

seu relatório anual, que os ganhos obtidos pelos mineiros, ascendiam a um total de 4 bilhões, grande parte dos quais eram enviados para os seus países de origem.

Estas remessas eram importantes já que, permitiam à respectiva família adquirir bens de consumo, revestindo-se de particular importância, durante anos de más colheitas. Por outro lado, permitiam ao trabalhador e à sua família investir na habitação, assim como na compra de equipamento agrícola, viabilizando um aumento da produtividade da economia rural. Em terceiro lugar, forneciam ao governo divisas que lhe permitiriam equilibrar a balança de pagamentos e ter os meios para importar bens, constituindo uma importante fonte de rendimentos.

Dada esta relevância, os estados da região tinham dificuldades em quebrar a dependência. Os países fornecedores da mão de obra, tentaram resolver esta situação através da criação da "Southern African Labour Commission" (SALC), destinada a encontrar meios para eliminar o trabalho migrante. A SALC não obteve, porém, grande êxito.

Perante esta vulnerabilidade, a RAS viu uma excelente hipótese de controlar o comportamento dos estados vizinhos. Assim, os fluxos migratórios, à semelhança do que aconteceu com os transportes, foram alvo de considerável manipulação política, como parte da resposta sul-africana às realidades regionais. Assim, no caso de Moçambique, o número de trabalhadores nas minas baixou de um máximo de 118 mil em 1975 para 44 mil, um ano depois¹¹³. Em 1986, Moçambique foi novamente alvo deste tipo de represálias.

A eficácia de tais atitudes sul-africanas aumentava, uma vez que as suas decisões ao nível da expulsão de estrangeiros, se processavam de acordo com os seus interesses e prazos, não dando grande possibilidade aos estados de origem de se imiscuírem no processo. Como consequência, verificou-se não haver capacidade de absorver os trabalhadores que regressavam, aumentando assim o desemprego. Simultaneamente diminuía uma importante fonte de receitas para estes países.

Em vez de terem tido a possibilidade de trabalharem conjuntamente com a RAS num sistema gradual de retirada dos trabalhadores, os estados fornecedores viam-se sujeitos a um sistema incerto de ganhos e de oportunidades de emprego. Em relação a alguns países, nomeadamente Moçambique e Lesotho, os ataques de rebeldes e outras formas de desestabilização, faziam aumentar a dependência face às remessas dos seus emigrantes, praticamente a única forma de obter divisas, pelo que a vulnerabilidade face à RAS aumentava.

Feita a análise deste quatro sectores, podemos concluir que perante a realidade existente, os objectivos económicos que a SADCC se tinha proposto afiguravam-se extremamente difíceis de atingir. Para além de estarem altamente dependentes da RAS, os estados da SADCC, tinham ainda que enfrentar as acções hostis de Pretória que visavam minar qualquer progresso da SADCC, tornando a situação ainda mais complicada.

¹¹³ Gabriele Winai Strom: "Labour and Migrant Labour in Destabilized and Future Southern Africa.", p.66.



CAPÍTULO V

A EVOLUÇÃO DA SADCC NOS ANOS 80

Ao analisarmos a SADCC, há que ter em conta os enormes obstáculos que esta nova organização teve que enfrentar, quer interna quer externamente, no intuito de alcançar os seus objectivos. Não é pois de estranhar que a ajuda e a cooperação internacionais se revestissem de especial importância. Assim sendo, qualquer acontecimento deverá ser encarado à luz de tais realidades

5.1. A ÁFRICA DO SUL FACE A ESTA ORGANIZAÇÃO.

O nascimento da SADCC, significava uma clara ameaça para a RAS¹¹⁴. Para além de pôr em causa o seu plano de Constelação de Estados, a SADCC visava explicitamente reduzir a dependência face a Pretória. Perante isto, a reacção sul-africana nunca poderia ter sido pacífica. Assim, desde o seu nascimento, a organização foi alvo de toda uma campanha de agressão militar e de desestabilização económica e política por parte da RAS.

Logo desde início, assistiu-se aos primeiros esforços da RAS em tentar aplicar técnicas de coacção económica. Assim, em meados de 1981, a South African Transport Services (SATS) retirou 20 locomotivas aos caminhos de ferro do Zimbabwe (National Railway of Zimbabwe), precisamente numa época de imensa necessidade devido às colheitas e à reabertura dos canais de exportação, coincidente com o fim das sanções. Simultaneamente, dificuldades artificiais foram criadas para entravar o escoamento das exportações zimbabweanas que utilizavam os portos e os caminhos de ferro sul-africanos. Pretória também ameaçou cancelar um acordo de comércio que mantinha com o Zimbabwe, através do qual produtos deste país tinham acesso privilegiado ao mercado sul-africano.

Moçambique foi também alvo deste tipo de acções. Pouco depois de um ataque sul-africano à Matola, em Janeiro de 1981, funcionários sul-africanos deixaram o porto de Maputo e durante algum tempo a SATS recusou-se a enviar comboios para Moçambique.

Em ambos os casos, os sul-africanos apresentaram algumas justificações ao seu comportamento, todas elas pouco convincentes¹¹⁵.

A partir de 1982 a campanha de desestabilização intensificou-se e o regime sul-africano adquiriu uma clara perspectiva dos seus objectivos bem como dos meios necessários para os alcançar. Assim, podem considerar-se basicamente dois tipos de objectivos:

1- O primeiro tinha a ver com a tentativa de limitar o apoio dos estados vizinhos aos membros do ANC.

¹¹⁴ D.A.Etheredge, director executivo da Anglo-American, admitiu que a independência do Zimbabwe e a criação da SADCC fizeram com que a cooperação económica sem a RAS fosse uma hipótese. Deon Geldenhuys, afirmou que a criação da SADCC era um sério revés para a África do Sul. Por outro lado, se a SADCC obtivesse sucesso em reduzir significativamente a dependência económica dos seus membros, sentir-se-ia menos reticente em envolver-se na guerra de libertação final contra a RAS. É influenciada por estas opiniões que Pretória vai reagir. Joseph Hanlon, op. cit., pp. 90/91.

¹¹⁵ Stephen Chan, op. cit., pp.197/198.

2- O segundo visava a manutenção das ligações económicas¹¹⁶ existentes, frustrando os esforços dos estados da região na tentativa de reduzir a sua dependência económica face à RAS. Para tal, a RAS propôs-se oferecer incentivos económicos aos estados que se mostrassem cooperantes e sancionando os que tentassem elaborar alternativas, com medidas que incluíam a sabotagem económica directa.

Para alcançar os seus objectivos a RAS utilizou quatro tipos de instrumentos¹¹⁷:

1-Desestabilização económica.

2- Assassinatos e raptos de personalidades chave ou grupos de pessoas.

3- Sabotagem contra alvos económicos específicos.

4- Práticas de terrorismo em massa contra alvos indiscriminados com o objectivo de criar sentimentos de terror e medo, procurando desmembrar a sociedade civil.

Foi com base nestes objectivos e apoiada nestes instrumentos que a África do Sul agiu em termos de relacionamento regional. Vejamos como é que isto, em alguns casos, se traduziu na prática.

A Suazilândia foi um dos estados que se caracterizava por ser mais conservador e vulnerável às pressões. Na tentativa de aprofundar os laços económicos existentes, a RAS ofereceu à Suazilândia assistência na construção de um caminho de ferro através do território suazi ligando parte do Transvaal ao porto de Richards Bay. Uma outra oferta, esta mais controversa, foi a disposição de Pretória ceder o bantustão autónomo de Kangwane e parte do Kwazulu à Suazilândia. Esta oferta vinha ao encontro dos desejos do rei Sobuza II da Suazilândia que queria unir todos os suázis num só governo, mais concretamente sob a égide da Suazilândia. Para além do mais, a Suazilândia passaria a ter acesso directo ao mar, deixando possivelmente de utilizar o porto de Maputo¹¹⁸.

Em troca a Suazilândia assinou em 17 de Fevereiro de 1982 um pacto secreto de não agressão com a RAS, cujos termos seriam conhecidos apenas dois anos depois. Ambos os governos se comprometiam, individualmente e em conjunto, combater e eliminar dos seus territórios o terrorismo e a subversão¹¹⁹.

O Lesotho, apesar da sua extrema dependência face à RAS, não se mostrou muito cooperante, daí que tenha sido alvo das acções da RAS. O governo do 1º Ministro Leabua Jonathan, não se mostrou receptivo às exigências sul-africanas de expulsão dos membros do ANC que se encontravam no Lesotho. Assim, a África do Sul passou a apoiar as acções do LLA¹²⁰.

¹¹⁶ A RAS tinha um superavit comercial de cerca de 1 bilião de dólares/ano, e obviamente não queria perder esta posição. Joseph Hanlon, op.cit., p.91.

¹¹⁷ Reginald Herbold Green : "Cutting off the Flowers - The Macroeconomic and Human Cost of War to Southern Africans.", pp.4/5.

¹¹⁸ Porém, em Junho de 1984, a RAS abandonou a intenção de ceder estes territórios à Suazilândia. Além do mais, esta ideia de Pretória tinha sido muito mal recebida no Kwazulu e no Kangwane. Kenneth Grundy, op. cit., pp.79/82.

¹¹⁹ Obviamente que isto visava os membros do ANC que se encontravam na Suazilândia, os quais passaram a ser perseguidos pelas autoridades suázis.

¹²⁰ O LLA (Lesotho Liberation Army) era o braço armado do Basutoland Congress Party liderado por Ntsu Mokhehle, que se opunha à liderança de Leabua Jonathan.

As acções mais espectaculares foram a bomba no luxuoso hotel Hilton e a tentativa de matar Leabua Jonathan com uma bomba no carro em Agosto de 1983. Para além disto, o Lesotho foi também alvo de sanções económicas. Em Maio de 1983, a RAS retringiu o movimento de bens e pessoas na fronteira com o Lesotho, ameaçando repatriar os trabalhadores basothos.

Face à atitude pouco colaborante do Lesotho, Pretória viu-se obrigada a utilizar vários recursos. Um deles foi a ameaça de retirar o seu apoio ao projecto HWS, que era fundamental para a economia do Lesotho.

Perante esta situação, o governo do Lesotho viu-se forçado a retirar do país os membros do ANC, tendo nessa ocasião o ministro dos negócios estrangeiros, Evaristus Sekhonyana, afirmado que tal medida se devia ao facto do país não conseguir aguentar mais as pressões económicas e militares da RAS.

O objectivo da RAS era o de pressionar tanto o Lesotho como o Botswana a assinarem acordos de não agressão à semelhança daquele que tinha sido assinado com a Suazilândia. Ao mesmo tempo, a RAS queria renegociar a SACU de modo a incluir os bantustões¹²¹. Assim, em 1982 a RAS concordou em aumentar as transferências financeiras para os membros da SACU, porém no momento da assinatura Pretória afirmou que isso implicaria o reconhecimento dos bantustões, perante isto, os membros da SACU rejeitaram o novo acordo perdendo assim o direito a milhões de dólares¹²².

No caso de Angola e Moçambique, a RAS tinha que agir com mais determinação, pois ambos os países tinham maior capacidade de resistência.

Face à ameaça que representavam estes dois países, a África do Sul recorreu à utilização dos quatro instrumentos, anteriormente referidos, procurando intensificar o grau de desestabilização. Foi assim, que as províncias do sul de Angola passaram a ser constantes alvos das invasões dos batalhões da SADF e o apoio à UNITA simultaneamente reforçado.

Esta posição de constante hostilidade face a Angola também radicava na questão da Namíbia. Apesar de Pretória ter aceite o princípio da independência da Namíbia, na prática tudo fazia para atrasar o processo enquanto procurava uma solução interna.

Em relação a Moçambique, o grande instrumento de desestabilização foi a RENAMO. Foi desde sempre óbvio, até para os membros mais optimistas do aparelho político e militar da RAS, que a RENAMO nunca poderia derrubar o governo da FRELIMO em Moçambique. O apoio da RAS à RENAMO visava apenas servir de instrumento de pressão com vista a influenciar o poder decisório em Moçambique¹²³.

O apoio à RENAMO visava em segundo lugar, tentar evitar que os membros da SADCC reduzissem a sua dependência económica face à RAS. Com esse objectivo, a RENAMO empreendeu várias acções. Assim, na tentativa de aumentar a dependência económica do Zimbabwe e do Malawi face aos transportes sul-africanos, o corredor entre Mutare no Zimbabwe e o porto moçambicano da Beira transformou-se num alvo

¹²¹ O objectivo era semelhante ao que havia sido pretendido com a Constelação de Estados, ou seja, incluir em pé de igualdade estados independentes e os bantustões, na tentativa de obter o reconhecimento internacional dos segundos.

¹²² Joseph Hanlon, op.cit., p.92.

¹²³ Steven Metz: "The Mozambique National Resistance and South Africa Foreign Policy", p.496.

preferencial dos rebeldes. Mais tarde, nos documentos capturados à RENAMO, constavam uma série de minutas referentes a um encontro, celebrado a 23 de Fevereiro de 1984, entre sul-africanos e membros da RENAMO, onde se identificavam vários alvos a atingir no âmbito da desestabilização¹²⁴, nomeadamente caminhos de ferro, a barragem de Cahora Bassa, cooperantes e outros objectivos que se revestissem de importância económica para a SADCC.

Para além das acções da RENAMO, comandos sul-africanos efectuaram vários ataques em território moçambicano contra membros do ANC¹²⁵.

A par destas acções, eram praticadas pressões económicas. Assim, foi imposto um boicote económico parcial ao porto de Maputo. O tráfico sul-africano em 1983 decaiu para metade do total de 1982, representando apenas 16% do nível de 1973¹²⁶.

Ao mesmo tempo que tudo isto se passava, a SATS oferecia incentivos ao Zimbabwe na tentativa que este país canalizasse as suas exportações e importações via África do Sul, o que não era difícil por duas razões. A primeira, relacionava-se com os actos de sabotagem do sistema moçambicano de transportes, o que tornava a sua utilização perigosa. A outra, tinha a ver com o facto dos serviços de fretes no Zimbabwe estarem controlados por um pequeno número de empresas com fortes ligações ao capital sul-africano. Tais empresas, tinham feito importantes investimentos nos portos sul-africanos durante a época da UDI, não estando dispostos a enviar os bens para a Beira ou Maputo.

Porém, o Zimbabwe também não escapou às práticas de desestabilização. Os sul-africanos pretenderam explorar possíveis contradições existentes na sociedade zimbabweana, nomeadamente entre shonas e matabeles. Neste sentido, a RAS começou a apoiar grupos, na sua grande maioria da zona de Matabeleland, criando-se assim a Super-ZAPU¹²⁷. O objectivo a alcançar com as acções desestabilizadoras, era o de evitar que este país reduzisse os laços económicos que o uniam à RAS.

Em finais de 1983, o ambiente regional e internacional estava em mudança. Os EUA pressionavam os estados da região no sentido de alcançarem um entendimento, ao mesmo tempo que se preocupavam com os efeitos das acções sul-africanas. Em Dezembro de 1983, a URSS fez saber à RAS que não permitiria a queda do governo do MPLA. Para além disso, a invasão de Angola pela RAS, na denominada operação Askari, encontrou uma grande resistência provocando um maior número de mortos, o que provocou a indignação da opinião pública branca¹²⁸. Pela primeira vez, dentro da comunidade

¹²⁴ Robert Mugabe, op.cit., p.316.

¹²⁵ Num desses ataques foi morta Ruth First, jornalista sul-africana. Ruth First, que pertencia ao ANC, tinha sido várias vezes presa por se ter manifestado contra a injustiça na RAS, tendo sido obrigada a exilar-se em 1964. Foi morta em 1982 por uma bomba no seu gabinete na Universidade Eduardo Mondlane, aonde exercia as funções de directora de investigação do Centro de Estudos Africanos. Gwyneth Williams & Brian Hackland, op. cit., pp.90/91.

¹²⁶ People's Republic of Mozambique Economic Report (Maputo National Planning Commission) p.41, citado em Stephen Chan, op.cit., p.202.

¹²⁷ Esta iniciativa acabou por não ter grande resultado uma vez que os membros da ZAPU, na sua grande maioria, acabariam por ser absorvidos nas estruturas estatais.

¹²⁸ O número de mortes entre as tropas da SWAPO, cubanas e angolanas foi de 324. A SADF perdeu 21 homens. Apesar de haver uma grande disparidade no número de mortes, o efeito psicológico da morte de 21 soldados sul-africanos brancos foi grande. Paul Hannon & Helmoed Romer Heitman: "Modern African Wars 3: South-West Africa". p.36.

afrikander, começaram a surgir vozes que defendiam a retirada da Namíbia afirmando que os custos se estavam a tornar proibitivos¹²⁹.

Em relação a Moçambique, a crise económica era fortemente agravada com a seca e os efeitos da desestabilização. No início de 1984, o governo viu-se obrigado a pedir aos credores a renegociação da dívida de 4,5 biliões de dólares respeitantes apenas aos países ocidentais.

Foi este ambiente que favoreceu a assinatura dos Acordos de Lusaka e Nkomati.

Sob mediação de Chester Crocker e de Kenneth Kaunda, foi assinado em 16 de Fevereiro de 1984 o acordo de Lusaka entre Angola e a África do Sul. Numa primeira fase, Pretória retirava-se do sul de Angola, comprometendo-se o governo angolano a evitar que tais áreas fossem ocupadas pela SWAPO a fim de intervirem em território namibiano.

A RAS e Moçambique assinaram, em 16 de Março de 1984, o Acordo de Nkomati. Este acordo previa a proibição do uso do território de ambos os países por qualquer estado, governo, forças militares, organizações ou indivíduos que planeassem cometer actos de violência, terrorismo ou agressão contra a integridade territorial, independência política do outro signatário ou que pudessem ameaçar a segurança dos seus habitantes¹³⁰.

A assinatura destes pactos de não-agressão era um desejo de longa data da RAS e como vimos, uma condição para a implementação da Constelação de Estados, representando simultaneamente a possibilidade do regime sul-africano quebrar o seu isolamento a nível internacional.

Porém, o acordo de Nkomati não implicou uma melhoria nas relações com a SADCC. Apesar da vontade de aproximação entre a RAS e a SADCC, manifestada pelo governo sul-africano que sonhava com o ressurgimento da ideia de Constelação, a resposta da SADCC não deixou margem para dúvidas, tal como podemos constatar pelas afirmações proferidas por Julius Nyerere numa reunião de chefes de estado em Gaborone em 6 de Julho de 1984 :

"... Não existe base de cooperação entre a RAS do Apartheid e os países da SADCC. A RAS e os seus aliados poderão obrigar os países da SADCC a concluir determinados acordos através da utilização da força militar e aproveitando-se das nossas actuais dificuldades financeiras. Porém, não poderão mudar a SADCC"¹³¹.

As reacções na região foram as mais variadas, mas todos foram unânimes ao considerarem o acordo de Nkomati um produto das fortes pressões exercidas sobre Moçambique e não como uma expressão de uma vontade política.

A assinatura destes dois acordos, pressupôs, aparentemente, uma importante vitória para a RAS. Para além disso, foi nesta altura que a RAS e a Suazilândia optaram por tornar conhecido o pacto de não agressão assinado dois anos antes.

¹²⁹ Para além dos custos humanos, anualmente saíam dos cofres sul-africanos cerca de 1000 milhões de rands para a Namíbia. Stephen Chan, op. cit., p.205.

¹³⁰ Acordo de Nkomati, Março de 1984.

¹³¹ Joseph Hanlon, op. cit., p.92.

A assinatura destes três acordos foram encarados como os pontos culminantes de uma política conduzida, sobretudo, por meios militares, através dos quais Pretória tinha conseguido impor o reconhecimento da sua dominação económica e militar na região. Porém, o sucesso sul-africano estava longe de ser total, já que se três estados da região aceitaram negociar, sob condições extremas, os restantes países recusaram-se sistematicamente a fazê-lo¹³².

Passado pouco tempo a situação começou a alterar-se. O acordo de Lusaka, foi rapidamente posto de parte com o pretexto de eventuais violações por parte de Angola. Em meados de 1984, a RAS aumentou consideravelmente o apoio à UNITA.

Apesar de Moçambique cumprir na globalidade o acordo de Nkomati, a RAS continuou a garantir o seu apoio à RENAMO. Em Agosto de 1985, forças de Moçambique e do Zimbabwe capturaram a principal base da RENAMO, capturando documentos que confirmavam o apoio contínuo durante e depois da assinatura do acordo de Nkomati. Pretória tentou defender-se, alegando representarem violações técnicas ao mesmo¹³³.

Com o desmembramento deste entendimento, a partir de meados de 1985, as acções de desestabilização recomeçaram em força. A solução militar, quer interna quer externa, passou a ser a única alternativa.

O acordo de Nkomati tinha coincidido com a última promessa de reformas domésticas na RAS. Em 1984, surgiu um parlamento com três câmaras (brancos, indianos e mestiços). Porém, esta atitude não passava de uma tentativa de modernizar o Apartheid¹³⁴.

Nessa altura, a situação apresentava-se cada vez mais complicada para a RAS:

- 1- Existia a ameaça interna que punha em causa a minoria branca no poder.
- 2- A RAS estava mais isolada do que nunca e as sanções passaram a ser uma realidade.
- 3- A situação regional era desfavorável a Pretória, pelo que apenas o uso da sua força militar lhe permitia manter a sua posição.
- 4- A economia sul-africana sofria uma forte recessão.

Para a ala mais radical do regime de Pretória¹³⁵, a única alternativa possível para enfrentar as questões internas e regionais, correspondia ao uso da força. A partir de então, o que restava da Estratégia Total foi substituída por uma política de desestabilização total. Foram efectuados raids contra a Zâmbia, Zimbabwe e Botswana. Membros do ANC que se encontravam na Suazilândia foram perseguidos.

¹³² Após as assinaturas dos acordos de Lusaka e Nkomati, a RAS ameaçou o Zimbabwe, Lesotho e Botswana de destruição económica caso não assinassem acordos semelhantes. Dan O'Meara, op. cit., p.4.

¹³³ Fornecimento de apoio logístico, deslocações para fora e dentro de Moçambique de comandantes da RENAMO em submarinos sul-africanos.

¹³⁴ Esta liberalização, no regime de Apartheid, em vez de acalmar as populações, aumentou o grau de exigências. Perante o clima de instabilidade, o governo viu-se obrigado a declarar, em 21 de julho de 1985, o estado de sitio.

¹³⁵ Generais que dominavam o State Security Council.

O Lesotho, devido à sua posição pouco colaborante, foi alvo de um bloqueio total por parte da RAS, o que precipitou um golpe de estado que substituiu o governo independente de Leabua Jonathan por outro, de tendência pró-Pretória¹³⁶, liderado por Patrick Lekhanya.

Mas, mais uma vez os grandes alvos foram Angola e Moçambique. Em Agosto de 1986 uma intervenção em larga escala foi efectuada contra Angola. Em Setembro de 1986, membros da RENAMO atacaram a zona central de Moçambique a partir do Malawi. Esta ofensiva visava cortar o corredor da Beira com o objectivo de cortar o país em dois.

Em 1987 a situação na guerra não declarada da RAS contra Luanda e Maputo mudou. Em Setembro desse ano, o governo angolano lançou uma grande ofensiva contra a UNITA que também acabou por provocar baixas no exército sul-africano.

Em Moçambique, o avanço da RENAMO nas províncias centrais foi contido. Devido à pressão dos Estados da Linha da Frente, o Malawi conteve o seu apoio à RENAMO. Os membros da RENAMO no sul do país começaram a praticar ataques particularmente violentos contra a população, com o objectivo de espalhar o terror e isolar a capital, ao mesmo tempo que tentava aproveitar e aumentar o descontentamento popular devido a políticas incorrectas do governo moçambicano, particularmente na hostilização das autoridades tradicionais e na criação de "aldeias comunais" e também devido aos grandes cortes impostos nos gastos sociais do estado devido às imposições do FMI.

Nesta altura, a RAS pretendia utilizar a sua força económica e política na tentativa de alcançar quatro objectivos¹³⁷:

- 1- Destruir o ANC e castigar quem o apoiasse.
- 2- Minar as iniciativas da SADCC, não apenas no campo dos transportes, mas também na produção e comércio intra regional.
- 3- Minorar os efeitos das sanções, transferindo o fardo das mesmas para os seus vizinhos.
- 4- Finalmente, o golpe de estado no Lesotho evidenciou novas formas radicais de actuação, uma vez que, de acordo com as afirmações do MNE Pik Botha, o regime de Pretória já não estava interessado em delicadezas diplomáticas. Existia agora uma clara intenção de substituir os regimes hostis, à semelhança do que aconteceu no Lesotho, em vez de tentar uma alteração a nível de comportamentos

Esta posição radical da RAS reflectia a situação de desespero a que o regime chegara. Esta situação, aliada às pressões internacionais cada vez maiores e ao insucesso militar sul-africano em Cuito Cuanavale em 1987, implicou o aparecimento dos primeiros indícios de transformação. Para além disto, o sistema internacional começava também ele a transformar-se. O primeiro sinal claro dos novos tempos veio com o início do processo de independência da Namíbia¹³⁸.

¹³⁶ O novo governo que passou a chefiar o Lesotho a partir de 20 de Janeiro de 1986, expulsou, para a Zâmbia, os membros do ANC que se encontravam no seu território e melhorou as relações com a RAS.

¹³⁷ Dan O' Meara, op. cit., p.6.

¹³⁸ Tanto para os EUA como para a RAS, a questão da Namíbia fazia parte da "Linkage Politics", ou seja, a independência da Namíbia estava ligada à retirada total das tropas cubanas do território angolano. Sem se verificar a 2ª condição, a 1ª também não se verificaria. Gwyneth Williams & Brian Hackland, op. cit., p.136.

5.1.1. Os Custos da Desestabilização.

Não se procedeu a uma contagem rigorosa dos custos referentes a cerca de uma década de desestabilização. Joseph Hanlon, estimou que entre 1980-86, em Angola e Moçambique, o número de mortes ascendeu a 735 mil¹³⁹.

Por sua vez, a SADCC estimou¹⁴⁰, em 1985, que a agressão e a desestabilização sul-africanas, causaram aos 9 estados membros, entre 1980-1984, 10 biliões de dólares de prejuízo, divididos da seguinte forma:

Estragos Directos da Guerra -----	1 610 milhões de USD
Gastos Extras com a Defesa -----	3 060 milhões de USD
Maiores Custos com os Transportes e Energia -----	970 milhões de USD
Menos Exportações e Turismo -----	230 milhões de USD
Contrabando -----	190 milhões de USD
Refugiados -----	660 milhões de USD
Redução na Produção -----	800 milhões de USD
Perdas no Crescimento Económico -----	2 000 milhões de USD
Boicotes/ Embargo -----	260 milhões de USD
Acordos Comerciais -----	340 milhões de USD
<hr/>	
TOTAL 10 120 milhões de USD	

A escalada na desestabilização entre 1985-86 implicou custos na ordem dos 15 biliões de dólares, o que no total perfaz 25 biliões de dólares. Este número peca por não representar a totalidade dos estragos que os diversos países sofreram, dada a impossibilidade de se contabilizarem certas questões, como por exemplo, os traumas causados pela guerra. Há que não ignorar a eventualidade de um clima de instabilidade social, provocado por um sem número de indivíduos, cujas habilitações se limitavam ao uso de armas, não possuindo alternativas em termos de outras formas de subsistência.

Em todo o caso, o número anteriormente referido representava duas vezes a ajuda recebida pelos membros da SADCC durante este período e implicava ser cinco vezes mais os custos de todos os projectos da SADCC. A grande parte destes custos foi suportada por Angola e Moçambique.

¹³⁹ Dan O' Meara, op. cit., p.6.

¹⁴⁰ Memorandum apresentado pela SADCC em 1985 numa cimeira da OUA. Reginald Green e Carol B. Thompson consideraram estes números baixos, afirmando que os números reais se deviam situar à volta dos 64 biliões de dólares. Dan O' Meara, op. cit., p.8.

Em Moçambique, o total dos prejuízos foi calculado em 5,8 biliões de dólares até finais de 1985¹⁴¹. A guerra, destruiu virtualmente a economia moçambicana¹⁴². Por outro lado, Moçambique via-se obrigado a canalizar cerca de 42% do seu orçamento para a defesa.

Em relação a Angola, calcula-se em 12 biliões de dólares os prejuízos, desde a primeira invasão sul-africana em 1975¹⁴³. Por outro lado, cerca de 50% do orçamento angolano destinava-se à defesa.

No caso do Zimbawe, apesar das tentativas sul-africanas de criar um grupo dissidente terem falhado, o governo de Harare viu-se obrigado a manter um forte dispositivo militar. Os custos da sua presença ao longo do corredor da Beira ascendiam a 12 milhões de dólares zimbabweanos por ano. As despesas em termos da defesa absorviam 16% do orçamento do Zimbabwe.

5.1.2. As Sanções à África do Sul.

Todos os movimentos anti-apartheid reivindicaram sempre a aplicação de duras sanções contra Pretória, com o objectivo de acelerar o fim do regime. O governo sul-africano argumentava, em sua defesa, que as sanções teriam um efeito negativo porque atrasariam as reformas políticas que procurava impor. Para além disso, o governo afirmava que nunca aceitaria soluções impostas pelo exterior.

Alguns países, nomeadamente o Reino Unido de Margaret Thatcher e os EUA de Ronald Reagan, utilizavam esta mesma linha de argumentação para procurar minimizar as sanções aplicadas por organizações internacionais como as Nações Unidas e a Commonwealth.

As sanções, cujo início remonta a 1962¹⁴⁴, tiveram um efeito relativamente limitado. O ouro e minerais estratégicos representavam cerca de 65% das exportações da RAS, não sendo afectadas pelas sanções; 10% das exportações referiam-se aos citrinos, os quais não estavam abrangidos pelas sanções; apenas 25% das exportações eram alvo dessas medidas, só que destes 25% cerca de 10% evadiam-se, o que afectava, no pior dos casos, apenas 15% das exportações. Estes 15%, referiam-se a sectores como a indústria de ferro ou têxteis, o que convinha ao Ocidente, já que assim as exportações sul-africanas deixavam de ser concorrentes das suas indústrias¹⁴⁵.

Se as sanções afectavam tão pouco a capacidade exportadora da RAS, podemos-nos questionar quanto à sua pertinência. A sua utilidade reflectiu-se na sensação de isolamento, sentida pelos dirigentes sul-africanos com o passar dos tempos, reforçando

¹⁴¹ Dan O'Meara, op. cit., p.7.

¹⁴² A ONU calculou que o prejuízo tenha sido de pelo menos 15 biliões de dólares. Este valor correspondia ao valor de 20 anos de ajuda internacional ou a mais de 100 anos de receitas de exportações ao nível que elas se encontravam em 1984. Hans Abrahamsson & Anders Nilsson, op. cit., p.176.

¹⁴³ Dan O'Meara, op. cit., p.7.

¹⁴⁴ Neste ano, a ONU recomendou a adopção de sanções diplomáticas e económicas contra o regime sul-africano.

¹⁴⁵ Dados extraídos das aulas de Economia Africana do Professor Doutor Fernando Jorge Cardoso, inseridas no Mestrado de Desenvolvimento e Cooperação Internacional, ISEG, ano lectivo de 1993-94.

simultaneamente a causa da maioria negra que se sentia apoiada pela comunidade internacional.

Mas, para além destes efeitos psicológicos, as sanções incidiram, na prática, sobre os investimentos, financiamentos, tecnologia (tanto para fins civis como militares). As sanções nestas áreas, como veremos mais à frente, implicaram grandes custos para a África do Sul.

A única sanção obrigatória e universal referia-se à proibição de venda de material bélico à RAS¹⁴⁶. Apesar das violações registadas, o impacto da sua adopção foi tremendo, reduzindo consideravelmente a capacidade de intervenção militar da RAS em toda a região¹⁴⁷ em alguns aspectos, nomeadamente na aviação.

Esta redução da capacidade militar da RAS teve consequências directas na questão da Namíbia. As várias intervenções sul-africanas no território angolano dependiam sempre da supremacia aérea da RAS. A partir de 1987/88, a situação começou a alterar-se com os angolanos a quebrarem o mito da invencibilidade sul-africana no ar. Ao mesmo tempo, os tanques sul-africanos Centurion falhavam o seu objectivo de conquistar a vila de Cuito Cuanavale. Este insucesso militar, facilitou o estabelecimento do cessar-fogo, o início das negociações de Nova York e a implementação da resolução 435 relativa à Namíbia.

Outra proibição que se bem que não universal, era aceite praticamente por todos, referia-se à exportação de produtos petrolíferos¹⁴⁸. Como a RAS não possuía recursos petrolíferos próprios, para sobreviver, viu-se obrigada encontrar soluções alternativas. Tais alternativas, passavam pela compra ilícita de petróleo ou pelo método de extrair petróleo a partir do carvão, opção muito dispendioso¹⁴⁹.

Uma outra área em que a RAS sentiu grandes dificuldades foi na do seu relacionamento com o sistema financeiro internacional. A situação começou a complicar-se na segunda parte da década de 80. Em 1985, o governo viu-se obrigado a declarar o estado de emergência nas cidades negras. Nessa altura, estalou uma forte crise financeira no país, com o rand a sofrer enormes desvalorizações. Por outro lado, a banca privada internacional recusou, em bloco, com o Chase Manhattan à cabeça, conceder novos empréstimos de médio e longo prazo à RAS¹⁵⁰.

Paralelamente a estes acontecimentos, começou a surgir uma dinâmica de forte desinvestimento na RAS. Esta situação era particularmente visível no caso norte-

¹⁴⁶ Resolução 418 das Nações Unidas, adoptada em 1977.

¹⁴⁷ Apesar dos sucessos notáveis, as sanções militares também tiveram um efeito contrário. A sua imposição favoreceu o desenvolvimento da indústria militar da RAS, apesar das limitações decorrentes do acesso à tecnologia estrangeira necessária.

¹⁴⁸ Nomeadamente todos os grandes produtores, OPEP, CEE, Commonwealth, Países Nórdicos e EUA, legislaram nesse sentido.

¹⁴⁹ O método de obter petróleo a partir do carvão implicava que cada barril de petróleo obtido custava, aproximadamente, o triplo do preço internacional. P.W. Botha declarou em 1986 que, entre 1973-1984, a RAS tinha pago cerca de 25 biliões de dólares a mais, pelo seu petróleo quando comparado com os preços que eram praticados no mercado internacional. João Gomes Cravinho: "África do Sul - O Debate sobre as Sanções." p.14.

¹⁵⁰ Fernando Jorge Cardoso: "SADCC e Interdependências Económicas na África Austral - Realidades e Perspectivas." p.93.

americano. A aprovação de legislação prevendo a dupla tributação fiscal de companhias operando simultaneamente nos EUA e na RAS, provocou o êxodo das empresas norte-americanas.

Em Agosto de 1988 foram adoptadas novas medidas. Assim, o Anti-Apartheid Amendments Act, obrigava todas as companhias norte-americanas a desinvestirem da RAS e aos residentes norte-americanos a liquidarem os seus investimentos em portofolio. Grande parte do comércio foi proibido, excepção feita, tal como sucedera no caso rodesiano, aos minerais que fossem considerados pelo Presidente serem estrategicamente importantes para os EUA.

No que diz respeito às relações comerciais, apesar de ter conseguido furar o bloqueio e ter colocado no mercado internacional as suas exportações, a RAS, teve frequentemente que dissimular a sua origem. O mesmo sucedeu no caso das importações. Em ambos os casos, a RAS foi obrigada a recorrer a intermediários a fim de ocultar a origem ou destino dos produtos que estavam a ser negociados. Os intermediários, nesta missão, obviamente que requeriam comissões, o que agravava os custos envolvidos. Em suma, a RAS via-se obrigada a vender mais barato e a comprar mais caro do que o faria em condições normais¹⁵¹.

Se bem que, gradualmente, tenha ganho cada vez maior consenso, a decisão de adoptar sanções contra a RAS, não foi, de início, totalmente pacífica. Vejamos sucintamente alguns dos argumentos contra e a favor da adopção de sanções.

Entre os argumentos contra, o mais superficial defendia que a adopção de sanções prejudicaria precisamente aqueles que visava ajudar, ou seja, a maioria negra. Perante isto, os líderes negros afirmariam, por diversas vezes, que a população estava ciente dos sacrifícios que teria de suportar, mas que estava disposta aceitá-los se tais medidas contribuíssem para acabar com o Apartheid.

Por outro lado, o argumento que defendia que o governo de Pretória, caso se adoptassem sanções, trataria pura e simplesmente de transferir o custo das sanções para a população negra, era pouco consistente. Isto por duas razões: em primeiro lugar por que certos tipos de sanções (armamentos ou empréstimos financeiros) não eram passíveis de transferências deste género; em segundo lugar, porque ao longo da década de 1980, um dos objectivos chave de Pretória foi o de estimular a criação de uma pequena burguesia negra nos subúrbios, com o intuito de desenvolver uma classe negra favorável ao regime, não sendo lógico que a viesse a castigar com a transferência do peso das sanções.

Os que defendiam a adopção de sanções pretendiam alcançar basicamente três objectivos¹⁵²:

- 1- Objectivo final- negociações abertas para uma nova constituição e um novo regime político.
- 2- Objectivo intermédio- o fomento daqueles sectores da população que exercessem pressão para as negociações.
- 3- Objectivo imediato- aumentar os custos políticos e financeiros de qualquer via alternativa às negociações.

¹⁵¹ Precisamente a mesma situação que a Rodésia de Ian Smith teve que suportar. Ver p.16.

¹⁵² João Gomes Cravinho, op. cit., p.13.

Importante para atingir a RAS, não era tanto a aplicação de sanções pelos estados vizinhos, uma vez que o comércio sul-africano com estes países era relativamente pequeno quando comparado com as relações comerciais que mantinha com o Japão, RFA, Reino Unido e EUA¹⁵³. A imposição de sanções totais por parte destes quatro países contra a RAS é que seria decisivo. O problema era que estes países adoptaram, em maior ou menor grau, sempre posições algo dúbias face à questão das sanções.

Internamente, as sanções eram desejadas. Exemplo disso era a posição da COSATU¹⁵⁴, a qual explicava o seu apoio às sanções não só com base no raciocínio político óbvio, mas também, porque as sanções podiam evitar a perda de muitos empregos, porque dificultariam e atrasariam a informatização e a mecanização de sectores que, na altura, dependiam de mão de obra em grande escala.

Em relação à SADCC, o seu ponto de vista era claro, tal como salientou o seu memorandum à OUA em 1985:

"Os que se opõem às sanções argumentam que elas atingirão os estados vizinhos. Não há dúvida de que isso é verdade. Mas se elas acelerarem o fim do Apartheid, então valerá bem a pena pagar os custos adicionais.¹⁵⁵"

Era no entanto bem verdade que as sanções internacionais implicariam alguns custos para a SADCC. Estes seriam o resultado, para além dos efeitos em cadeia¹⁵⁶, da retaliação sul-africana. Os custos podiam ser elevados, mas o preço da desestabilização era, já por si, de tal modo elevado, que custos adicionais seriam relativamente insignificantes. Além do mais, a SADCC afirmava que a desestabilização só acabaria com o fim do Apartheid, e se as sanções pudessem acelerar esse fim, então quaisquer custos extra representariam um investimento relativamente pequeno.

Porém, apesar das declarações oficiais, havia algumas dúvidas entre os países da SADCC em relação à questão das sanções. Por um lado apoiavam tal medida, uma vez que iria contribuir para enfraquecer África do Sul, mas, por outro lado, eles acabariam por sofrer as consequências¹⁵⁷ decorrentes da forte ligação de quase todos eles à economia sul-africana.

Devido às fortes ligações económicas à RAS, países como o Lesotho, Botswana e Suazilândia, não pretendiam cortar os laços com a RAS, mas sim reduzir o desequilíbrio nas relações. Para tal não se opunham ao aprofundamento dos laços económicos com a

¹⁵³ Por exemplo, em 1988, os principais parceiros comerciais da RAS eram a RFA, Japão, Reino Unido e EUA. Só em 13º lugar é que aparecia um membro da SADCC, no caso, o Zimbabwe. Leon Katzen: "RAS- Economy.", p.786.

¹⁵⁴ A COSATU (The Congress of South African Trade Unions) é a maior central sindical da RAS. Criada em 1985, próxima das posições do ANC, tinha inicialmente 450 mil membros, principalmente negros, e 34 sindicatos filiados. Gwyneth William & Brian Hackland, op. cit., p.67.

¹⁵⁵ AWEPA & CIIR: "O Futuro da África Austral: o Papel da Europa." p.49.

¹⁵⁶ Por exemplo, se as sanções conseguissem afectar ou mesmo paralisar os transportes sul-africanos, devido ao grau de dependência, os estados vizinhos seriam duramente atingidos.

¹⁵⁷ Algumas dessas consequências traduzir-se-iam na expulsão dos seus trabalhadores que se encontravam na RAS. Outra forma de retaliação poderia ser a retenção dos pagamentos ao abrigo da SACU.

RAS em importantes, mas limitados sectores¹⁵⁸. Outros países, como a Zâmbia e o Zimbabwe, apreciavam a sua dependência face à RAS apenas em termos de custos económicos e não-económicos, ignorando as respectivas vantagens. Consideravam a RAS como a única a beneficiar desta situação. Neste contexto encaravam as sanções (e portanto a dissociação) como forma de se libertarem deste pesado fardo, sobreestimando também a escala de benefícios de que a RAS se veria então privada. Esta posição oficial colidia com os interesses económicos, os quais conseguiram demover os seus países de imporem sanções numa escala significativa.

Se por um lado, existia uma certa indecisão em termos de adopção das sanções a nível oficial, por parte dos países da SADCC, (sobretudo devido a racionalidades económicas) o peso dos governos dos Estados da Linha da Frente, baseado em racionalidades de solidariedade política, incentivou tais decisões com o objectivo de terminar com o Apartheid. Os países da SADCC impuseram à RAS sanções culturais e desportivas, proibição de venda de armas e petróleo e investimentos. A este nível, e para que as sanções produzissem o efeito desejado, necessário seria que as medidas adoptadas pelos estados detentores de poder, fossem verdadeiramente contundentes e não tanto, a posição da SADCC. Relevante seria, o afastamento efectivo da SADCC em matérias que se relacionassem com os transportes e comércio, dois sectores que vigoravam na lista das prioridades desta organização desde a sua fundação.

Em conclusão, podemos afirmar que as sanções contra a RAS, só por si não tinha a força de derrubar o governo de Pretória. Porém, as sanções para além de terem aumentado os custos políticos e financeiros do regime de Apartheid, produziram um forte efeito psicológico sobre a população branca. Este efeito foi importante, tanto mais que as pessoas sabiam que as sanções acompanhariam o regime de Apartheid até ao fim¹⁵⁹ e a tendência seria para o seu endurecimento com o passar dos tempos.

5.2. A COMUNIDADE INTERNACIONAL E A SADCC.

Desde o início que os fundadores da SADCC afirmaram que os objectivos da organização seriam mais rapidamente alcançados se o seu desenvolvimento se processasse num contexto de cooperação global ¹⁶⁰. Com esse objectivo, convidaram as organizações internacionais, bem como outros estados fora da região, a cooperar em termos de implementação de programas destinados a alcançar a libertação económica e o desenvolvimento. Este interesse na ligação ao exterior, por parte da SADCC, ficou bem patente na criação, logo em Lusaka, das Conferências Consultivas Anuais.

Os países da SADCC e os seus aliados, defendiam que a Europa Ocidental, os EUA e o Japão deveriam desenvolver uma política de duas vertentes face à situação na África Austral. Em primeiro lugar, deveria ser prestada ajuda aos membros da SADCC na tentativa destes reduzirem a sua dependência face à RAS e protegê-los da agressão e da desestabilização efectuada por Pretória, assim como dos efeitos indirectos da adopção de sanções. A segunda vertente da política a seguir, corresponderia à adopção de sanções e outras medidas, que provocassem profundas alterações na estrutura estatal da RAS,

¹⁵⁸ Era o caso do Lesotho com o HWS, em que a RAS também passaria a ter interesses e os custos de dissociação seriam igualmente grandes para Pretória.

¹⁵⁹ As sanções só foram levantadas depois de Nelson Mandela ter, em Setembro de 1993, pedido nas Nações Unidas tal coisa, num momento em que as negociações para a transição na RAS já estavam bem encaminhadas. Neil Lurssen: "South Africa: In From the Cold.", p.55.

¹⁶⁰ Southern Africa: Towards Economic Liberation, Lusaka 1980.

culminando com a alteração do poder. Esta segunda vertente também deveria incluir o apoio às vítimas do Apartheid.

O apoio prestado à SADCC, não seria obviamente desinteressado, estando intimamente relacionado com os esforços desenvolvidos no Ocidente para a criação da SADCC. Para alguns observadores, o apoio à SADCC visava o restabelecimento do sistema colonial de transportes, de forma a permitir ligações mais fortes entre os países da Linha da Frente e o mundo ocidental, procurando travar um aumento da influência soviética na região. A verdade é que, a totalidade do financiamento internacional prestado à SADCC, pela comunidade internacional, nunca envolveu o contributo da URSS.

Apesar de ter sido o mundo ocidental o grande apoiante da SADCC, convém evidenciar que não representava um grupo homogéneo. Podemos, assim, destacar dois tipos de reacções face à SADCC¹⁶¹:

1- Aqueles que apoiaram vivamente o aparecimento da SADCC: Austrália, Bélgica, Canadá, Dinamarca, Finlândia, França, Irlanda, Itália, Holanda, Noruega e Suécia.

2- Os EUA, Reino Unido e RFA, na sua qualidade os três maiores investidores estrangeiros na RAS reagiram com menos simpatia ao aparecimento da SADCC. Tanto a RFA como o Reino Unido evidenciaram inicialmente alguma hostilidade face à SADCC. Porém, como veremos mais à frente, o posicionamento mais hostil foi o adoptado pelos EUA.

Ao nível da análise das reacções e apoios da Comunidade Internacional à SADCC, ir-me-ei cingir à Comunidade Europeia, EUA e Países Nórdicos, os quais tiveram um papel de destaque, por diferentes razões, no relacionamento com a SADCC

5.2.1. A Comunidade Europeia.

Desde o início que a Comunidade Europeia, esteve, na sua quase totalidade, empenhada em apoiar a SADCC, em particular certos membros do Parlamento Europeu muito envolvidos ao nível do apoio aos Estados da Linha da Frente no seu esforço de criação da SADCC¹⁶².

Porém, como vimos anteriormente, o apoio à SADCC não era consensual entre os países europeus. Foi a RFA quem pôs reservas a um profundo relacionamento com a SADCC. Esta situação radicava no posicionamento de Angola e Moçambique ao nível do reconhecimento do estatuto de Berlim, derivando isto do conflito Leste/Oeste e dos fortes laços entre Angola e Moçambique e os países da Europa de Leste¹⁶³. Esta questão, para além de afectar as relações entre a SADCC e a RFA, atrasou o ingresso de Angola e Moçambique na Convenção de Lomé¹⁶⁴. Este impasse afectou a possibilidade da Comissão da CE fornecer o apoio à reabilitação dos corredores regionais de transporte, os quais passavam sobretudo por Moçambique.

¹⁶¹ Joseph Hanlon, op. cit., p.20.

¹⁶² Muitos destes parlamentares tornaram-se membros da AWEPA - Association of West European Parliamentarians Against Apartheid.

¹⁶³ Ibbo Mandaza & Arne Tostensen, op. cit. p.82.

¹⁶⁴ Ambos os países acabariam por aderir na Convenção de Lomé III.

A posição do Reino Unido face à RAS foi fortemente marcada pelo peso das suas relações com a RAS. Porém, com o passar do tempo, tanto a RFA como o Reino Unido vieram a adoptar posições mais cooperantes em relação à SADCC. O Reino Unido, por exemplo, como manifestação clara de mudança de opinião, liderou o apoio ao projecto de reabilitação do corredor do Limpopo. Alguns críticos do Reino Unido, viram nesta aproximação à SADCC, um contra peso à sua forte posição anti-sanções contra a RAS.

Tradicionalmente, a concessão de fundos regionais foi sempre decidida pela própria CE, em resposta a pedidos de dois ou mais estados da região. Porém, no caso da SADCC, a CE assinou pela primeira vez, em Junho de 1986, um Memorando de Entendimento específico com um organismo regional.

5.2.2. Estados Unidos da América.

A importância dos EUA advinha do seu poderio, nomeadamente económico, sendo óbvio o interesse de saber qual a posição dos norte-americanos face à nova organização. Mas, se por um lado era importante para a SADCC captar o apoio dos EUA, interesses económicos e estratégicos decorrentes do conflito bipolar, faziam com que os EUA tivessem um forte interesse na África Austral.

No entanto, a política externa norte-americana acabava por sofrer alterações significativas conforme o Presidente em exercício. Assim, durante o seu mandato, o Presidente Carter¹⁶⁵, apoiou o projecto de criação da SADCC. Mas, a situação não se manteve a mesma após a eleição de Reagan. Com a nova administração, apareceu Chester Crocker, um novo Subsecretário de Estado para os assuntos africanos, que introduziu uma nova política com relação à RAS, a qual ficou conhecida como "*Constructive Engagement*", que visava, em vez de hostilizar a RAS, trabalhar com ela no intuito de se criar um clima regional favorável a compromissos¹⁶⁶.

A administração Reagan mostrou-se, desde o início, muito céptica quanto às reais hipóteses dos membros da SADCC poderem reduzir a dependência face à RAS¹⁶⁷. No fundo, os EUA não estavam interessados em que a SADCC fosse bem sucedida. Esta posição norte-americana justificava-se pela importância estratégica que a RAS representava para a Administração dos EUA:

1- Domínio da rota do Cabo.

2- A RAS era encarada como um forte escudo contra o avanço da ameaça soviética e cubana na África Austral.

3- A RAS tinha bases militares que poderiam ser muito úteis ao Ocidente.

4- A RAS produzia uma série de minerais chave, sendo essencial que os EUA mantivessem abertas as possibilidades de acesso a essas fontes. Para além disso, as preocupações aumentavam já que, a URSS era a outra grande fornecedora dos referidos minerais. Por isso, também havia o receio que o domínio sobre esses minerais ficasse na mão de uma aliança entre a URSS e um governo pró-comunista na RAS, razão que servia

¹⁶⁵ Exerceu o mandato entre 1977 e 1981.

¹⁶⁶ Chester Crocker, op. cit., pp.75/81.

¹⁶⁷ Devido a esta convicção, Chester Crocker declarou, em Novembro de 1985, a uma delegação da SADCC que não havia qualquer hipótese de cooperação regional bem sucedida sem a RAS e portanto, aconselhava os membros da SADCC a procurarem encontrar uma plataforma de entendimento com esse país em vez de o hostilizar. Ibbo Mandaza & Arne Tostensen, op. cit., p.88.

para explicar o apoio a este governo. Essa era a razão pela qual os EUA apoiaram, também, a política de desestabilização em Angola, visível no caso da ajuda à UNITA.

Porém, a partir de certa altura, os EUA aperceberam-se que não lhes convinha hostilizar completamente a SADCC¹⁶⁸. Neste sentido, vão fornecer algum apoio a esta organização. Mas, a acção dos EUA continuaria a pautar-se por uma política de duas faces. Por exemplo¹⁶⁹, durante o ano fiscal de 1984, a administração Reagan pediu 75 milhões de dólares para a assistência económica ao Zimbabwe, 10 milhões para o Lesotho, 8 milhões para a Tanzânia, 20 milhões para a Zâmbia, 8 milhões para a Suazilândia e também prometeu 150 milhões para a SADCC. Mas, ao mesmo tempo, facilitou o empréstimo de 1,1 biliões de dólares do FMI à RAS.

A ajuda concedida pelos EUA era feita acima de tudo de acordo com questões políticas. Um exemplo que serve para ilustrar esta situação tem a ver com o projecto de investigação agrícola que os EUA se tinham disponibilizado a financiar. Os norte-americanos exigiram que nenhum dos benefícios incluídos em tal programa, que era suposto servir toda a região, fosse para a Tanzânia, Angola ou Moçambique. Esta posição poderia ser entendida como uma tentativa de quebrar a unidade no seio da SADCC. Na cimeira de Gaborone, em Julho de 1984, os chefes de estado da região condenaram este tipo de financiamento discriminatório e apelaram aos governos doadores e às agências internacionais para que não utilizassem os programas de ajuda como meios para dividir a SADCC e minar o projecto regional de cooperação.

Esta posição dos EUA, em lugar de dividir a SADCC, contribuiu para a sua união. Curiosamente, foi o Malawi o estado mais conservador e previsivelmente quem apoiaria a decisão dos EUA, o primeiro estado a levantar objecções à posição norte-americana.

Com a aprovação das sanções contra a RAS, pela maioria democrata no Congresso em finais de 1986, a administração republicana foi obrigada a rever a sua posição em relação à SADCC. Esta mudança de atitudes obteve resultados práticos em 1987 durante a Conferência Consultiva Anual realizada em Gaborone. Um representante da USAID, anunciou um programa de assistência para a SADCC sob a designação de "Initiative for Economic Progress in Southern Africa". Esta foi a primeira vez que um alto funcionário dos EUA assistiu a uma reunião da SADCC.

Apesar desta aproximação EUA/SADCC, algumas divergências persistiam em relação a Angola, Moçambique e Tanzânia¹⁷⁰.

Outro problema surgiu com a aprovação nos EUA da Emenda Pressler, a qual condicionava a ajuda deste país, aos países da SADCC, na eventualidade de se verificar que nenhum destes países protegia indivíduos ou grupos que participassem ou perdoassem a prática de "Necklacing"¹⁷¹. A aprovação desta emenda provocou os mais profundas reacções negativas no âmbito da SADCC.

¹⁶⁸ Para esta mudança de posição terá contribuído a pressão da opinião pública norte-americana e maioria democrata no Congresso, que não viam com bons olhos o apoio dado ao regime de Apartheid.

¹⁶⁹ Derrick Chitala: "The Political Economy of the SADCC", p.33.

¹⁷⁰ Em relação a Angola, os EUA opunham-se à presença soviética e cubana nesse país. Em relação a Moçambique, as divergências deviam-se à orientação política do governo de Maputo. No caso da Tanzânia, devia-se sobretudo ao facto deste país ter falhado o pagamento do serviço da dívida.

¹⁷¹ Necklacing é a prática de matar alguém, atando-lhe as mãos e os pés e colocando-lhe um pneu cheio de gasolina à volta do pescoço e pegando-lhe fogo em seguida. Esta prática tornou-se comum nos subúrbios sul-africanos, onde era utilizado por militantes negros contra negros, sobre quem recaíam suspeitas de colaboracionismo com as autoridades brancas.

Apesar destas situações, a cooperação EUA/SADCC, com o decorrer dos anos, aumentou. Os EUA tornaram-se num dos dois únicos países a criar uma representação na região (o outro foi o Canadá), de forma a gerir o orçamento de ajuda destinado à SADCC.

5.2.3. Os Países Nórdicos.

Apesar deste conjunto de países (Dinamarca, Finlândia, Islândia, Noruega e Suécia) não possuírem qualquer ligação histórica à região, foram desde o primeiro momento fortes apoiantes das lutas de libertação em África em geral, e na região em concreto. Logo após as independências, os governos nórdicos envolveram-se activamente no programa de cooperação para o desenvolvimento.

Mas interessa saber quais as razões concretas que explicam o forte apoio dos Países Nórdicos à SADCC. Podemos encontrar basicamente duas razões:

1- Em primeiro lugar, pretendiam ajudar a combater o regime de Apartheid e a ocupação ilegal da Namíbia. Consideravam, assim, que a SADCC necessitava de ajuda para sobreviver face à desestabilização sul-africana. Dado que os Países Nórdicos tinham diminutos interesses económicos na região¹⁷², o elemento essencial nesta decisão foi político.

2- A segunda razão tinha a ver com questões económicas num futuro próximo. Os Países Nórdicos, viam a África Austral, como um possível mercado com interesse no futuro, em termos de investimentos e como eventual fornecedor. Os projectos da SADCC, nomeadamente no sector dos transportes e telecomunicações, poderiam ser abastecidos pelas indústrias dos Países Nórdicos. Obviamente que a sua ajuda seria prestada àqueles projectos que melhor se adequassem às respectivas indústrias.

Este bom entendimento, traduziu-se na prática no forte empenhamento financeiro dos Países Nórdicos na região. Nos anos 80, mais de 1/4 da assistência bilateral nórdica destinava-se à região da SADCC, sendo que a Tanzânia era o destino de mais de 1/10 do total da referida assistência a nível mundial¹⁷³. A importância do contributo nórdico fica bem patente, pelo exemplo de um ano¹⁷⁴, referido no seguinte quadro:

¹⁷² Em 1986, a Dinamarca exportava para a região 0,30% do total das suas exportações e importava 0,12% da suas importações; a Finlândia exportava 0,27% e importava 0,21%; a Noruega exportava 0,16% e importava 0,03%; a Suécia exportava 0,33% e importava 0,21%. Fonte: IMF, Direction of Trade Statistics Yearbook 1987, citado em Tom Ostergaard: "Aiming beyond Conventional Development Assistance", p.144.

¹⁷³ Ibbo Mandaza & Arne Tostensen, op. cit., p.84.

¹⁷⁴ Entre 1981/1985, a ajuda nórdica representou 29,9% do total da ajuda recebida pelos países da SADCC. Tor Sellstrom: "Some Factors Behind Nordic Relations with Southern Africa", p.17. A importância da assistência financeira nórdica foi-se mantendo ao longo dos anos. Assim, em 1990, a Suécia era a principal fonte de ajuda aos países da SADCC com 432 milhões de USD, representando 10.9% do total da ajuda recebida pela SADCC. Em sexto lugar aparecia a Noruega com 269 milhões de USD, representando 6.8% do total. A Dinamarca, ocupava o décimo primeiro lugar com 160 milhões de USD, representando 4% do total. A Finlândia ocupava o décimo terceiro lugar com 144 milhões de USD, representando 3.6% do total. No conjunto, os países Nórdicos contribuíram com 1005 milhões de USD, representando 25.3% do total da ajuda recebida pelos países da SADCC em 1990. Bertil Odén: "Factors Affecting the Flows of External Capital to Post-Apartheid Southern Africa", p.227.

Os Mais Importantes Doadores para os Projectos da SADCC

DOADORES	MILHÕES DE USD	% DO TOTAL
PAÍSES NÓRDICOS	514	24
CEE	124	6
CANADA	111	5
FRANÇA	88	4
EUA	52	2
BANCO MUNDIAL/IDA	43	2
PORTUGAL	40	2
OPEP	23	1
HOLANDA	19	1
JAPÃO	19	1
REP. POPULAR DA CHINA	18	1
RFA	3	--
TOTAL	1148	49

NOTA: Os 88 milhões da França eram só para o projecto de caminho de ferro Nacala - Cuamba. A OPEP apenas investia em projectos em Moçambique.

FONTE: SADCC Annual Progress Report 1986-87, p.138.

Da análise deste quadro podemos concluir que o domínio dos Países Nórdicos era absoluto, existindo uma enorme distância em relação à CEE que aparece em segundo lugar. Outra conclusão, é que na lista dos principais doadores não aparece nenhum país do bloco de leste. Só em 1986 é que os delegados da URSS e RDA participaram numa reunião da SADCC.

Esta primazia financeira dos Países Nórdicos foi-se mantendo ao longo dos tempos. Por exemplo, em 1989, dos fundos totais assegurados pela SADCC, a CEE e outros países da OCDE disponibilizaram 70%, sendo que 50% da ajuda externa recebida pela SADCC, provinha dos Países Nórdicos¹⁷⁵.

O bom relacionamento entre a SADCC e os referidos países implicou que os contactos se fossem desenvolvendo no intuito de aprofundar os laços existentes. Assim, em 1986, durante a Conferência Consultiva Anual, realizada em Harare, os estados membros da SADCC e os Países Nórdicos elaboraram uma declaração conjunta sobre a expansão da cooperação económica e cultural, a qual ficou conhecida como Iniciativa Nórdica/SADCC ou apenas como Iniciativa¹⁷⁶.

Com o objectivo de não deixar cair no esquecimento as propostas da NOEI, em 1984, o Primeiro Ministro finlandês Sorsa, incentivou um acordo através do qual os países nórdicos iriam aderir a uma Mini-NOEI com estados da SADCC. Esta opção pelos estados da SADCC deveu-se à importância dos programas nórdicos na região, à desestabilização que as economias dos países da SADCC sofriam por parte da RAS e à rejeição do regime de Apartheid.

¹⁷⁵ Ismael Valigy, op. cit., p.28.

¹⁷⁶ As origens da Iniciativa estavam intimamente associadas às propostas de NOEI, a qual representava as exigências concertadas dos países do Sul na possibilidade de se tentar criar uma maior equidade na distribuição da riqueza mundial. Devido à oposição de vários países da OCDE, no princípio dos anos 80, houve uma estagnação nas negociações para a criação da NOEI. Perante este cenário, propostas informais surgiram na Noruega, defendendo que certos princípios da NOEI fossem implementados numa escala limitada entre um grupo de países industrializados e um grupo de países em desenvolvimento.

A implementação dos princípios da NOEI pressupunha, porém, um certo volume de transacções económicas entre as regiões em questão, algo que não se verificava no contexto das relações SADCC/Países Nórdicos¹⁷⁷.

A Iniciativa apareceu como uma nova forma de relacionamento para com os Países da SADCC e poderia ser encarada como um complemento às relações de ajuda bilateral e regional existentes entre os países Nórdicos e a SADCC. Em concreto, a Iniciativa centrou-se no desenvolvimento e implementação de medidas destinadas a reforçar o crescimento dos sectores produtivos da SADCC. Visava estimular a criação de joint-ventures e outras formas de ligação entre ambos os grupos, envolvendo também a expansão do comércio intra-SADCC. Por outro lado, a Iniciativa visava melhorar a eficácia da ajuda nórdica através de uma maior coordenação dos programas de desenvolvimento nórdicos na região¹⁷⁸. O objectivo global visava a promoção da cooperação a longo prazo, de forma a que fosse mutuamente vantajosa. Este tipo de relações, região a região, foi apresentada como uma inovação na área da cooperação para o desenvolvimento e um passo em frente em relação aos programas convencionais de ajuda.

O problema era que tanto a Mini-NOEI como a Iniciativa sofriam de algumas deficiências, como por exemplo, a falta de relações comerciais entre as regiões e o subdesenvolvimento das estruturas de grande parte dos países da SADCC. No entanto, convém salientar os esforços positivos dos Países Nórdicos no sentido de tentarem encontrar uma forma mais adequada ao nível do seu relacionamento com os países da SADCC, esforço esse de inegável importância, uma vez que, como vimos, os Países Nórdicos eram a fonte principal de ajuda a estes países.

5.3. OS PRINCIPAIS PROBLEMAS DA SADCC.

Nos primeiros anos da sua existência, a SADCC denotou algum progresso, o qual ainda que limitado, não deixava de ser encorajador. Este sucesso inicial, traduziu-se, na prática, no número de projectos elaborados e aprovados, já que para todos os efeitos, eram anos de instalação e adaptação. Assim, em meados de 1984, o número de projectos existentes era de 353, metade dos quais em fase de implementação. Estes projectos, ascendiam, no total, a cerca de 4,6 biliões de dólares. Do total dos projectos, 64% circunscreviam-se à área chave dos transportes e comunicações. Neste sector, 10 projectos estavam finalizados, sendo que neste sector se encontrava o maior de todos, o caminho de ferro Nacala-Cuamba, estimado em 195 milhões de USD. Já nesta altura, era visível uma característica que, como veremos, marcou e condicionou a SADCC ao longo da sua existência, ou seja, a forte dependência da participação estrangeira em termos de viabilidade dos projectos. Do total dos 4,6 biliões de USD, pretendia-se que a participação estrangeira fosse de cerca de 3.652 de USD (77% do total), dos quais estavam apenas assegurados 1029 biliões de USD¹⁷⁹, ou seja, 28% do total pretendido.

A partir de 1984, a situação nos membros da SADCC começou a deteriorar-se. Nesse ano, as condições de vida para o cidadão comum começaram a declinar, estando este 10% mais pobre se atendermos aos níveis de vida em 1981¹⁸⁰.

¹⁷⁷ Ibbo Mandaza & Arne Tostensen, op. cit., p. 86.

¹⁷⁸ Helge Hveem: "If not Global, then (Inter-)Regional: the Mini-NIEO Alternative.", pp.181-197.

¹⁷⁹ Douglas G. Anglin, op. cit., pp. 169/170.

¹⁸⁰ Idem, p.175. Apenas o Botswana escapava a este declínio generalizado.

As razões para este agravamento foram múltiplas. Vejamos as mais importantes.

1- Erros nas políticas nacionais, quer na concepção quer na aplicação. Grande parte dos países adoptou políticas que transformaram o estado no principal actor na economia, através de mecanismos e instituições de controlo e direcção. Muitos países apostaram na promoção do crescimento e desenvolvimento através de indústrias viradas para a substituição de importações que produziam bens para mercados pequenos. Estas indústrias sofriam de grandes protecções tarifárias e eram enormemente dependentes das importações de maquinaria e componentes e alguns materiais os quais eram pagos com os lucros obtidos com a venda de produtos primários.

2- Em muitos destes países, a corrupção, a baixa produtividade e a ineficiência eram correntes.

3- Com a deterioração dos termos de troca¹⁸¹, muitos destes estados ficaram em dificuldades, em termos de divisas. Tal situação, dificultava o fornecimento às indústrias dos componentes que necessitavam para o crescimento e modernização. Estas indústrias não eram competitivas e ao absorverem os poucos recursos disponíveis, impossibilitavam uma reforma da economia.

4- Taxas de crescimento populacional superiores ao crescimento económico, pioraram os níveis de vida:

Taxas de Crescimento do PNB e da População dos Países da SADCC

	<u>Crescimento Real do PNB</u>		<u>Crescimento Demográfico</u>	
	<u>1965-80</u>	<u>1980-89</u>	<u>1965-80</u>	<u>1980-89</u>
Botswana	13,9%	11,3%	3,5%	3,4%
Lesotho	6,8%	3,7%	2,5%	2,7%
Malawi	5,5%	2,7%	2,9%	3,4%
Moçambique	-	-1,4%	2,5%	2,7%
Namíbia	-	0,4%	2,4%	3,1%
Tanzânia	3,9%	2,6%	2,9%	3,1%
Zâmbia	2,0%	0,8%	3,0%	3,7%
Zimbabwe	5,0%	2,7%	3,1%	3,5%

* Angola e Suazilândia dados não disponíveis.

FONTE: World Development Report 1991.

Este crescimento demográfico implicou uma sobrecarga dos serviços sociais (educação e saúde), os quais com os cortes orçamentais foram seriamente afectados. Face à desestabilização sul-africana e à guerra, grande parte dos recursos disponíveis foram canalizados para a defesa¹⁸². Associado ao crescimento demográfico, existia a pressão sobre o ambiente, a desflorestação e o aumento da desertificação.

5- Ambiente internacional hostil. A recessão que se fez sentir no Ocidente, implicou um maior protecção destes países acompanhado pelo incremento dos preços dos bens manufacturados e uma deterioração dos preços das matérias primas.

¹⁸¹ Em 1989, a média dos preços das matérias primas era 35% mais baixo do que em 1980. O poder real de compra das exportações da África Sub-Sahariana decaiu 15%. SADCC Annual Progress Report 1989-1990. p.7.

¹⁸² Veja-se o caso de Angola e Moçambique na página 59.

6- Desestabilização da RAS. Em Outubro de 1989, um estudo da ONU sobre a desestabilização da RAS e o custo económico da resistência da 1ª linha contra o Apartheid, afirmava que a produção na região, em 1988, poderia ter sido 40% superior se não se tivesse verificado a desestabilização¹⁸³.

7- Outra questão associada à RAS, tinha a ver com o facto de no período entre meados dos anos 70 e finais da década de 80, os modelos tradicionais de interligação económica regional terem sido modificados em virtude de considerações políticas. A RAS, reduziu o seu envolvimento em dois importantes sectores, nos quais historicamente tinha estado envolvida como compradora, ou seja, ao nível dos transportes e do trabalho migratório.

8- Na segunda parte da década de 80, os estados membros começaram a responder ao agravamento da crise económica através da introdução de reformas, quer adoptadas independentemente ou em associação com o Banco Mundial e o FMI. Resultados encorajadores foram obtidos, particularmente na agricultura, onde os incentivos aos preços conduziram a um aumento da produção. Consequentemente, taxas de crescimento foram registadas na maioria dos estados em 1989/90. Porém, as reformas visavam, sobretudo, alcançar os equilíbrios fiscais e monetários e não se direccionavam para as fraquezas estruturais fundamentais destas economias. A dependência da exportação de matérias primas, por vezes baseada num só produto¹⁸⁴ e a incapacidade destas economias conseguirem enfrentar alterações internacionais nas condições de mercado, baixas taxas de crescimento e produtividade, continuavam no centro da crise.

Apesar destes obstáculos terem surgido ao longo da década de 80, desde muito cedo a SADCC apercebeu-se de algumas das dificuldades que teria que enfrentar. Neste sentido, na 3ª grande reunião da SADCC, realizada em Blantyre, em Novembro de 1981, foi apresentado um documento intitulado "From Dependent Poverty Toward Economic Liberation", onde foram identificadas cinco áreas de problemas que os estados membros enfrentavam¹⁸⁵. Esses problemas referiam-se à herança histórica, à desestabilização, à situação económica internacional, mobilização dos recursos nacionais e a dificuldades de gestão.

Ao mesmo tempo, foram identificados cinco desafios que a SADCC necessitava de enfrentar:

- 1- Evitar que o planeamento regional fosse desviado e influenciado por considerações de curto prazo.
- 2- Rejeitar as dúvidas sobre a possibilidade de cooperação e ultrapassar os temas não pacíficos.
- 3- Ultrapassar a tendência de ver os problemas em termos nacionais.
- 4- Melhorar as comunicações e informações essenciais ao planeamento regional.
- 5- Começar a treinar o pessoal para os projectos da SADCC.

¹⁸³ SADCC: "Dix Ans de Cooperation Régionale." Marchés Tropicaux et Méditerranéens, p.2408.

¹⁸⁴ Veja-se o caso da Zâmbia, cujas exportações eram compostas basicamente por cobre. Por exemplo, em 1989, as exportações deste país eram constituídas em 80% pelo cobre, tendo sofrido consideravelmente com a queda dos preços deste produto. SADCC Annual Progress Report 1989-90, p.17.

¹⁸⁵ Christopher Hill, op cit., p.231.

Essencial para se vencerem estes desafios, era que se conseguisse a criação de uma mentalidade SADCC.

Mas para além de todos os problemas referidos, outros surgiram intimamente ligados com o funcionamento da SADCC.

Ao analisarmos o papel da SADCC, temos de ter em conta o seu ponto de partida. Assim, a SADCC nasceu fortemente influenciada pelas experiências passadas falhadas¹⁸⁶. A adopção de objectivos grandiosos, de estruturas complexas e não flexíveis, de instituições supra-nacionais ineficazes e burocráticas, representavam tudo aquilo que se pretendia evitar. Assim sendo, a SADCC favoreceu uma política pragmática de passo a passo no caminho da cooperação regional. Pretendia-se criar o mínimo de instituições e envolver o mais possível os estados membros. Esta opção, como foi referido no capítulo III, correspondeu acima de tudo a uma necessidade, devido às enormes diferenças existentes entre os membros.

Porém, a frágil estrutura da SADCC¹⁸⁷ foi várias vezes acusada de ser incapaz de se impor aos estados e de mobilizar os recursos locais num esforço regional para o desenvolvimento, implicando uma maior dependência em relação à ajuda vinda do exterior. Por outro lado, a manifesta dificuldade em termos de imposição efectiva da vontade da organização, representava uma importante limitação da SADCC. Se era assim agora, em que todos os passos eram dados em áreas de grande consenso, o que é que aconteceria a esta organização uma vez que tivesse de tomar decisões em áreas potencialmente mais conflituosas?

Por outro lado, a SADCC era acusada de basear a sua coesão num único elemento, a oposição ao regime de Pretória, existindo um grande cepticismo sobre as reais capacidades de permanência desta coesão, a partir do momento que se verificasse uma alteração de regime na RAS. Para além disso, com o fim do regime de Apartheid, era muito provável que a posição internacional face à SADCC sofresse alterações. Esta situação era particularmente verdadeira na questão do apoio financeiro. O apoio até então prestado à SADCC, baseava-se oficialmente, ainda que existissem outros interesses, na necessidade de se apoiar uma região alvo dos ataques de um regime unanimemente condenado. Tal hipótese, a verificar-se, seria um duro golpe para a SADCC, devido ao seu elevado grau de dependência em termos de financiamentos internacionais.

Vejamos agora quais foram as principais dificuldades e resultados dos esforços de cooperação, em dois dos sectores que a Declaração de Lusaka havia considerado fundamentais.

- TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES.

Face aos objectivos que se tinha proposto alcançar, a SADCC ficou aquém do previsto. Neste sector, podemos afirmar que a RAS foi bem sucedida nos seus intentos. O caminho de ferro de Benguela estava fechado, os caminhos de ferro de Nacala, Beira e Maputo estavam seriamente atingidos, o que para além de provocar interrupções, provocava grandes efeitos psicológicos nos exportadores e importadores. O tráfego teve de ser desviado para a TAZARA, a qual também enfrentava problemas, mas grande parte ficou dependente do sistema de transportes da RAS.

¹⁸⁶ Federação da África Central; Comunidade da África Oriental.

¹⁸⁷ Os doadores internacionais várias vezes se queixaram da falta de um poderoso corpo central dentro da SADCC.

Porém, esta situação não ficou a dever-se à falta de iniciativas da SADCC. Obtiveram-se alguns avanços, nomeadamente com a reabilitação e o melhoramento dos portos da Beira e Maputo e dos corredores da Beira e do Limpopo, em direcção ao Zimbabwe. Mas a sua eficiência operacional viu-se substancialmente reduzida devido aos problemas de segurança e a problemas internos dos estados membros.

No capítulo das telecomunicações houve grandes avanços, que permitiram que todos os estados membros estivessem ligados entre si e com o resto do mundo, deixando de estar dependentes, neste aspecto, da RAS e de alguns países europeus.

Nos transportes aéreos, era evidente a falta de uma força institucional. Apesar de todas as linhas perderem dinheiro, a união entre todas elas com o objectivo de se criar uma companhia forte e rentável era rejeitada. Cada país desejava manter a sua transportadora aérea, já que esta era um símbolo de orgulho nacional. Dificuldades deste tipo não eram necessariamente insolúveis no âmbito das estruturas da SADCC. No entanto, era bem mais difícil de as resolver, nestas circunstâncias, do que se houvesse um órgão decisório mais centralizado.

Ao mesmo tempo que estabeleciam acordos entre si, os membros da SADCC concluíam também acordos com a RAS. Dado que um dos objectivos oficiais da SADCC era a redução da dependência face a Pretória e atendendo que os ataques da RAS, foram um factor determinante na obtenção do apoio internacional, toda esta questão tornou-se de certo modo estranha. Por exemplo, uma significativa parte do trabalho de reabilitação do porto de Maputo foi executado pela RAS e teve lugar em simultâneo com os projectos da SADCC. Durante vários anos, a South African Electricity Supply Commission (ESKOM) esteve envolvida em discussões com certos governos da SADCC sobre as perspectivas de racionalização dos acordos de fornecimento de energia no âmbito regional¹⁸⁸.

O aumento da dependência dos países pode verificar-se de uma maneira extremamente clara no sector dos transportes. Apesar de terem sido feitos grandes investimentos ao nível das infraestruturas, os exportadores e os importadores, continuaram a utilizar a rede de transportes sul-africana. Na altura da formação da SADCC, calculava-se que 50% do fluxo de mercadorias dos países membros, eram transportadas através da RAS. Passados 10 anos, aproximadamente 65% do comércio dos países interiores era transportado via RAS¹⁸⁹.

- RELAÇÕES COMERCIAIS.

As relações comerciais com a RAS não sofreram praticamente nenhuma alteração. Passados 6 anos da criação da SADCC, a RAS continuava a adquirir 5% das exportações da SADCC e a representar a origem 26% das importações desta organização¹⁹⁰.

Por outro lado, um outro objectivo da SADCC prendia-se com a criação de uma estrutura de relações comerciais na região, mais equilibrada e equitativa. Uma

¹⁸⁸ Jesmond Blumenfeld, op. cit., p.145

¹⁸⁹ Jeanine Stephens, citada em Hans Abrahansson e Anders Nilson, op cit., p.192. Em relação aos números da dependência, no capítulo dos transportes, existe uma certa discrepância conforme a fonte consultada, variando os mesmos entre 50%, em 1980, e 80% em 1990. Existem outras fontes, que fogem a estes parâmetros, por exemplo, na revista Terra Solidária (nº10, Nov/Dez 1987, p.11.) são avançados 60% em 1980 e 85% em 1987.

¹⁹⁰ Jesmond Blumenfeld, op. cit., p.142

desigualdade que a SADCC pretendia corrigir, era o papel dominante da economia do Zimbabwe em relação às outras economias da SADCC. Em 1981, o Zimbabwe representava 49% das exportações e 38% das importações intra-SADCC. Em 1987, apesar do peso do Zimbabwe nas importações ter descido para 27%, as exportações deste país representavam 54% do total das exportações intra-SADCC, ou seja, de um modo geral a posição dominante do Zimbabwe no seio da SADCC manteve-se. Também em 1987, o comércio intra-SADCC representava apenas 4,4% do total do comércio dos países da SADCC¹⁹¹.

Apesar do crescimento das facilidades no âmbito da SADCC, no sentido de aumentar as trocas, o progresso verificado não foi significativo. Um dos problemas advinha do reduzido e fraco número de actores económicos privados dentro da SADCC, que estivessem envolvidos nas relações comerciais no seio da SADCC. Eis alguns factores que contribuíram para o cenário atrás descrito:

- 1- Preocupações com a auto-suficiência nacional, nomeadamente alimentar.
- 2- Hostilidade contínua ao investimento privado.
- 3- Falta crónica de divisas.
- 4- Não convertibilidade das moedas nacionais.
- 5- Caros e pesados procedimentos burocráticos.
- 6- Persistentes faltas nas infraestruturas e serviços de apoio.

Ao mesmo tempo, existia uma relativa facilidade de se conseguir transaccionar com os agentes económicos na RAS.

Esta falta de resultados ao nível do sector comercial também se devia à ausência de alterações nas estruturas económicas dos estados. Foram efectuados muito poucos investimentos destinados a modificar as estruturas de produção colonial, que tinham como objectivo principal a exportação segundo as necessidades dos poderes coloniais. Em contrapartida, os desequilíbrios macroeconómicos dos países da SADCC, com grandes déficits da balança de pagamentos, aumentaram o significado das receitas de exportação das exportações tradicionais

A dependência destes países face à RAS em termos comerciais, também podia ser explicada através do baixo grau de complementariedade que reinava entre os membros da SADCC. O comércio dos países consistia, essencialmente, em produtos agrícolas e matérias primas, sendo a procura dos mesmos bastante limitada, na região. Para além disso, era utópico considerar-se possível alterar, numa década, uma série de ligações existentes desde a época colonial.

A fim de diversificar a produção, havia quem defendesse a aplicação de reformas no sector económico, nomeadamente, de medidas de liberalização, condição essencial para promover a produção e os investimentos. Porém, os argumentos dominantes na altura eram hostis a esta posição, alegando que a liberalização e o jogo incontrolado das forças de mercado, tenderiam a criar novas ou reforçar antigas disparidades na distribuição da capacidade produtiva. O investimento tenderia a acumular-se em "clusters" industriais estabelecidas, onde as infraestruturas e as facilidades estavam convenientemente desenvolvidas. Ao mesmo tempo, essas disparidades poderiam ser a origem de rupturas na coesão da organização, algo que desde o início a SADCC quis evitar, já que preconizava o desenvolvimento equilibrado.

¹⁹¹ Idem, p.143. O comércio intra-SADCC manteve-se sempre a estes níveis, nunca tendo ultrapassado a barreira dos 5%. Em 1981 foi de 4,7%, em 1982 foi de 4,7%, em 1983 de 4,5%, em 1984 de 4,5%, em 1985 de 3,8% e em 1986 de 4,2%. SADCC Regional Economic Survey 1988, citado em Robert Davies: "Southern African Perspectives.", p.16.

- AQUESTÃO DO APOIO EXTERNO.

O apoio externo à SADCC era fundamental, nomeadamente da parte do Ocidente. Leys e Tostensen defendiam que o Ocidente via o projecto da SADCC como um programa de reconstrução da África Austral após vários anos de guerra. No fundo, seria uma espécie de plano Marshall para a região. À luz desta realidade, talvez se possa compreender o forte encorajamento fornecido por parte dos países ocidentais ao projecto, uma vez que desejavam atrair a região para o seu lado¹⁹².

Apesar da SADCC estar firmemente apostada em reduzir a sua dependência em termos gerais, encarava o desenvolvimento como uma pré-condição para a libertação económica e a ajuda externa como um pré-requisito.

Para muitos, o problema que se punha era o de se saber se a SADCC, na ânsia de fugir à dependência da RAS, não iria cair noutro tipo de dependência, ou seja, a do Ocidente. Esta, embora mais diversificada, não deixaria de ser uma dependência com todas as consequências que isso implicava. Para além disso, a nova dependência que se estava a criar, baseava-se nos países ocidentais, liderados pelos EUA, países que directa ou indirectamente apoiavam o regime de Pretória.

Nesta linha de raciocínio, para os países ocidentais, ajudar a SADCC, era talvez uma maneira de salvar a face, devido ao envolvimento com o regime sul-africano e de estabelecer um equilíbrio enganador, destinado a servir de fiel da balança na sua intervenção na África Austral. Para os países da SADCC, esta representava não só um meio, de angariar fundos, mas também de suscitar no Ocidente uma tendência para o isolamento da África do Sul, quanto mais não fosse, com base no protesto moral contra o Apartheid.

O Ocidente, talvez pretendesse, através de um apoio económico substancial, despolitizar a organização, mas a verdade é que nunca o conseguiu¹⁹³.

Com o passar dos tempos, o elevado grau de dependência dos financiamentos externos implicou que o sucesso ou fracasso da SADCC dependesse mais do nível da ajuda externa de que dos esforços locais e regionais. Devido à forte contribuição financeira ocidental¹⁹⁴, muitas vezes, os programas regionais, de maior interesse, não podiam ser viabilizados¹⁹⁵, porque os financiadores não se interessavam por eles. Estávamos assim, na situação das prioridades a executar, estarem dependentes de critérios extra-regionais.

¹⁹² Samir Amin, Derrick Chitala & Ibbo Mandaza: "SADCC- Prospects for Disengagement and Development in Southern Africa.", p.8.

¹⁹³ Prova disso foi o facto do Secretário Executivo da SADCC, Simba Makoni, que depois de 1984, deu um novo impulso no sentido da politização da organização. Posição adoptada tanto em discursos como em actos. Makoni fez tudo para que a SADCC tomasse posições cada vez mais duras contra o regime de Apartheid.

¹⁹⁴ Em 1989, para os 490 projectos existentes os custos ascendiam a 6.313 milhões de USD, sendo que a participação estrangeira requerida ascendia a 89,40% do total. Daqui se depreende o grau de dependência. AWEPA & CIIR, op., cit., p.39..

¹⁹⁵ Foi, por exemplo, o caso do projecto regional do sistema do porto de Dar-es-Salaam, que apenas obteve a certeza de crédito de cerca de 6% do total dos custos. Jumanne H. Wagao, op. cit., p.163.

Perante esta situação, constata-se que uma das grandes limitações da SADCC residia no facto de o poder real¹⁹⁶, para executar os programas, residia fora das suas fronteiras. Assim, um dos maiores desafios da SADCC, consistia em tentar eliminar uma situação de dependência sem necessariamente cair numa outra. Para mais, tendo em conta que, entre os financiadores ocidentais, se encontravam antigas potências coloniais, todas elas dispostas a retirar importantes benefícios do tipo neo-colonial.

¹⁹⁶ Este poder não dizia apenas respeito ao capítulo financeiro, mas em consequência dele, alargava-se a outras áreas. Consultores estrangeiros eram responsáveis tanto pela identificação dos programas de investimento, como pela sua implementação e operação. Assim, o mundo ocidental dominava uma parte cada vez maior da tomada de decisão sobre os investimentos, independentemente das prioridades próprias dos países membros.

CAPÍTULO VI

O FIM DA SADCC E O NASCIMENTO DA SADCC

Após doze anos de existência uma série de acontecimentos a nível internacional e regional, implicaram que a SADCC tivesse que repensar a sua posição.

6.1. O Ambiente Internacional no Final da Década de 80 e as suas consequências na África Austral.

As alterações verificadas na cena internacional, sobretudo a partir de 1989, vão provocar profundas mudanças, quer ao nível internacional quer aos níveis regional e nacional. Internacionalmente, essa situação traduziu-se no desanuviamento do conflito Leste-Oeste, processo aliás já iniciado em 1985. Esta alteração no relacionamento entre as superpotências, teve consequências directas na região da África Austral¹⁹⁷. Ambas as superpotências concordaram em adoptar políticas tendentes ao apaziguamento e resolução por via pacífica e negocial dos conflitos regionais. Isto implicava, simultaneamente, que o argumento da ameaça comunista perdia força junto da opinião pública ocidental, caindo assim por base o principal argumento tendente a justificar o apoio que os países ocidentais concediam ao regime de Apartheid.

-NAMÍBIA.

Na região, as alterações foram significativas. A partir de 1988, a questão angolana e namibiana caminhavam para a sua resolução, com a assinatura dos acordos tripartidos entre Angola, Cuba e RAS, visando a retirada de tropas estrangeiras de território angolano. Assim, a 13 de Dezembro de 1988, Angola, Cuba e RAS, sob mediação dos EUA, assinaram, em Brazzaville, um protocolo de acordo. A este protocolo seguiu-se, em 22 de Dezembro, a assinatura dos acordos de Nova Iorque, na sede da ONU, os quais incidiram sobre a independência da Namíbia e a retirada das tropas cubanas, de acordo com a resolução 435 (1978) do Conselho de Segurança, envolvendo os três países atrás referidos. Na sequência destes acordos, a África do Sul concordou em iniciar o desmantelamento da sua administração na Namíbia no dia 1 de Abril de 1989, em troca da retirada cubana de Angola até meados de 1991.

Todo este processo, permitiu que a Namíbia caminhasse para a independência. Assim, realizaram-se eleições entre os dias 7 e 11 de Novembro de 1989. A SWAPO ganhou estas primeiras eleições, obtendo 41 lugares na Assembleia, a DTA obteve 21 lugares, enquanto que os restantes 10 lugares foram repartidos por diversos pequenos partidos. O processo culminou com a independência da Namíbia em 21 de Março de 1990¹⁹⁸.

Porém, após essa data, a questão não ficou totalmente resolvida. Após a proclamação da independência, a RAS continuou a manter possessões no território namibiano, nomeadamente o enclave de Walvis Bay. Para os sul-africanos, não fazia sentido incluir este enclave na Namíbia, já que o mesmo, historicamente, nunca tinha feito parte deste território.

¹⁹⁷ Fernando Jorge Cardoso, op. cit., p.90.

¹⁹⁸ Após as eleições, os últimos 1500 soldados sul-africanos abandonaram o território namibiano em direcção ao enclave sul-africano de Walvis Bay. John Grace & John Laffin, op. cit., p.244.

O ponto de vista sul-africano incluía os seguintes argumentos¹⁹⁹:

- Walvis Bay, tinha sido anexado à coroa britânica, em 1878, e anexado à colónia do Cabo em 1884. Neste mesmo ano, a Alemanha, ao declarar o Sudoeste Africano seu protectorado, não desafiou a soberania britânica em relação a Walvis Bay. Mais tarde, o estatuto de Walvis Bay, como enclave britânico no protectorado alemão, foi reconhecido pelo acordo anglo-alemão de 1890, o qual estabeleceu os actuais limites geográficos da Namíbia

- Quando, no fim da I guerra mundial, o Sudoeste Africano foi entregue à RAS, sob os auspícios de um mandato do tipo C, ficou claro que Walvis Bay não estava incluído nesse mandato.

- Decorrente do anterior argumento, a RAS avançava com um outro. Pretória afirmava que também não entregava Walvis Bay, uma vez que não fazia mais do que cumprir com uma resolução da OUA (1964), que defendia o respeito pelas fronteiras herdadas da colonização.

Mas, para além destes argumentos de índole histórica, a RAS tinha razões muito concretas para querer manter Walvis Bay. Vejamos sucintamente os mais importantes:

Em primeiro lugar, o porto do enclave era o único de águas profundas na costa namibiana. A sua posse, iria permitir à RAS condicionar economicamente o novo estado. Caso o governo de Windhoek se mostrasse hostil ou pouco colaborante com Pretória, existia um excelente instrumento para condicionar e alterar o seu comportamento. Por outro lado, existiam no enclave, uma base naval e o aeródromo de Rooikop²⁰⁰, constituindo ambos excelentes pontos avançados de defesa do território sul-africano, caso se verificasse uma ameaça exterior.

Apesar destes argumentos, nem a Comunidade Internacional²⁰¹, nem muito menos a SWAPO os aceitaram.

A SWAPO, mostrou-se muito radical face a esta situação, tanto mais que contava com o apoio da ONU. Prova desse apoio, foi o facto de o Conselho de Segurança ter aprovado a resolução 432 (1978), na qual se afirmava que a integridade territorial da Namíbia deveria ser assegurada pela reintegração de Walvis Bay neste território. A SWAPO recusava-se a aceitar qualquer pretensão sul-africana sobre Walvis Bay, assim como não reconhecia a validade dos acordos entre a Grã-Bretanha e a Alemanha sobre o enclave. Para além disso, afirmava que o facto da RAS ter administrado o enclave a partir de Windhoek²⁰², durante quase 50 anos, tinha comprometido qualquer pretensão em separar Walvis Bay da Namíbia²⁰³.

¹⁹⁹ Ronald Dreyer: "Disputes over Walvis Bay: Origins and Implications for Namibian Independence.", pp.497/499.

²⁰⁰ Marc Aicardi de Saint-Paul: "L'enclave de Walvis Bay devient Namibienne.", p.38.

²⁰¹ As Nações Unidas, em apoio às pretensões da SWAPO, afirmaram, em 1 de Setembro de 1977, que Walvis Bay estava intrinsecamente ligado por laços geográficos, históricos, culturais e étnicos ao resto do território, sendo que a independência do território nunca estaria completa sem Walvis Bay.

²⁰² O enclave de Walvis Bay foi governado a partir da província do Cabo até 1922, voltando a esta situação em 1 de Setembro de 1977. Durante os 50 anos que medeiam entre as duas datas, o enclave foi governado a partir de Windhoek. Ao incluir o enclave novamente na jurisdição do Cabo, Pretória pretendia excluir claramente Walvis Bay das negociações de independência da Namíbia.

²⁰³ Ronald Meyer, op. cit., p.504.

Mas, com o passar dos tempos, a posição da SWAPO foi-se moderando, tanto mais que não queria fornecer à RAS o argumento de que necessitava a fim de entravar as negociações conducentes à independência. Assim, a SWAPO optou por deixar a questão de Walvis Bay para depois da independência²⁰⁴.

Com a eventualidade da ameaça comunista posta definitivamente de parte, e com os progressos registados no diálogo no seio da RAS²⁰⁵, a importância estratégica do enclave diminuiu consideravelmente. Esta situação, abriu o caminho para que a integração de Walvis Bay na Namíbia, concluindo, assim, o processo de independência deste país²⁰⁶.

- ANGOLA.

Após os acordos de Nova Iorque, tudo levava a crer que a questão angolana caminhava igualmente para a sua resolução. Sob proposta e mediação do Presidente do Zaire, Mobutu Sese Seko, reuniu-se em Gbadolite, em Junho de 1989, uma cimeira dos chefes de estado africanos com o intuito de contribuir para a resolução do conflito angolano. Nesta cimeira, estiveram igualmente presentes José Eduardo dos Santos e Jonas Malheiro Savimbi. Porém, a mediação desconcertada, sem plataformas de consenso, acabaria por conduzir a um rotundo malogro.

Em Abril do ano seguinte, caberia a Portugal contribuir para a resolução do diferendo. Com as conversações a terem início em Évora, estipulou-se um calendário para os futuros encontros. O processo caracterizou-se, por toda uma série de avanços e recuos, desenvolvendo-se ao longo de meses de forma extremamente complexa. Inicialmente, desenrolou-se apenas sob os auspícios "dos bons ofícios do governo de Lisboa", tendo havido mais tarde o reconhecimento oficial da sua mediação, à qual se vieram a juntar, como observadores, norte-americanos e soviéticos. Finalmente, a 31 de Maio de 1991, os líderes das duas facções angolanas, assinaram formalmente em Lisboa, os acordos de paz para Angola.

Parecia, assim, que Angola iria finalmente conhecer a paz. As eleições legislativas e presidenciais realizaram-se a 29 e 30 de Setembro de 1992. Apurados os primeiros resultados, a UNITA manifestou o seu descontentamento e desconfiança sobre a validade do processo²⁰⁷, entrando-se numa escalada de acontecimentos e tensões que levariam ao recomeço da guerra.

As várias tentativas efectuadas no sentido de travar o recomeço do conflito goraram-se, ficando a paz para Angola adiada mais uma vez.

²⁰⁴ David Simon: "Namibia Regains Walvis Bay at Last.", p.128.

²⁰⁵ O ANC sempre defendeu que Walvis Bay deveria regressar à Namíbia, sendo lógico que pressionasse nesse sentido durante as negociações. Idem, *Ibidem*.

²⁰⁶ Walvis Bay passou para a Namíbia em 28 de Fevereiro de 1994.

²⁰⁷ Perante as condições existentes, seria impossível controlar o processo na sua totalidade, sendo perfeitamente natural aceitar que tenham existido algumas irregularidades. O que importa saber é até que ponto essas mesmas irregularidades afectaram os resultados finais. Após a divulgação dos resultados, a representante especial do Secretário Geral para Angola, Margaret Anstee, declarou que as eleições haviam sido livres e justas, negando a existência de fraude sistemática ou generalizada como havia sido dito pela UNITA.

-MOÇAMBIQUE.

As alterações internacionais e regionais, tiveram igualmente repercussões no conflito moçambicano. Em Março de 1990, o Presidente sul-africano Frederik De Klerk, garantiu que o seu governo já não apoiava a RENAMO. Isto representava um duro golpe para este movimento, já que dependia bastante do apoio que lhe era prestado pela RAS. Terminado esse apoio, a RENAMO via-se na necessidade de optar pela via negocial, via essa que seria igualmente adoptada pelo governo da FRELIMO, que atingira um ponto de exaustão.

Criado o clima favorável, iniciaram-se a 8 de Julho de 1990 em Roma, conversações directas entre as duas partes moçambicanas, sob mediação da igreja católica e das autoridades italianas. Após dois anos de lentas e complexas negociações, foi assinado, em 4 de Outubro de 1992, o Acordo Geral de Paz. As eleições legislativas e presidenciais ficaram marcadas para Outubro de 1994, tendo Moçambique alcançado finalmente a paz.

-ÁFRICA DO SUL.

Todo este ambiente de mudanças atingiu também profundamente a potência regional. A crise económica sul-africana, aliada às sanções e ao isolamento crescente do país, justificavam cada vez mais o fim do Apartheid. Como foi referido anteriormente, o argumento da ameaça comunista, que contribuiu para que a RAS ainda contasse com algum apoio ocidental, desvaneceu-se, deixando o regime do Apartheid na agonia.

Em Fevereiro de 1989, Frederik De Klerk, até então ministro da Educação e dirigente do Partido nacional na província do Transvaal, substituiu Pieter Botha à frente do Partido Nacional²⁰⁸.

A 6 de Abril de 1989, após uma guerra surda com a nova direcção do Partido Nacional, o ainda Presidente da RAS, Pieter Botha acede em anunciar eleições gerais antecipadas, deixando assim o caminho livre a De Klerk para lhe suceder na presidência do país. A partir do momento da sua eleição, De Klerk vai encetar o caminho conducente à alteração do regime na RAS. Neste sentido, fará, a 2 de Fevereiro de 1990, um discurso histórico, anunciando medidas de grande importância: libertação para breve e sem condições do líder histórico do ANC, Nelson Mandela²⁰⁹, levantamento da proibição do ANC, PAC, do Partido Comunista, assim como de outras 33 organizações anti-Apartheid.

Após o ANC ter posto oficialmente fim à luta armada, em 7 de Agosto de 1990, o governo e o ANC²¹⁰, prepararam-se para iniciar as negociações destinados a viabilizar a transição do regime. As negociações tiveram lugar sob os auspícios do fórum CODESA

²⁰⁸ Em 18 de Janeiro de 1989, Pieter Botha sofreu um derrame cerebral tendo sido hospitalizado. A sua longa convalescença, deu início à luta pela sua sucessão no partido e no governo. Havia quatro candidatos ao lugar: Roelof Pik Botha, Ministro dos Negócios Estrangeiros; Barend du Plessis, Ministro das Finanças; Chris Heunis, Ministro dos Assuntos Constitucionais; e Frederik De Klerk. Allister Sparks: "Tomorrow is Another Country - The Inside Story of the South Africa's Road to Change.", p.88.

²⁰⁹ Mandela será libertado a 11 de Fevereiro de 1990 da prisão de Victor Verbster situada na cidade de Paarl próxima da cidade do Cabo, após 27 anos de prisão.

²¹⁰ Inicialmente, o PAC estava aliado ao ANC para o processo negocial, mas acabaria por se retirar, acusando o seu parceiro de ceder às condições do governo. O PAC pretendia, nomeadamente, que as negociações tivessem lugar fora da RAS. Allister Sparks, op. cit., p.129.

(Convention for a Democratic South Africa). A partir de então foi iniciada a transição para uma África do Sul com um governo da maioria.

Entre finais dos anos 80 e início dos anos 90, a região da África Austral foi, assim, alvo de profundas transformações. Apenas o conflito angolano persistia, mais baseado em questões internas do que em condicionalismos externos. A autonomia que a UNITA gozava, em termos financeiros, aliada à personalidade do seu líder, impossibilitou que este movimento cedesse facilmente às pressões da comunidade internacional.

Para além de todos os países referidos detalhadamente neste sub-capítulo, todos os outros membros da África Austral também sofreram alterações. Todos eles, à excepção da Suazilândia, enveredaram por regimes democráticos.

Mas, estas alterações internacionais, para além de possibilitarem o estabelecimento da paz, envolveram outras consequências para a região da África Austral. O fim da guerra fria implicou a marginalização de certas partes do mundo, nomeadamente do continente africano. Eis algumas razões²¹¹ que podem explicar a referida marginalização:

1- África no seu todo representa uma pequena parte do comércio mundial (menos de 1,5%). Os custos de operação são caros e as taxas de retorno dos investimentos são baixas, quando comparadas com outras partes do mundo.

2- Os avanços tecnológicos, levando à descoberta de novos materiais e formas mais económicas de utilizar muitos bens e matérias primas produzidas no 3ºMundo, tornando-as menos necessárias aos países industrializados.

Para além dos dois pontos focados, os países da SADCC, tinham que enfrentar uma nova situação internacional que condicionava a sua evolução.

Por um lado, grande parte dos apoios recebidos por esta organização, eram concedidos por oposição ao Apartheid. Porém, com a alteração do regime sul-africano e o fim da desestabilização, os países ocidentais passaram a concentrar a sua atenção nos países de Leste da Europa e nas oportunidades que aí poderiam surgir, relegando para segundo plano a zona da África Austral. Para piorar ainda mais a situação ao nível da SADCC, esta organização era commumente identificada como uma organização cujo grande, senão único objectivo, era combater o regime de Pretória. Neste sentido, seria lógico que a SADCC desaparecesse com a transição sul-africana.

Um outro problema prendia-se com a nova RAS. Ainda que os investidores continuassem a apostar na África Austral, os membros da SADCC viam-se obrigados a enfrentar a concorrência da RAS na luta para cativar esses investimentos. Antes do fim do Apartheid, houve uma forte campanha internacional de desinvestimento na RAS. Porém, com o fim do Apartheid e o levantamento das sanções internacionais, Pretória estava de novo disponível. Atendendo às condições oferecidas, nomeadamente ao nível das infraestruturas, a RAS possuía as melhores condições em termos de captação de investimentos.

Para além de tudo isto, convém não esquecer que a RAS era a potência regional. Embora com problemas internos a resolver, o novo governo sul-africano não deixava, de forma alguma, de querer manter esse seu estatuto²¹².

²¹¹ Thomas Ohlson & Stephen John Stedman: "Trick or Treat? The End of Bipolarity and Conflict Resolution in Southern Africa." pp.11/13.

²¹² Prova clara das intenções sul-africanas, foi a posição assumida pelo governo de Pretória durante o auge das eleições moçambicanas. Atendendo à recusa da RENAMO em participar, Mandela enviou o seu vice-presidente Thabo Mbeki garantir que a RENAMO participasse nas eleições. A posição sul-

É perante estas realidades que se punha, a questão do papel a desempenhar pela SADCC nos anos 90.

6.2. A COMUNIDADE DO DESENVOLVIMENTO DA ÁFRICA AUSTRAL.

Embora não seja propósito do trabalho, fazer uma análise da SADC é feito um breve resumo do processo que conduziu ao seu nascimento e os problemas desde logo enfrentados. Ao efectuar esta caracterização, pretende-se demonstrar a preocupação de vocacionar a SADC para questões económicas, já que a SADCC, apesar dos seus objectivos oficiais, acabou por ser canalizada para a luta política, área aliás onde obteve os seus maiores sucessos.

Face às transformações verificadas, internacional e regionalmente, nos finais da década de 80, era necessário aferir que tipo de consequências isto implicaria para a SADCC.

Os próprios países da SADCC, entre os quais já se encontrava a Namíbia²¹³, começavam a sofrer alterações. Como vimos, na região os processos de democratização acompanhados de processos de liberalização económica, foram emergindo gradualmente. Estes processos, deveram-se em parte a pressões externas e em parte a pressões internas, derivadas das forças sociais. Ao mesmo tempo, assistia-se a um cansaço por parte dos doadores, fruto tanto dos fracos resultados obtidos, como das novas oportunidades surgidas nos países do ex-bloco soviético e de questões internas nos próprios doadores, que enfrentavam um período de decrescimento das economias.

A SADCC caracterizou-se, quando do seu aparecimento, por uma associação de estados possuindo um objectivo comum e uma proximidade geográfica. Exceptuando isto, os estados membros, como foi referido, eram claramente heterogéneos em termos económicos e de sistemas políticos. O próprio nome atribuído à organização, "Conferência", demonstra bem a fragilidade da sua estrutura, criada a partir de um Memorando de Entendimento. Não foram conferidos nenhuns poderes supra-nacionais a nenhum dos órgãos criados cujas funções eram de coordenação. Para todos os efeitos, cada estado membro tinha o direito de veto, já que as decisões tinham que ser tomadas por consenso. Esta foi a estrutura possível em 1980, acabando mesmo por ter algum grau de eficiência durante a 1ª década de existência da SADCC.

As transformações regionais e internacionais implicaram que uma maior integração e cooperação económica se tornasse num imperativo para os membros da SADCC. Esta integração era encorajada por um mundo que caminhava, rapidamente, para a construção de fortes blocos económicos²¹⁴. A zona da África Austral, para ganhar peso internacionalmente, tinha de aparecer unida.

O objectivo de alcançar a integração regional, não constituía qualquer novidade. Na Declaração de Lusaka de 1980, um dos grandes objectivos passava precisamente por alcançar esse tipo de integração, baseada em laços equitativos entre os estados membros.

africana ficou bem patente nas palavras de Mbeki que afirmou que a RAS não poderia permitir outra Angola. Jornal Público nº1696 de 28 de Outubro de 1994.

²¹³ A Namíbia aderiu à SADCC em 1 de Abril de 1990.

²¹⁴ Na Declaração dos Chefes de Estado da África Austral: Rumo à Comunidade do Desenvolvimento da África Austral, é feita uma análise da África Austral no contexto mundial, afirmando-se que a integração estava a tornar-se, muito rapidamente, numa tendência global.

Porém, na 1ª década de existência da SADCC, as carências observadas ao nível das infraestruturas dos transportes e as acções desestabilizadoras da RAS, implicaram que a prioridade máxima, fosse a coordenação em termos de cooperação de projectos de infraestruturas²¹⁵. Este ambiente hostil originou que a SADCC perdesse logo à partida, parte dos seus objectivos económicos, privilegiando a questão política de combate ao Apartheid, grande travão das iniciativas económicas da SADCC. Para além disso, a fim de ser bem sucedido, um verdadeiro processo de integração na região, deveria contar com a presença da RAS, facto que, por razões óbvias, não podia verificar-se.

Mas, a actuação da SADCC contribuiu para a criação de um clima de confiança e sobretudo para um sentimento de identidade regional favoráveis ao processo de integração, não obstante haver quem afirmasse que esse tipo de solidariedade se baseava na mera existência de uma ameaça comum, ou seja, a RAS e que uma vez erradicado o regime de Apartheid, seria, então, possível julgar com realismo a força e razão de ser dos laços de solidariedade.

Foi a própria estrutura da SADCC que se apercebeu das suas limitações, dando início ao processo de alteração. Em 1989, a Cimeira de Chefes de Estado da SADCC, deu instruções claras ao Conselho de Ministros, no sentido da formalização da Organização e da concessão de um estatuto legal. O objectivo era o de preparar estrutural, institucional e operacionalmente a SADCC a fim de responder adequada e efectivamente aos desafios dos anos 90. Estes desafios, estavam directamente ligados com um maior nível de integração regional.

Finda a cimeira, um pequeno grupo de personalidades²¹⁶, começou a trabalhar, com o objectivo de apresentar uma proposta concreta à Cimeira de 1990. Os campos abrangidos incluíam a revisão da estrutura institucional, assim como a formalização da organização através de um Acordo, Tratado ou Carta.

Contrariando as expectativas iniciais, o grupo de trabalho levou mais tempo do que o previsto, tendo apresentado as suas conclusões apenas em Março de 1992. Este grupo chegou à conclusão de que a SADCC deveria ser formalizada através de um tratado²¹⁷, adquirindo, desta forma, personalidade jurídica à luz do direito internacional²¹⁸. O novo nome sugerido foi o de "Southern African Development Community" (SADC).

Ao nível das suas recomendações, o grupo de trabalho procurou encontrar um equilíbrio entre a flexibilidade e a informalidade da SADCC e o desejo de fornecer à SADC os instrumentos necessários que lhe permitissem caminhar mais rápida e determinadamente em direcção ao objectivo da integração regional.

²¹⁵ SADC: "A Frame Work and Strategy for Building the Community.", p.3.

²¹⁶ O grupo incluía as seguintes personalidades: Kighoma A. Malima da Tanzânia; Rui Baltazar de Moçambique; Kebby S. K. Musokotwane da Zâmbia e David M. Zamchiya do Zimbabwe. Arne Tostensen: "What Role for SADC(C) in the Post-Apartheid Era:", p.173.

²¹⁷ O Tratado que instituiu a SADC, passará a ser conhecido por Tratado de Windhoek, por virtude de ter sido na capital namibiana que o mesmo foi assinado.

²¹⁸ Ao ser dotada de personalidade jurídica, a SADC passava a ter capacidade para firmar contratos, adquirir, possuir ou alienar propriedade móvel ou imóvel e propor ou ser demandada em acções judiciais. Artigo 3 do Tratado de Windhoek.

A principal novidade introduzida, foi o papel do Secretariado, o qual passava agora a ser o órgão executivo da SADC²¹⁹, responsável em estreita ligação com as Comissões, Comitês, Unidades Técnicas e Unidades de Coordenação Sectorial, pela fiscalização da performance dos vários sectores, de acordo com os programas e projectos aprovados. Porém, a última palavra continuava na mão da Cimeira. A supranacionalidade, tão desejada por alguns, não havia sido adoptada.

Em todo este processo, a questão que se punha era a de saber até que ponto haveria diferenças entre a SADCC e a SADC ao nível institucional. Esta questão tinha a sua relevância, já que face aos novos desafios, era necessária uma estrutura mais forte em termos de autoridade face aos estados. Verificaram-se algumas alterações significativas, caso de Secretariado, algumas novidades, como veremos no caso do Tribunal, mas a grande incógnita seria a real capacidade da SADC em termos de implementação dos seus objectivos. Atendendo à sua complexidade, esta questão fundamental, não poderá ser respondida a curto prazo, sendo necessário analisar os resultados da SADC pelo menos a médio prazo.

A fim de garantir o êxito da SADC, considerou-se indispensável, desde o início, incluir a participação popular em todo o processo²²⁰. Mas, para se obter tal apoio, era necessário incentivar as populações. É óbvio que esse apoio implicava que as populações se sentissem identificadas e beneficiadas com esse processo, passando, simultaneamente, pelo êxito²²¹ das reformas democráticas, em curso, que visavam permitir uma maior participação popular no processo de decisão. Para além disso, era necessário fazer um enorme esforço de explicação e mobilização das populações. Esta tarefa era deveras complicada, já que por vezes, as populações, sobretudo as rurais, desconheciam a utilidade ou a existência de uma entidade chamada estado, pelo que, a situação se complicava ainda mais num projecto que se pretendia de âmbito regional.

Mas os problemas não se ficavam por aqui. O processo regional, colidia com o problema de os estados membros serem independentes à poucos anos. Em muitos casos, não houvera ainda tempo para concluir o processo de construção nacional. Neste capítulo, a acção da SADCC no sentido de se criar uma maneira de "Pensar SADCC" foi extremamente positiva. Porém, resta saber se perante a necessidade de se concluir o processo de construção nacional, o processo de integração regional, não será relegado para segundo lugar.

Apesar destas dúvidas, e como corolário do processo de transformação, iniciado pelo grupo de trabalho, foram adoptados, em 17 de Agosto de 1992, durante a Cimeira da SADCC em Windhoek, três importantes documentos destinados a transformar a SADCC em SADC. Estes documentos eram os seguintes:

- 1- Rumo à Comunidade do Desenvolvimento da África Austral. Uma Declaração dos Chefes de Estado ou de Governo dos Estados da África Austral.
- 2- O Tratado da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral.
- 3- Protocolo da Comunidade do Desenvolvimento da África Austral relativo a Imunidades e Privilégios.

Nesta mesma data, o nome da organização foi oficialmente mudado para SADC.

²¹⁹ Tratado de Windhoek, artigo 14.

²²⁰ No artigo 5, alínea 2b do Tratado de Windhoek, apela-se precisamente a um envolvimento dos Povos da região no esforço de se alcançar os objectivos da SADC.

²²¹ Ibbo Mandaza & Arne Tostensen, op. cit., p.101.

Vejamos, em seguida, qual a importância da Declaração e do Tratado.

- A DECLARAÇÃO:

Nesta nova Declaração, é feita uma análise da situação regional e as alterações ocorridas na região desde 1980. São referidas igualmente as alterações internacionais, como o fim da guerra fria e as iniciativas pan-africanas como o Plano de Acção de Lagos²²² e o Tratado de Abuja²²³.

Também é efectuada uma auto-crítica em relação aos modestos progressos obtidos pela SADCC, nomeadamente no capítulo da redução da dependência e da criação de condições para a integração económica. A declaração envolve objectivos grandiosos relacionados com:

- 1- Maior cooperação e integração económica.
- 2- Valores e sistemas económicos, políticos e sociais comuns.
- 3- Reforço da solidariedade, paz e segurança regionais.

Ao falar-se de integração económica, apontava-se a necessidade de que esta fosse realizada de um modo equitativo e equilibrado. O processo de integração deveria assentar em dois pilares básicos, ou seja, o empenhamento dos governos e a participação popular. Todo o processo deveria ter em conta as seguintes realidades²²⁴:

- 1- A pobre "performance" das economias dos estados membros, a contínua dependência na exportação de bens primários. A necessidade de se diversificar as produções e torná-las mais produtivas.
- 2- A pequena dimensão das economias.
- 3- As inadequadas estruturas socio-económicas.
- 4- As disparidades económicas entre os países da região.
- 5- A geografia política que tornou os estados membros muito ligados, sobretudo os interiores.
- 6- A necessidade de se manter a paz na região.

²²² Nos anos 70, perante a marginalização crescente das economias africanas, defendia-se um modelo de desenvolvimento auto-centrado, com uma industrialização virada para os mercados regionais africanos, para se poder alcançar a emancipação económica. Neste contexto surge, em 1980, o Plano de Acção de Lagos. Este plano, representa o 1º documento de natureza intergovernamental em que o continente africano se propõe, como estratégia central para o seu desenvolvimento, a integração regional. Dados extraídos das aulas de Economia Africana do Professor Doutor Fernando Jorge Cardoso, inseridas no Mestrado de Desenvolvimento e Cooperação Internacional, ISEG, ano lectivo de 1993-94.

²²³ Após o Plano de Acção de Lagos, surgiu um segundo momento no processo de integração regional, com a assinatura do Tratado de Abuja em 1991. Este Tratado defendia a criação de uma união económica e monetária num prazo de 34 anos. Idem.

²²⁴ SADC: "A Frame-Work and Strategy for Building the Community.", p.7.

7- Respeito pela SACU, CMA²²⁵, PTA²²⁶ e a Comunidade Económica Africana.

Com base nestes pontos, a integração, através do modelo convencional de liberalização económica, o mais adequado para os países desenvolvidos, não se adaptaria às circunstâncias da África Austral. Perante isto, foi adoptado um modelo de desenvolvimento integrado, baseado no esforço consciencioso das partes, na tentativa de definir o alcance e os sectores da integração e identificar estratégias e mecanismos apropriados, que permitissem ultrapassar os constrangimentos estruturais da produção, comércio de bens e serviços.

Esta referência ao modo como deveria ser feita a integração, pode também ser entendida como a preparação da SADC face à previsível adesão da RAS. No entanto, ainda que o novo governo maioritário da RAS tivesse a melhor das intenções a nível regional, existiam dois factores pouco susceptíveis de serem alterados. O primeiro dizia respeito à relação assimétrica existente, em termos económicos, entre a RAS e os estados da região. A segunda, derivava da primeira, ou seja, o desejo da RAS manter a sua posição de potência regional.

Fundamental para determinar o comportamento da nova RAS, era conhecer-se o pensamento do ANC sobre questões regionais. Em relação a isto, o ANC apresentou, em 1991, um documento sobre política económica, onde se referiam os princípios que deveriam nortear a política económica da RAS na era post-Apartheid. No que dizia respeito às relações regionais²²⁷, afirmava-se que o futuro governo democrático, deveria estabelecer relações regionais equitativas e equilibradas que beneficiassem todos os estados membros da região, chamando a atenção para a necessidade de se dar prioridade às necessidades dos mais pobres.

Porém, estas declarações, ainda que bem intencionadas, não passavam de teoria. O novo governo sul-africano, após a sua eleição e durante muito tempo, ver-se-ia obrigado a concentrar grande parte da sua atenção no seu principal problema, ou seja, na enorme desigualdade em termos das condições de vida existentes dentro do seu próprio país²²⁸, pelo que qualquer comportamento especialmente benevolente em relação aos seus vizinhos, não seria de prever, nomeadamente no capítulo financeiro. Isto não significava, no entanto, um desinteresse sul-africano em relação às questões regionais. Na óptica sul-africana, a lista das prioridades era clara, resolver em primeiro lugar a enorme assimetria interna, mas mantendo sempre a liderança regional, a qual poderia ser consolidada numa segunda fase.

²²⁵ Common Monetary Area. Acordo monetário trilateral assinado pela RAS, Lesotho e Suazilândia assinado em 1986 e que veio substituir a Rand Monetary Area. A Namíbia viria a aderir em 1992.

²²⁶ A Preferential Trade Area for Eastern and Southern Africa, foi concebida em 1981. Tinha dois grandes objectivos. Em primeiro lugar, visava promover a cooperação e integração em todos os campos da actividade económica, nomeadamente, ao nível do comércio, direitos alfandegários, indústria, transportes, comunicações, agricultura, recursos naturais e assuntos monetários. Em segundo lugar, visava criar um mercado comum até ao ano 2000. Africa Development Bank (1993): "The African Experience in Report.", p.165

²²⁷ Arne Tostensen, op. cit., p.151.

²²⁸ O líder do ANC, Nelson Mandela, não se cansou de alertar as populações para a enorme tarefa que o povo sul-africano tinha que enfrentar. Por diversas vezes, Mandela avisou que as eleições seriam apenas o princípio do longo caminho para a transformação. Segundo ele, as pessoas não poderiam esperar que no dia seguinte às eleições, tivessem todos piscinas e Mercedes à porta, sendo necessário esperar pelo menos 5 anos por resultados. Nelson Mandela: "Long Walk to Freedom.", p.605.

Voltando à Declaração, é de salientar o reconhecimento da necessidade de reforço da capacidade institucional de modo a alcançar-se os objectivos previstos. Porém, o aumento das capacidades da organização, implicava necessariamente a cedência de parte da soberania dos estados, questão claramente delicada e polémica. Ciente desta realidade, a Declaração tenta evitar a questão afirmando que o processo de decisão regional implica a alteração do lugar e do contexto em que a soberania é exercida e não uma perda de soberania²²⁹. Este argumento, não passava de uma tentativa de se evitar a questão da cedência de soberania.

- OTRATADO DE WINDHOEK:

Em termos gerais, o Tratado do ponto de vista técnico estabelece uma nova organização. Porém, na realidade é uma adaptação da SADCC através da alteração dos objectivos e do modo de funcionar. O Tratado de Windhoek, suplantou o Memorando de Entendimento, que foi a base formal da SADCC até 17 de Agosto de 1992²³⁰.

O Tratado é o instrumento legal, em termos de lei internacional, através do qual a Declaração deveria ser implementada. Não são estabelecidos nenhuns prazos temporais em termos da concretização dos seguintes objectivos²³¹:

- 1- Alcançar o desenvolvimento e crescimento económico através da integração regional, aliviar a pobreza, melhorar o padrão de qualidade de vida dos povos da África Austral e apoiar os que são socialmente desfavorecidos.
- 2- Desenvolver valores, sistemas e instituições políticas comuns.
- 3- Promover e defender a paz e a segurança.
- 4- Promover o desenvolvimento auto-sustentado na base da auto-suficiência colectiva e da interdependência entre os estados membros.
- 5- Conseguir a complementariedade entre as estratégias e programas nacionais e regionais.
- 6- Promover e otimizar o emprego produtivo e a utilização de recursos da região.
- 7- Conseguir a utilização sustentável dos recursos naturais e a protecção efectiva do meio ambiente.
- 8- Reforçar e consolidar as afinidades e laços históricos, sociais e culturais desde há muito existentes entre os estados da região.

Se comparamos estes objectivos com aqueles que foram enunciados no Memorando de Entendimento, ficamos desde logo cientes das grandes diferenças entre a SADCC e a SADC. No caso da SADCC, o primeiro e principal objectivo, consistia na redução da dependência em geral, e em particular, em relação à RAS. O texto não foi escrito apenas contra a RAS por questões de precaução, porque, não se pretendia fornecer um

²²⁹ Declaração de Windhoek, p.4.

²³⁰ Tratado da Comunidade do Desenvolvimento da África Austral, Artigo 44.

²³¹ Idem, Artigo 5 alínea 1.

argumento à RAS destinado a justificar as suas acções²³². O facto de os membros da SADCC terem dito que, mesmo que não existisse o regime de Apartheid, continuaria a ser sua intenção reduzir a dependência face à RAS, não passava novamente de uma tentativa de se evitar dar argumentos à RAS. Todo este cuidado devia-se ao facto de ser perfeitamente irracional declarar abertamente guerra a Pretória. Estes países eram inferiores militarmente e para além disso havia a questão da sua imagem internacional. Se tomassem tal atitude, passariam de agredidos a agressores, passando então a legitimar as acções da RAS, assim como o possível incremento das mesmas. Este objectivo de redução da dependência, inseria-se no espírito de oposição ao regime de Apartheid, acabando por ter contornos claramente políticos.

No caso da SADC é curioso constatar duas coisas. Em primeiro lugar os objectivos são alargados para o dobro (de quatro para oito). Por outro lado, o primeiro objectivo, certamente o mais importante, tem contornos claramente económicos, ou seja, a integração regional. Curiosamente, a integração regional, o grande objectivo da SADC, encontrava-se em segundo lugar na lista dos objectivos da SADCC, logo após a redução da dependência. Esta hierarquia das prioridades, dá a ideia de que vencida a batalha contra o Apartheid, estavam, finalmente, criadas as condições para se enveredar pelo caminho da integração regional.

Em relação às instituições da SADC, estas permaneceram praticamente as mesmas que as da SADCC. Existem, porém, alguns ajustamentos ao seu modo de funcionamento. As alterações mais significativas são, como vimos, a alteração das competências do Secretariado e a criação de um Tribunal. A criação de um Tribunal representava uma novidade. A frágil estrutura da SADCC, baseada em consensos, não necessitava de um instrumento para resolver os possíveis conflitos, uma vez que se avançava em áreas consensuais, nomeadamente a oposição à hegemonia da RAS. Com a formalização da SADC e o alargamento dos seus objectivos e com o poder vinculativo das decisões²³³, poderiam surgir conflitos em relação à interpretação ou aplicação das decisões da organização. Daqui se depreende a utilidade de um tribunal, sendo que as decisões do Tribunal eram finais e vinculativas²³⁴. Se, por um lado, a SADC tinha a seu favor um ambiente regional mais pacífico, dado o fim da era de desestabilização, por outro lado, a forte solidariedade criada entre os seus membros devido à ameaça comum, que caracterizou a SADCC, podia agora, face a decisões não consensuais, desvanecer-se.

A percepção de possíveis conflitos implicou que, para além do Tribunal, ficasse estipulada no Tratado, a possibilidade de se aplicarem sanções²³⁵ contra membros. Estas seriam utilizadas caso os membros não cumprissem as suas obrigações, decorrentes da sua participação na SADC, ou caso adoptassem políticas que pusessem em causa os princípios e objectivos da SADC. Sendo uma área particularmente delicada, não foram discriminadas as sanções a aplicar, deixando ao critério da Cimeira a responsabilidade de as escolher caso a caso.

²³² Neste sentido inserem-se numerosas afirmações dos líderes da SADCC. Por exemplo, Sir Seretse Khama afirmou, em 1980, à RAS, não ser objecto da SADCC ir contra alguém ou algum país. Douglas G. Anglin, op. cit., p.179. Na mesma linha, o Presidente Samora Machel afirmou, em Abril de 1980 na Cimeira de Lusaka, que não estava nos objectivos da SADCC declarar guerra à RAS.

²³³ A partir do momento que as decisões eram tomadas pela Cimeira, obrigavam todos os estados membros. Idem, Artigo 10 ponto 8.

²³⁴ Idem, Artigo 16 ponto 5.

²³⁵ Idem, Artigo 33.

Esta nova etapa no processo de desenvolvimento da região da África Austral, permitiu que o futuro fosse encarado com optimismo moderado. Com a previsível adesão da RAS²³⁶ à SADC, estariam criadas as condições para que o processo de integração fosse bem encaminhado. Porém, a Comunidade da África Austral, apenas será alcançada quando não houver fronteiras económicas dentro da região, quando os cidadãos forem livres de viver e trabalhar em qualquer lugar e existirem instituições políticas e regionais responsáveis pelas pessoas da região como um todo. Os objectivos da SADC, os próprios líderes o reconhecem, não poderão ser cumpridos a curto prazo.

²³⁶ A RAS aderirá à SADC, já com um governo da maioria liderado por Nelson Mandela, na Cimeira de Gaborone, em 29 de Agosto de 1994. *Marchés Tropicaux et Méditerranéens*: "L'Afrique du Sud Intégrée.", nº2547, 2 de Setembro de 1994, p.1852.

CONCLUSÃO

Através desta dissertação, pretendeu-se demonstrar que a SADCC, apesar de surgir como uma organização económica, acabou por ver a sua actuação marcada por um objectivo político, ou seja, a eliminação do regime do Apartheid.

Tal situação não tem nada de estranho, resumindo-se apenas a uma adaptação às realidades regionais. Dado o poderio económico sul-africano e ao elevado grau de dependência em que muitos dos estados da região se encontravam face a Pretória, era impossível realizar qualquer esforço de integração regional sério excluindo a RAS.

A zona da África Austral, para além de se caracterizar pela existência de uma potência regional que se baseava oficialmente na doutrina de Apartheid, apresentava também uma enorme interdependência entre as questões económicas e geo-políticas. Assim sendo, devido ao antagonismo entre as partes, era vital para a RAS garantir e, se possível, aumentar a dependência existente. Assim, bastava-lhe minar as iniciativas da SADCC, tarefa, que, como vimos, não se afigurava difícil. Qualquer melhoria ao nível dos transportes, área vital para se quebrar os laços de dependência, poderia ser facilmente sabotada. Os sul-africanos, possuíam uma forte influência sobre os países da região, fruto das relações comerciais e investimentos, o mesmo sucedendo em relação aos fluxos migratórios, particularmente válido para países como o Lesotho, Suazilândia, Moçambique, Botswana e Malawi.

Atendendo a este cenário, a fim de que os objectivos da SADCC na área económica fossem cumpridos, havia que acabar com a desestabilização sul-africana, a qual só cessaria com o fim do Apartheid. Assim sendo, o objectivo prioritário, para que a SADCC pudesse avançar, prendia-se com a alteração de poder na RAS.

Esta hierarquização dos objectivos é claramente afirmada pela SADCC, ao prever-se como prioridade a redução da dependência face à RAS e só em segundo lugar a integração regional. Apesar de não terem sido expressos oficialmente, por razões de prudência e estratégia, a verdade é que vários foram os indícios que apontavam para o combate ao regime sul-africano:

1- Desde logo, o facto da SADCC ter sido criada no âmbito dos países da Linha da Frente, revela uma forte componente político-estratégica e conseqüentemente um desejo de contribuir para a continuação da luta de libertação da região. Sam Nujoma afirmou, por ocasião de uma reunião da SADCC, que os movimentos de libertação nacional e a SADCC representavam dois vectores de uma mesma frente, ou seja, a frente contra o Apartheid. Aliás, este apoio aos movimentos de libertação da zona estava implícito na própria SADCC.

2- À medida que a década de 80 ia decorrendo, surgiu gradualmente uma maior convicção no seio da SADCC, que apontava para a necessidade de derrubar o regime sul-africano. Esta convicção aumentou devido às agressões económicas e militares da RAS.

3- Tanto a nível regional como internacional, a SADCC, passou a ser cada vez mais conotada como um instrumento de combate ao Apartheid, beneficiando e sofrendo com tal identificação. O apoio prestado à SADCC, era feito com base na convicção de que os seus membros se encontravam na 1ª linha de combate ao Apartheid.

4- Outra prova do carácter político da SADCC, prende-se com o facto de o objectivo comum de derrube do Apartheid conseguir criar uma tão forte solidariedade entre estados que tinham, manifestamente, pouco a ver uns com os outros em termos de riqueza, tamanho, sistemas políticos e económicos. O caso da Tanzânia é bem ilustrativo. A adesão desse país à SADCC foi feita com base em questões claramente políticas, já que, economicamente, os seus laços privilegiavam, sem dúvida, o Quénia e o Uganda.

5- Com a criação da SADCC, os Estados da Linha da Frente pretenderam demonstrar que não se podiam opor politicamente à RAS e continuar a cooperar economicamente. Era necessária uma acção concertada, nas duas áreas, para aumentar a eficácia da luta contra o Apartheid. Mas atendendo à importância das questões geo-políticas na região, teria de haver uma subordinação das questões económicas às primeiras. A necessidade de tal subordinação, prendia-se com o seguinte raciocínio: uma paz duradoura e genuína, na região, não poderia ser estabelecida até que o Apartheid não fosse erradicado, paz essa que era condição indispensável para o desenvolvimento da região.

Dizer-se que foi a SADCC que provocou a alteração de regime na RAS, seria, sem dúvida, um exagero, porém dizer-se que a sua actuação em nada contribuiu para o fim do Apartheid também seria pecar por excesso. Caso a SADCC não tivesse surgido e não tivesse havido um esforço regional coordenado no sentido de alertar a opinião pública internacional, talvez a evolução da situação regional tivesse sido outra. Se tal tivesse acontecido, possivelmente a Constelação de Estados tivesse sido criada, com a RAS a consolidar o seu poder com o apoio dos estados da região. Esta situação implicaria, simultaneamente, o reconhecimento do poderio sul-africano e a legitimação da sua política de desenvolvimento separado, nomeadamente os bantustões. Se assim fosse, qual seria a legitimidade da comunidade internacional em impor sanções à RAS e não reconhecer os bantustões, se os próprios estados da região, principais interessados, não pediam a sua aplicação e reconheciam os bantustões.

No fundo, a actuação da SADCC, aumentou o isolamento político de Pretória. Porém este resultado não obteve como contrapartida uma redução da dependência económica. O facto da SADCC ter tido o seu sucesso principal na área política, significa apenas que isso tinha de ser posto em prática, já que era um obstáculo de índole política que impedia o desenvolvimento dos objectivos económicos da organização. Nesta medida, face à evolução dos acontecimentos na região, podemos afirmar que a SADCC foi bem sucedida.

Com o processo de transição sul-africana já numa fase avançada, a SADCC viu a ameaça sul-africana desaparecer, cumprindo-se, assim, o seu primeiro objectivo. Porém, a SADCC sentiu dificuldades em passar ao seu segundo grande objectivo, ou seja, a integração regional. Desaparecido o grande travão que impossibilitava o cumprimento dos objectivos económicos, era altura da SADCC se centrar nas questões puramente económicas.

Mas, para tal, era necessário um reajuste da SADCC, uma vez que as realidades no início dos anos 90, não eram as mesmas de que as dos anos 80. Além disso, tal adaptação poderia ser sinónimo de algo distinto, ou seja, de que a SADCC não estava preparada para avançar para além da coordenação em algumas áreas, estando especialmente vocacionada para se opor à RAS.

Em relação à SADC, esta vai aparecer bem mais preparada e direccionada para as questões económicas. Para além disso, a SADC contou, desde a sua origem, com um ambiente muito mais favorável do que o da SADCC.

Até à transição na RAS, a ausência de paz e estabilidade foram apontadas como travões ao desenvolvimento económico. Porém, o fim do Apartheid poderá, paradoxalmente, dificultar a acção da SADC, por dois motivos. Em primeiro lugar, o fim da ameaça comum poderá implicar o enfraquecimento da solidariedade criada e consequentemente gerar tensões entre os objectivos nacionais e regionais. A própria SADC reconheceu, desde o início, a possibilidade de surgirem tais tensões, e daí a criação do Tribunal e a possibilidade de se aplicarem sanções. Um segundo motivo relaciona-se com o apoio internacional. A SADC, face à nova conjuntura regional e internacional não deverá poder contar com um apoio internacional tão forte, como sucedera com a SADCC. Quer ao nível da ajuda bilateral, quer ao nível da ajuda multilateral, é de prever que os montantes destinados à zona da África Austral não só não venham a aumentar, como em alguns casos cheguem mesmo a diminuir. Esta situação deve-se às novas oportunidades surgidas no ex-bloco soviético, mas também pelo facto da RAS, com todas as suas

vantagens, estar de novo disponível. Neste capítulo, a excessiva identificação da SADCC como instrumento de combate ao Apartheid, poderá ter prejudicado os países da região.

BIBLOGRAFIA

BIBLIOGRAFIA

ABRAHAMSSON, Hans & NILSSON, Anders (1994): Mocambique em Transição - Um Estudo da História de Desenvolvimento durante o Período 1974-1992, Peace and Development Research Institute, Gothenburg University/Centro de Estudos Estratégicos e Internacionais, CEGRAF, Maputo, 349 pp.

ADAM, Heribert & MOODLEY, Kogila (1992): "Southern Africa Regional Relations and Development Policies", in Gêneva-Afrique, vol. xxx, nº2, L'Institut Universitaire d'Études du Développement, Genève, pp. 165-176.

"A África do Sul e os Acordos de Paz", Entrevista com o General Jannie Geldenhuys, in Política Internacional, nº4, Verão 1991, CIDE/JNICT, Lisboa, pp. 67-73.

ALMEIDA, Cristina de (1992): "Entrevista a Aguinaldo Jaime", in Revista ELO, nº8, Janeiro/Fevereiro, Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Económico e a Cooperação, Lisboa, pp. 24-30.

ALMEIDA, Cristina de (1994): "Cahora Bassa, o Despertar do Gigante", in Revista ELO, nº19, Abril/Junho, Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Económico e a Cooperação, Lisboa, pp. 48-51.

AMIN, Samir (1989): Afrique Australe Face au Défi Sud-African, Editions Publisud, Paris, 254 pp.

ANGLIN, Douglas G. (1985): "SADCC After Nkomati", in African Affairs, vol. 84, 335, Abril, The Royal African Society, London, pp. 163-181.

ANTUNES, José Freire (1995): "Entrevista a Ian Smith", in Jornal Diário de Notícias, nº45957, 19 de Janeiro, Lisboa, pp. 16-17.

ANTUNES, José Freire (1995): "Entrevista a Kenneth Kaunda", in Jornal Diário de Notícias, nº45964, 26 de Janeiro, Lisboa, pp. 16-17.

AWEPAA & CIIR (1987): O Futuro da África Austral: O Papel da Europa, AWEPAA, Haia, 55 pp.

AWEPAA & AFRICAN-EUROPEAN INSTITUT (1990): A SADCC nos Anos 90 - Uma Responsabilidade Colectiva, AWEPAA, Haia, 39 pp.

BARRATT, John (1993): "The Global Context and the International Role", in Estratégia - Revista de Estudos Internacionais, nº10/11, Inverno, Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais, Lisboa, pp.133-146.

BARRATT, John (1976): "Southern Africa: a South African View", in Foreign Affairs, vol. 55, nº1, Outubro, Council on Foreign Affairs, Inc., New York, pp.147-168.

BARRETO, José Pedro (1992): "África Austral em Movimento", in Revista ELO, nº8, Janeiro/Fevereiro, Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Económico e a Cooperação, Lisboa, pp. 6-11.

BLUMENFELD, Jesmond (1991): Economic Interdependence in Southern Africa: From Conflict to Cooperation?, The Royal Institute of International Affairs, London, 187 pp.

BOWMAN, Larry W. (1982): "The Strategic Importance of South Africa to the United States: An Appraisal and Policy Analysis", in African Affairs, vol. 81, 323, Abril, The Royal African Society, London, pp. 159-191.

BRIGGS, John (1993): "The Tanzania-Zambia Railway: Review and Prospects.", in Geography, vol. 77, part III, Julho, The Geographical Association, Sheffield, pp. 264-268.

BROWN, Richard (1992): "Botswana-Economy", in Africa South of The Sahara-1993/1994, Regional Surveys of the World, 22 Edition, Europa Publication Limited, London, pp. 166-173.

BROWN, Richard (1992): "Lesotho-Economy", in Africa South of The Sahara-1993/1994, Regional Surveys of the World, 22 Edition, Europa Publication Limited, London, pp. 466-472.

BROWN, Richard (1992): "Malawi-Economy", in Africa South of The Sahara-1993/1994, Regional Surveys of the World, 22 Edition, Europa Publication Limited, London, pp. 517-524.

BRUNIN, Dominique (1994): "As Eleições Multiraciais na África do Sul e Perspectivas Económicas para o Futuro", in Marchés Tropicaux et Méditerranéens, nº2530, 6 de Maio, Moreaux S.A., Paris, pp. 900-904.

BUREN, Linda van (1992): "Tanzania-Economy", in Africa South of the Sahara 1993/1994, Regional Surveys of the World, 22 edition, Europa Publication Limited, London, pp. 859-869.

BUREN, Linda van (1992): "Zimbabwe-Economy", in Africa South of the Sahara 1993/1994, Regional Surveys of the World, 22 edition, Europa Publication Limited, London, pp. 969-978.

CAHEN, Michel (1993): "Check on Socialism in Mozambique - What Check, What Socialism", in Review of African Political Economy, ROAPE 57, Chris Allen & Jan Burgess (ed.), Abingdon, pp. 46-59.

CALVÃO, Duarte (1992): "Esquecer o Passado na África Austral", in Revista ELO, nº8, Janeiro/Fevereiro, Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Económico e a Cooperação, Lisboa, pp. 12-13.

CARDOSO, Fernando Jorge (1989): "SADCC e Interdependência Económica: Realidades e Perspectivas", in África Austral - O Desafio do Futuro: Integração Nacional e Integração Regional, Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais, Lisboa, pp. 73-100.

CARDOSO, Fernando Jorge (1993): "A Metamorfose das Relações Regionais", in Estratégia-Revista de Estudos Internacionais, nº10/11, Inverno, Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais, Lisboa, pp.121-132.

CHAN, Stephen (ed.) (1990): Exporting Apartheid: Foreign Policies in Southern Africa 1978-1988, Macmillan Publishers, Hong Kong, 374 pp.

CHIPETA, Chinyamata & DAVIES, Robert (1993): Regional Relations and Cooperation Post-Apartheid, SADC, Gaborone, 142 pp.

CHITALA, Derrick (1987): "The Political Economy of the SADCC", in SADCC: Prospects for Disengagement and Development in Southern Africa, Samir Amin, Derrick Chitala & Ibbo Mandaza (ed.), The United Nations University, Zed Books Ltd, London/New Jersey, pp. 13-30.

COLCLOUGH, Christopher (1992): "Zambia-Economy", in Africa South of The Sahara-1993/1994, Regional Surveys of the World, 22 Edition, Europa Publication Limited, London, pp. 943-955.

CLOUGH, Michael (1988): "Southern Africa: Challenges and Choices", in Foreign Affairs, vol. 66, n°5, Council on Foreign Affairs, Inc., New York, pp. 1067-1090.

CORREIA, Pedro Pezarat (1987): "Estratégias em Confronto na África Austral" in Terra Solidária, n°10, Novembro/Dezembro, CIDAC, Lisboa, pp. 45-48.

COSTA, Fernando Marques da & FALÉ, Natália (1992): "Angola", in Guia Político dos Palop, Fragmentos/Fundação de Relações Internacionais, Lisboa, pp. 23-38.

COSTA, Fernando Marques da & FALÉ, Natália (1992): "Moçambique", in Guia Político dos Palop, Fragmentos/Fundação de Relações Internacionais, Lisboa, pp. 150-160.

CRAVINHO, João Gomes (1990): "O Debate Sobre as Sanções", in Terra Solidária, n°22/23, Maio/Agosto, CIDAC, Lisboa, pp. 11-16.

CROCKER, Chester A (1992): High Noon in Southern Africa - Making Peace in a Rough Neighborhood, W.W. Norton & Company, New York/London, 533 pp.

CRONJE, Gillian (1993): "Botswana", in African Review 1993/1994 - The Economic and Business Report - The World of Information - Seventeenth Edition, Kogan Page and Walden Publishing, London, pp. 16-20.

CRONJE, Gillian (1993): "Lesotho", in African Review 1993/1994 - The Economic and Business Report - The World of Information - Seventeenth Edition, Kogan Page and Walden Publishing, London, pp. 90-92.

CRONJE, Gillian (1993): "Swaziland", in African Review 1993/1994 - The Economic and Business Report - The World of Information - Seventeenth Edition, Kogan Page and Walden Publishing, London, pp. 172-173.

DAVIES, Robert (1990): "Key Issues in Reconstructing South-Southern African Economic Relations after Apartheid", in Southern African Perspectives - A Working Paper Series - n°2, Centre for Southern African Studies, University of the Western Cape, Bellville, 22 pp.

DAVIES, Robert (1990): "A Statistical Profile of the SADCC Countries in the 1980's", in Southern African Perspectives - A Working Paper Series - n°3, Centre for Southern African Studies, University of the Western Cape, Bellville, 16 pp.

DEPARTAMENTO DE INFORMAÇÃO E PUBLICIDADE, SWAPO DA NAMÍBIA (1981): Nasce Uma Nação: A Luta de Libertação da Namíbia, Zed Press, Londres, 395 pp.

"Dois Anos que Abalaram o Apartheid", in Revista Terra Solidária, nº22/23, Maio/Agosto 1990, CIDAC, Lisboa, pp. 1-6.

DREYER, Ronald (1984): "Dispute over Walvis Bay: Origins and Implications for Namibian Independence", in African Affairs, vol. 83, 333, Outubro, The Royal African Society, London, pp. 497-510.

FALÉ, Natália (1992): "SADCC: Cooperar para Desenvolver", in Revista ELO, nº8, Janeiro/Fevereiro, Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Económico e a Cooperação, Lisboa, pp. 20-22.

FERNANDES, Maria (1993): "Integração Regional, um Longo Caminho a Percorrer", in Revista ELO, nº15, Abril/Junho, Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Económico e a Cooperação, Lisboa, pp. 6-15.

FRIEDLAND, Elaine A. (1985): "The Southern African Development Co-Ordination Conference and the West: Co-operation or Conflict?" in The Journal of Modern African Studies, 23, 2, Cambridge University Press, Cambridge, pp. 287-314.

GRACE, John & LAFFIN, John (1991): Fontana Dictionary of Africa Since 1960, Fontana Press, London, 395 pp.

GELDENHUYS, Deon & VENTER, Denis (1979): "Cooperação Regional na África Austral. Uma Constelação de Estados?", Centro de Estudos Africanos, Universidade Eduardo Mondlane, Maputo, 35 pp.

GREEN, Reginald Herbold (1986): "Cutting off the Flowers: The Macroeconomic and Human Cost of War to Southern Africans", Maputo (Mozambique) and Falmer (UK), 31 pp.

GRUNDY, Kenneth W. (1988): The Militarization of South African Politics, Oxford University Press, Oxford, 152 pp.

GUMEDE, António (1994): "Robert Gabriel Mugabe, o Estadista Ideal", in Revista ELO, nº18, Janeiro/Março, Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Económico e a Cooperação, Lisboa, pp. 34-39.

"Guerra em Moçambique: As Razões que a Razão Desconhece", in Revista Terra Solidária, nº21, Janeiro/Fevereiro/Março/Abril 1990, CIDAC, Lisboa, pp. 6-10.

HANLON, Joseph (1990): Mozambique: The Revolution Under Fire, Zed Books Ltd, London/New Jersey, 294 pp.

HANLON, Joseph (1984): "SADCC: Progress, Projects & Prospects", The Economist Intelligence Unit, Special Report nº182, EIU Publications, London, 109 pp.

HARGREAVES, J.D. (1988): "From Rhodesia to Zimbabwe", in Decolonization in Africa, Longman, London/New York, pp. 218-228.

HARRIS, Laurence (1993): "South Africa's Economic and Social Transformation", in Review of African Political Economy, ROAPE 57, Chris Allen & Jan Burgess (ed.), Abingdon, pp. 91-103.

HARVEY, Charles & LEWIS, Stephen R. (1988): Southern African Interdependence: Its Effects on SADCC and on Botswana, Centre for Southern African Studies, University of York, York, 29 pp.

HAWKINS, Anthony (1993): "Zambia", in African Review 1993/1994 - The Economic and Business Report - The World of Information - Seventeenth Edition, Kogan Page and Walden Publishing, London, pp. 196-199.

HAWKINS, Anthony (1993): "Zimbabwe", in African Review 1993/1994 The Economic and Business Report - The World of Information - Seventeenth Edition, Kogan Page and Walden Publishing, London, pp. 202-207.

HEITMAN, Helmoed-Romer & HANNON, Paul (1991): Modern African Wars (3) - South-West Africa, Men-At-Arms Series, Osprey Publishing Ltd, London, 47 pp.

HILL, Christopher R. (1983): "Regional Co-operation in Southern Africa", in African Affairs, vol. 82, 327, Abril, The Royal African Society, London, pp. 215-239.

HILL, Howard (1993): "Zimbabwe", in African Review 1993/1994 The Economic and Business Report - The World of Information - Seventeenth Edition, Kogan Page and Walden Publishing, London, pp. 175-177.

HVEEM, Helga (1989): "If Not Global, Then (Inter-) Regional: The Mini-NIEO Alternative", in Regional Cooperation in Southern Africa. A Post-Apartheid Perspective, Bertil Odén & Haroub Othman (ed.), The Scandinavian Institute of African Studies, Uppsala, pp. 181-199.

KATZEN, Leo (1992): "South Africa-Economy", in Africa South of The Sahara-1993/1994, Regional Surveys of the World, 22 Edition, Europa Publication Limited, London, pp. 776-787.

KNIGHT, Richard (1990): "Sanctions, Disinvestement and U.S. Corporations in South Africa", in Towards Negotiations - What Role for Sanctions?, International Workshop on Sanctions, 8/11 Março, Oslo, p.72.

"L'Afrique du Sud Intégrée", in Marchés Tropicaux et Méditerranéens, n°2547 de 2 de Setembro 1994, Moreaux S.A., Paris, pp. 1852-1853.

LAURENCE, Patrick: "South Africa", in African Review 1993/1994 The Economic and Business Report - The World of Information - Seventeenth Edition, Kogan Page and Walden Publishing, London, pp. 160-166.

LEYS, Colin & SAUL, S. John (1994): "Liberation without Democracy? the SWAPO crisis of 1976", in Journal of Southern African Studies, vol. 20, n°1, Março, Saul Dubow, Liz Gunner & Debbie Potts (ed.), Abingdon, pp. 123-147.

LOPES, Manuel Martins (1991): "O Conflito na África Austral", in A Problemática dos Conflitos Regionais, Universitária Editora Lda, Lisboa, pp. 45-81.

LOVE, Roy (1993): "The Future of Southern Africa", in Review of African Political Economy, ROAPE 57, Chris Allen & Jan Burgess (ed.), Abingdon, pp. 86-90.

LURSSSEN, Neil (1993): "South Africa: In from the Cold. With Sanctions Lifted will Investors Return?", in The International Economy - Magazine of the G. 7 Council, Novembro/Dezembro, The International Economy Publications, Washington, pp. 55-58.

M'BOKOLO, Elikia (1985): "Le Tournant de 1974 et ses Conséquences", in L'Afrique au XX siècle - Le Continent convoité, Éditions du Seuil, Paris, pp. 311-325.

MAASDORP, Gavin & WHITESIDE, Alan (s/d): "Economic Relations in Southern Africa - Changes Ahead?", Economic Research Unit, University of Natal, Durban, 30 pp.

MANDAZA, Ibbo (1989): "Les Perspectives de Coopération Economique et de Développement Autonome en Afrique Australe", in Afrique Australe Face au Défi Sud-Africain, Editions Publisud, Paris, pp. 18-47.

MANDAZA, Ibbo & TOSTENSEN, Arne (1994): Southern Africa: In Search of a Common Future. From the Conference to a Community, Emang Motlhabane Maphanyane (ed.), Gaberone, 239 pp.

MANDELA, Nelson Rolihlahla (1994): Long Walk to Freedom, Little, Brown & Company, London, 630 pp.

MARCUM, John A. (1976): "Lessons of Angola", in Foreign Affairs, vol. 54, n°3 Abril, Council on Foreign Affairs, Inc., New York, pp. 407-425.

MATTHEWS, Graham: "Swaziland-Economy", in Africa South of The Sahara-1993/1994, Regional Surveys of the World, 22 Edition, Europa Publication Limited, London, pp. 847-851.

McMICHAEL, R. Daniel (1985): "Strategic Minerals", in Conflicts Options Strategies in a Threatened World, Werner Kaltefleiter & Ulrike Schumacher (ed.), Institute of Political Science, Christian Albrechts University, Kiel, p.27

MELLY, Paul: "Mozambique", in African Review 1993/1994 The Economic and Business Report - The World of Information - Seventeenth Edition, Kogan Page and Walden Publishing, London, pp. 122-125.

METZ, Steven (1986): "The Mozambique National Resistance and South African Foreign Policy", in African Affairs, vol. 85, 341, Outubro, The Royal African Society, London, pp. 491-507.

MINTER, William (1987): "Os Sete Fôlegos do Engajamento Destrutivo", in Terra Solidária, n°10 Novembro/Dezembro, CIDAC, Lisboa, pp. 45-48.

MINTER, William & SCHMIDT, Elizabeth (1988): "When Sanctions Worked: The Case of Rhodesia Examined", in African Affairs, vol. 87, 347, Abril, The Royal African Society, London, pp. 207-237.

"Moçambique: Em Busca da Reconciliação e da Paz", in Revista Terra Solidária, nº21, Janeiro/Feveireiro/Março/Abril 1990, CIDAC, Lisboa, pp. 1-5.

MONGULA, Benedict S. & NG'ANDWE, Chiselebwe (1987): "Limits to Development in Southern Africa: Energy, Transport and Communications in SADCC Countries", in SADCC. Prospects for Disengagement and Development in Southern Africa, Samir Amin, Derrick Chitala & Ibbo Mandaza (ed.) The United Nations University, Zed Books Ltd, London/New Jersey, pp. 85-108,.

MORRIS, Miles Smith: "Mozambique-Economy", in Africa South of The Sahara-1993/1994, Regional Surveys of the World, 22 Edition, Europa Publication Limited, London, pp. 585-594.

MUGABE, Robert G. (1987): "Struggle for Southern Africa", in Foreign Affairs, vol. 66, nº2, Inverno, Council on Foreign Affairs, Inc., New York, pp. 311-327.

MURRAY, Roger: "Namibia", in African Review 1993/1994 - The Economic and Business Report - The World of Information - Seventeenth Edition, Kogan Page and Walden Publishing, London, pp. 126-129.

MWASE, Ngila (1994): "Economic Integration for Development in Eastern and Southern Africa: Assessment and Prospects", in The Institute of Development Studies Bulletin, vol. 25, nº3, Julho, University of Sussex, Brighton, pp. 31-39.

NIEUWKERK, Anthoni van (1993): "From Confrontation to Democracy?", in Estratégia - Revista de Estudos Internacionais, nº10/11, Inverno, Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais, Lisboa, pp. 147-172.

NILSON, Anders (1993): "From Pseudo-Terrorism to Pseudo-Guerrillas: the MNR in Mozambique", in Review of African Political Economy, ROAPE 57, Chris Allen & Jan Burgess (ed.), Abingdon, pp. 60-71.

"The Nine Look at the Next 5 Years", in SADCC Energy, vol. IV, nº11 1986, SADCC Energy Technical and Administrative Unit, Luanda, pp. 33-49.

NYERERE, Julius K. (1977): "America and Southern Africa", in Foreign Affairs, vol. 55, nº4, Julho, Council on Foreign Affairs, Inc., New York, pp. 671-684.

O'MEARA, Dan (1988): Destabilization of the Frontline States of Southern Africa, Background Paper nº20 Junho, Canadian Institute for International Peace and Security, Ottawa, 8 pp.

ODÉN, Bertil (1993): "Factors Affecting the Flows of External Capital to Post-Apartheid Southern Africa", in Southern Africa After Apartheid: Regional Integration and External Resources, Bertil Odén (ed.), The Scandinavian Institute of African Studies, Uppsala, pp. 221-240

OHLSON, Thomas (1990): "Relações entre Moçambique e a África do Sul: Da Confrontação à Cooperação?", in Revista Terra Solidária, nº21, Janeiro/Feveireiro/Março, CIDAC, Lisboa, pp. 13-16.

OHLSON, Thomas & STEDMAN, Stephen John (1991): "Trick or Treat? The End Of Bipolarity and Conflict Resolution in Southern Africa," in Southern African Perspectives, A Working Paper Series, Centre for Southern African Studies, University of the Western Cape, Bellville, 30 pp.

OSTERGAARD, Tom (1989): "Aiming Beyond Conventional Development Assistance: An Analysis of Nordic Aid to the SADCC Region", in Regional Cooperation in Southern Africa. A Post-Apartheid Perspective, Bertil Odén & Haroub Othman (ed.), The Scandinavian Institute of African Studies, Uppsala, pp. 127-181.

PENNANT, Thomas (1993): "Malawi", in African Review 1993/1994 - The Economic and Business Report - The World of Information - Seventeenth Edition, Kogan Page and Walden Publishing, London, pp. 104-107.

PINTO, Jaime Nogueira (1992): "Angola e Moçambique: Hipóteses de Paz", in Política Internacional, nº 5, Primavera, CIDE/C/JNICT, Lisboa, pp. 97-107.

PINTO, Jaime Nogueira (1992): "A África Austral na Encruzilhada", in Revista ELO, nº8, Janeiro/Fevereiro, Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Económico e a Cooperação, Lisboa, p.98.

PISANI, Andre du (1989): "South Africa and the SADCC: Into the 1990's", 14 pp., (Mimeo).

POORTMAN, Christiaan J. (1994): "Zimbabwe: Uma Economia em Transição", in Revista ELO, nº18, Janeiro/Março, Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Económico e a Cooperação, Lisboa, pp. 64-65.

POTGIETER, P.J. J. S. (1991): "The Resolution 435: Election in Namibia", in Politikon - South Africa Journal of Political Science, vol. 18, nº2, pp. 26-48.

POTLANE, Junior (1994): "Integrating Africa", in Indicator South Africa, vol. 11, nº3, Inverno, University of Natal, Durban, pp. 63-67.

PRICE, Robert M. (1984): "Pretoria's Southern Africa Strategy", in African Affairs, vol. 83, 330, Janeiro, The Royal African Society, London, pp.11-32.

PRICE Robert M. (1993): "South Africa: The Political Economy of Growth and Democracy", in Estratégia - Revista de Estudos Internacionais, nº10/11, Inverno, Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais, Lisboa, pp. 173-188.

PROENÇA, Fátima (1987): "A África do Sul", in Revista Terra Solidária, nº10, Novembro/Dezembro, CIDAC, Lisboa, pp. 24-45.

PROENÇA, Fátima (1987): "Namíbia", in Revista Terra Solidária, nº10, Novembro/Dezembro, CIDAC, Lisboa, pp. 48-52.

PROENÇA, Fátima (1987): "Os Países da SADCC", in Revista Terra Solidária, nº10, Novembro/Dezembro, CIDAC, Lisboa pp. 15-24.

PROENÇA, Fátima (1987): "SADCC: O Caminho Difícil para o Desenvolvimento Independente e Solidário", in Revista Terra Solidária, nº10, Novembro/Dezembro, CIDAC, Lisboa, pp. 9-15.

RANGER, Terence (1993): "War, Violence and Healing in Zimbabwe", in Journal of Southern African Studies, vol. 18, nº3, Setembro, Saul Dubow, Liz Gunner & Debbie Potts (ed.), Abingdon, pp. 698-707.

"Reacções sul-africanas face ao impasse em Moçambique", in Jornal Público, nº1696 de 28 de Outubro de 1994, Lisboa p.4.

"Renamo: A Dominação pelo Terror", in Revista Terra Solidária, nº21, Janeiro/ Fevereiro/Março/Abril 1990, CIDAC, Lisboa, pp. 11-12.

RIBAS, Luís (1994): "Europa de Leste não Consome Recursos para África", in Revista ELO, nº8, Janeiro/Fevereiro, Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Económico e a Cooperação, Lisboa, pp. 16-18.

RIDDELL, Roger C. (1984): "Zimbabwe: The Economy Four Years After Independence", in African Affairs, vol. 83, 333, Outubro, The Royal African Society, London, pp. 463-476.

ROCHA, Aurélio (1991): "Integração Nacional vs. Integração Regional: Considerações Históricas, Culturais e Políticas", in África Austral - O Desafio do Futuro: Integração Nacional e Integração Regional, Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais, Lisboa, pp. 13-31.

SADC (1992): Protocolo da Comunidade do Desenvolvimento da África Austral Relativo a Imunidades e Privilégios, SADC, Windhoek, 15 pp.

SADC (1992): Rumo à Comunidade do Desenvolvimento da África Austral. Uma Declaração dos Chefes de Estado ou de Governo dos Estados da África Austral, Windhoek, SADC, Windhoek, 5 pp.

SADC (1992): SADC Annual Report- July 1991/June1992, SADC, Gaborone 30 pp.

SADC (1993): Southern African: A Frame Work and Strategy for Building the Community, SADC, Gaborone,300 pp.

SADC (1992): Tratado da Comunidade do Desenvolvimento da África Austral (SADC), Windhoek, SADC, pp.16.

SADCC (1987): SADCC Annual Progress Report - 1986/1987, SADCC, Gaborone, 55 pp.

SADCC (1990): SADCC Annual Progress Report - 1989/1990, SADCC, Gaborone, 21 pp.

SADCC (1984): SADCC Handbook, SADCC, Gaborone,30 pp.

SADCC (1990): SADCC Management Workshop, 23/27 Abril, SADCC, Maseru, 13 pp.

SADCC (1992): SADCC Theme Document- SADCC Routes, 29/31 Janeiro, SADCC, Maputo, 37 pp.

SADCC (1980): Southern Africa: Toward Economic Liberation, SADCC, Lusaka, 10 pp.

SAINT-PAUL, Marc Aicardi de (1994): "L'Enclave de Walvis Bay Devient Namibienne", in Afrique Contemporaine, Abril/Junho, Paris, pp. 37-40.

SALGUEIRO, João (1991): "Acordo de Nkomati: Antecedentes do Entendimento", in África Austral - O Desafio do Futuro: Integração Nacional e Integração Regional, Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais, Lisboa, pp. 39-48.

SANTOS, Aguiar dos (1987): "SADCC must Reach out to Post-Apartheid", in SADCC Energy, vol. V, nº13, SADCC Energy Technical and Administrative Unit, Luanda, pp. 44-45.

SANTOS, Aguiar dos (1987): "Beira Port: Helping SADCC Grow", in SADCC Energy, vol.V, nº13, SADCC Energy Technical and Administrative Unit, Luanda, p. 51.

SCOTT, John (1988): "Conference on Peace and Development in the Front Line States. The Future of the Southern African Development Coordination Conference. The Lome IV Convention and the SADCC in the 1990's", 17 pp., (Mimeo).

SELLSTROM, Tor (1989): "Some Factors Behind Nordic Relations with Southern Africa.", in Regional Cooperation in Southern Africa. A Post-Apartheid Perspective, Bertil Odén & Haroub' Othman (ed.), The Scandinavian Institute of African Studies, Uppsala, pp. 13-46.

SIDAWAY, James & SIMON, David (1993): "Geopolitical Transition and State Formation: The Changing Political Geographies of Angola, Mozambique and Namibia", in Journal of Southern African Studies, Março, Saul Dubow, Liz Gunner & Debbie Potts (ed.), Abingdon, pp. 6-28.

SIMÕES, J. T. Carvalho (1993): "A Cooperação na SADC no Âmbito das Relações Norte/Sul", in Revista ELO, nº15, Abril/Junho, Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Económico e a Cooperação, Lisboa, pp. 16-22.

SIMON, David (1994): "Namibia Regains Walvis Bay at Last", in Review of African Political Economy, ROAPE 59, Chris Allen & Jan Burgess (ed.), Abingdon, pp. 127-29.

SMILEY, Xan (1980): "Zimbabwe, Southern Africa and the Rise of Robert Mugabe", in Foreign Affairs, vol. 58, nº5 Council on Foreign Affairs, Inc., New York, pp. 1060-1083.

SMITH, W.G. Clarence (1992): "Angola-Economy", in Africa South of The Sahara-1993/1994, Regional Surveys of the World, 22 Edition, Europa Publication Limited, London, pp. 133-141.

SPARKS, Allister (1995): Tomorrow is Another Country - The Inside Story of South Africa Road to Change, Hill & Wang, New York, 254 pp.

SPARKS, Donald L. (1984): "Namibia's Coastal and Marine Development Potential", in African Affairs, vol. 83, 333, Outubro, The Royal African Society, London, pp. 477-496.

SPARKS, Donald L. (1992): "Namibia-Economy", in Africa South of The Sahara-1993/1994, Regional Surveys of the World, 22 Edition, Europa Publication Limited, London, pp. 605-610.

"Special Afrique du Sud", in Marchés Tropicaux et Méditerranéens, nº 2476, Abril 1993, Moreaux S.A., Paris, pp. 1052-1067.

SNOEKS-LYAMUYA, An (1990): "SADCC in the 1990's: Toward Strengthened Regional Cooperation", in SADCC-NGO Newsletter, International Coalition for Development Action (ICDA), Brussels, pp. 28.

ST. JORRE, John de (1976): "Inside the Laager: White Power in South Africa", in Foreign Affairs, vol. 55, nº1, Outubro, Council on Foreign Affairs, Inc., New York, pp. 169-186.

STROM, Gabriele Winai (1989): "Labour and Migrant Labour in Destabilized and Future Southern Africa." in Regional Cooperation in Southern Africa. A Post-Apartheid Perspective, Bertil Odén & Haroub Othman (ed.), The Scandinavian Institute of African Studies, Uppsala, pp. 63-76.

STULTZ, Newell M. (1987): "The Apartheid Issue at The General Assembly: Stalemate or Gathering Storm?", in African Affairs, vol. 86, 342, Janeiro, The Royal African Society, London, pp. 25-45.

TAPSCOTT, Chris (1993): "National Reconciliation, Social Equity and Class Formation in Independent Namibia", in Journal of Southern African Studies, vol. 19, nº1 Março, Saul Dubow, Liz Gunner & Debbie Potts (ed.), Abingdon, pp. 29-39.

TORRES, Adelino (1991): "A África Austral Contemporânea na Hora das Mutações", in África Austral - O Desafio do Futuro: Integração Nacional e Integração Regional, Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais, Lisboa, pp. 49-72.

TOURÉ, A. (1991): "SADCC: Dix Ans de Coopération Régionale" in Marchés Tropicaux et Méditerranéens, 4 de Outubro, Moreaux S.A., Paris, pp. 2403-2408.

"Transport and Communications, Breaking the Dependence on RSA", in SADCC Energy, vol.IV, nº11 1986, SADCC Energy Technical and Administrative Unit, Luanda, pp. 63-66.

VALIGY, Ismael (1989): "SADCC: Um Modelo de Cooperação Regional", in Desenvolvimento, Relações Internacionais e Integração Regional na África Austral - Seminário Conjunto C.E.A./ I.E.E.I., Lisboa, 38 pp.

WAGAO, Jumanne H. (1987): "Trade Relations Among SADCC Countries" in SADCC. Prospects for Disengagement and Development in Southern Africa, Samir Amin, Derrick Chitala & Ibbo Mandaza (ed.), The United Nations University, Zed Books Ltd, London/New Jersey, pp. 147-181.

WATKINS, Kevin (1992): "Africa and the European Community - The Lomé Convention", in Africa South of The Sahara-1992, Regional Surveys of the World, 21 Edition, Europa Publication Limited, London, pp. 45-46.

WILLIAMS, Gwyneth & HACKLAND, Brian (1988): The Dictionary of Contemporary Politics of Southern Africa, Routledge, London, 339 pp.

WORDEN, Nigel (1994): The Making of Modern South Africa: Conquest, Segregation and Apartheid, Blackwell, Norwich, 166 pp.

WORLD BANK (1989): "Botswana: Managing Commodity Booms and Busts", in Sub-Saharan Africa. From Crises to Sustainable Growth. A Long Term Perspective Study, World Bank, Washington, p.167.

WORLD BANK (1989): "Costs of Conflict and Destabilization in Southern Africa", in Sub-Saharan Africa. From Crises to Sustainable Growth. A Long Term Perspective Study, World Bank, Washington, p. 23.

X (1991): "A Questão de Moçambique", in Política Internacional, nº4, CIDE/JNICT, Lisboa, pp. 73-81.

II PARTE

ANEXOS

QUADRO IINDICADORES BÁSICOS DA SADCC E ÁFRICA DO SUL
(1989)

	População (milhões)	Área (000 Km ²)	PIB p. capita (USD)	PIB Total (Bilhões USD)	Esperança de Vida (Anos)
ANGOLA	9,2	1 247	470	4,32	44
BOTSWANA	1,3	582	2,216	4,88	59
LESOTHO	1,8	30	87	0,14	56
MALAWI	8,4	113	160	1,31	46
MOÇAMBIQ.	14,3	802	136	1,89	44
NAMÍBIA	1,5	823	1,29	1,66	49
SUAZILAND.	0,7	17	936	1,66	55
TANZÂNIA	28,3	945	105	2,97	50
ZÂMBIA	7,2	753	250	1,80	53
ZIMBABWE	10,0	391	580	5,80	58
SADCC	82,7	5 708	282	23,30	49,5
RAS (1988)	35,9	1 100	2,437	87,5	60,4

FONTE: SADCC ANNUAL PROGRESS REPORT, 1989/90, in Robert Davies: "A Statistical Profile of the SADCC Countries in the 1980's", p.2

QUADRO II

PRINCIPAIS PRODUTOS EXPORTADOS EM PERCENTAGEM
DO TOTAL DAS EXPORTAÇÕES. SADCC E RAS.

ANGOLA	Petróleo (90%)	Café (3%)	Diamantes (2%)
BOTSWANA	Diamantes (88%)	Cupro-Níquel (5%)	Carne (4%)
LETSOTHO	Manufacturas (54%)	Peles (24%)	Lã (17%)
MALAWI	Tabaco (62%)	Chá (11%)	Açúcar (10%)
MOÇAMBIQUE	Camarão (41%)	Caju (33%)	Algodão (7%)
SUAZILÂNDIA	Açúcar (34%)	Polpa (16%)	Enlatados (12%)
TANZÂNIA	Café (32%)	Algodão (13%)	Especiarias (12%)
ZÂMBIA	Cobre (85%)	Cobalto (6%)	Zinco (2%)
ZIMBABWE	Ouro (16%)	Tabaco (16%)	Ligas de ferro (9%)
NAMÍBIA	Diamantes (36%)	Urânio (21%)	Outros minerais (16%)
ÁFRICA DO SUL	Ouro (42%)	Metais de Base (11%)	Outros minerais (9%)

* Percentagens totais em 1987, excepto Angola 1985 e Lesotho 1984.

FONTE: South Africa Country Profile p.45; Hanlon 1989, p.130 in Fernando Jorge Cardoso: "SADCC e Interdependência Económica na África Austral. Realidades e Perspectivas.", p.76.

QUADRO III

DEPENDÊNCIA SADCC/ ÁFRICA DO SUL (Em Percentagem)

	BOTSWANA	LESOTHO	MALAWI	MOÇAMBIQUE	SUAZILÂNDIA	ZÂMBIA	ZIMBABWE
TRANSPORTES VIA RAS.	90	100	60	30	70	60	90
IMPORTAÇÕES	90	90	45	10	90	20	20
PETRÓLEO	100	100	--	--	100	--	--
ELECTRICIDADE	40	100	--	60	80	--	--
RENDIMENTOS ADUANEIROS	20	70	--	--	60	--	--
EXPORTAÇÕES	8	40	6	4	40	1	20
EMIGRANTES(000)	30	140	30	60	20	--	10

FONTE: Chandra Hardy: "The Prospects for Growth and Structural Change in Southern Africa.", Development Dialogue Uppsala, 1987, p.45, in Adelino Torres: "A África Austral Contemporânea na Hora das Mutações.", p.58.

QUADRO IV
SADC. DEPENDÊNCIA RELATIVAMENTE
À ÁFRICA DO SUL.

PAÍS	Exportações	Importações	Investimento	Energia	Vias férreas, Portos	Mão-de-Obra
ANGOLA.	---	---	---	---	---	---
BOTSWANA.	+	+++	++	+	+++	++
LESOTHO.	++	+++	+++	+++	+++	+++
MALAWI.	+	+++	++	+	+	+
MOÇAMBIQUE.	+	++	+	++	++	++
NAMÍBIA.	++	+++	+++	+	---	---
TANZÂNIA.	---	---	---	---	---	---
SUAZILÂNDIA	+++	+++	+++	++	++	+
ZÂMBIA.	---	++	+	---	+	---
ZIMBABWE.	++	++	++	---	++	---

--- irrelevante; + baixa; ++ elevada; +++ muito elevada.

FONTE: Fernando Jorge Cardoso: "A Metamorfose das Relações Regionais.", p.125.

QUADRO VTOTAL DO TRÁFICO ATRAVÉS DOS PORTOS DA SADCC
(000 Ton)

PORTO	1981	1985	1986	1987
MAPUTO/MATOLA	5 960,0	2 745,9	2 478,6	2 650,1
BEIRA	1 400,0	1 385,1	1 328,2	1 947,5
NACALA	600,0	196,4	223,4	248,7
DAR-ES-SALAAM	1 940,0	3 137,0	3 476,0	3 601,6
LOBITO	534,0	522,0	465,4	-----

FONTE: SADCC Regional Economic Survey, 1988.

QUADRO VI

TRÁFICO INTERNACIONAL ATRAVÉS DOS PORTOS DA SADCC
(Milhões de Ton, excluindo o carvão)

	<u>1981</u>	<u>1991</u>	<u>Previsão</u> <u>2000</u>
<u>MAPUTO-MATOLA</u>			
MOÇAMBIQUE	1,2	1,9	2,0
SUAZILÂNDIA	0,4	0,8	1,0
ZIMBABWE	1,1	1,6	2,3
ZÂMBIA	--	0,1	0,1
RAS	2,4	1,3	1,6
<i>TOTAL</i>	5,2	5,7	7,0
<u>BEIRA</u>			
MOÇAMBIQUE	0,4	0,6	0,9
ZIMBABWE	0,7	0,8	1,5
MALAWI	0,4	0,2	0,2
<i>TOTAL</i>	1,5	1,6	2,6
<u>DAR-ES-SALAAM</u>			
TANZÂNIA	1,0	2,3	2,9
ZÂMBIA	0,8	0,8	1,0
OUTROS*	---	0,3	0,6
<i>TOTAL</i>	----	3,5	4,5
*RUANDA, BURUNDI, ZAIRE, UGANDA.			
<u>LOBITO</u>			
ANGOLA	0,3	0,3	0,5
ZAIRE	---	0,5	0,8
ZÂMBIA	---	0,3	0,4
<i>TOTAL</i>	0,3	1,1	1,7

QUADRO VII
IMPORTÂNCIA DO COMÉRCIO REGIONAL
NAS
EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES DE CADA PAÍS
(1983-Em Percentagem)

PAÍSES	Exportações para a SADCC	Importações para a SADCC	Exportações para a RAS	Importações para a RAS
SADCC	--	--	6,9	20,9
Angola	n./d.	0,7	2,2	12
Botswana	9	6	7	87,7
Lesotho	0,4	0	70	94
Malawi	10	8	9,8	41,7
Moçambique	9	3	4,8	14,4
Suazilândia	2,6	0,6	19,2	87
Tanzânia	0,9	0,8	0	0
Zâmbia	4	5	0,1	5,8
Zimbabwe	10	6	16	38
RAS e Namíbia	4	2	--	--

FONTE: A Strategy for the Integration of SADCC Markets, International Fund Services, Bruxelas, 11983, in Adelino Torres: "A África Austral Contemporânea na Hora das Mutações.", p.56.

QUADRO VIIITROCAS SADCC/ AFRICA DO SUL - 1984

(Em percentagem dos valores totais)

PAÍS	Exportações	Importações	AFRICA DO SUL Impor.+ Expor.
ANGOLA	---	----	----
BOTSWANA	8,8	78,2	44,3
LESOTHO	33,3	74,2	72,4
MALAWI	7,3	40,3	22,6
MOÇAMBIQUE	4,4	11,7	9,8
SUAZILÂNDIA	37,0	90,0	66,9
TANZÂNIA	---	---	---
ZÂMBIA	0,7	21,2	10,4
ZIMBABWE	18,3	19,3	18,7
SADCC	7,2	29,7	18,5

FONTE: Fernando Jorge Cardoso: "SADCC e Interdependência Económica na África Auatral. Realidades e Perspectivas.", p.82

QUADRO IXEVOLUÇÃO DAS EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES INTRA SADCC
(Entre 1983 e 1986)

	Exportações da SADCC		Importações da SADCC	
	Milhões de USD	%	Mihões de USD	%
ANGOLA	6,6	0,7	36,7	3,7
BOTSWANA	164,4	17,3	180,0	18,4
LESOTHO	1,0	0,1	6,0	0,5
MALAWI	103,7	10,9	105,3	10,9
MOÇAMBIQUE	30,4	3,2	121,3	12,4
SUAZILÂNDIA	14,3	1,5	11,8	1,2
TANZÂNIA	13,3	1,4	65,2	6,7
ZÂMBIA	155,6	16,4	172,8	17,7
ZIMBABWE	460,7	48,5	277,9	28,5
TOTAL	950,5	100,0	977,0	100,0

FONTE: Robert Davies: "A Statistical Profile of the SADCC Countries in the 1980's", p.15

QUADRO X
DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO NEGRA ESTRANGEIRA NA RAS
(1972-1986) - (Milhares hab).

	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986
OTSW.	31 960	46 192	33 357	37 016	43 159	42 527	34 464	32 463	23 200	29 169	26 262	25 967	26 433	27 814	28 244
ESOT.	131 749	148 856	134 667	152 188	160 634	173 867	155 623	152 023	140 746	150 422	140 719	145 796	138 443	139 827	138 193
.....															
UAZIL.	10 108	10 032	9 984	16 390	20 750	18 195	14 054	13 005	19 853	13 417	13 659	16 773	18 823	22 255	21 914
MOÇAM.	121 708	127 188	139 993	150 738	111 257	68 232	79 168	61 550	56 424	54 391	52 323	61 818	60 407	68 665	73 186
MBAB.	-----	3 258	5 961	8 890	32 716	37 919	27 494	21 547	10 377	16 965	11 332	7 742	7 492	7 428	7 304
TOTAL	426 756	475 250	461 638	404 530	381 277	354 152	349 328	316 391	282 919	299 966	271 853	287 119	278 866	296 133	300 252
col.(%)		+11,4	-2,9	-12,4	-5,7	-7,1	-1,4	-9,4	-10,6	+6,0	-9,4	+5,6	-2,9	+6,2	+1,4

NOTE: South African Yearbooks 1973-86. Citado em Gavin Maasdrop & Alan Whiteside: "Economic Relations in Southern Africa - Changes Ahead",
ble MI

QUADRO XI

NÚMERO DE TRABALHADORES NAS MINAS SUL-AFRICANAS
1905-1986 (000 trabalhadores).

ANO	Da RAS	Botswana	Lesotho	Suazilândia	Malawi	Zâmbia Zimbabwe Malawi	Moçambique	TOTAL	% DE FORA DA RAS
1905	12	0,6	1,6	0,6	--	3	59	81	85
1915	93	3	12	5	--	1,1	83	198	53
1927	84	1,5	17	4	--	0,4	108	215	61
1936	166	7	46	7	--	3	88	318	48
1946	126	7	38	6	--	32	96	305	59
1956	116	10	40	5	--	60	183	335	65
1966	131	19	64	4	--	56	109	383	66
1971	87	16	69	5	--	108	102	386	78
1975	122	17	86	7	--	16	118	365	67
1976	142	19	85	8	--	30	44	331	57
1982	258	18	99	9	15	(16)	47	448	42
1983	269	19	101	11	17	--	45	463	42
1984	304	18	105	12	18	--	49	506	40
1985	315	20	109	14	20	--	48	536	41
1986	350	21	115	16	21	--	61	583	40

FONTE: Gabriele Winai Strom: "Labour and Migrant Labour in Destabilized and Future Southern Africa.", p.66.

QUADRO XIIEMPREGADOS NAS MINAS SUL-AFRICANAS
(1978-1987) - (Milhares trab.)

	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988
PAIS DE ORIGEM											
BOTSWANA	18 358	18 350	18 826	17 016	18 766	17 334	18 599	18 861	18 619	17 519	16 873
ESOTHO	83 197	75 243	69 560	71 041	65 194	64 264	75 787	83 387	91 733	102 133	99 088
JAZILÁNDIA	12 208	11 263	9 262	10 264	11 920	12 194	12 152	12 796	15 176	17 014	17 236
ALAWI	29 379	17 843	11 491	13 080	13 876	13 361	16 050	17 613	19 046	18 592	3 490
MOÇAMBIQUE	37 904	25 090	37 734	33 928	35 732	37 157	42 294	52 410	44 258	39 599	33 805
AS	311 380	265 790	248 333	250 226	239 943	232 550	262 478	270 878	272 159	252 764	239 969
TOTAL	492 426	413 579	395 206	395 555	385 431	376 860	427 360	455 945	460 991	447 621	410 461

ONTE: TEBA ANNUAL REPORT, citado em Gavin Maasdorp & Alan Whiteside: "Economic Relations in Southern Africa-Changes Ahead.", Table M2

QUADRO XIII

REDE DE DESEMBOLSO DE ASSISTÊNCIA OFICIAL AO
DESENVOLVIMENTO DE TODAS AS FONTES PARA OS PAÍSES DA
SADCC, 1980, 1986-1990
(Milhões de USD)

PAÍS	1980	1986	1987	1988	1989	1990
ANGOLA	53	131	135	159	146	211
BOTSWANA	106	102	156	151	159	151
LESOTHO	94	88	108	108	127	138
MALAWI	143	198	280	366	396	450
MOÇAMBIQUE	169	422	651	893	762	923
NAMÍBIA	0	(15)	(17)	(23)	(59)	(62)
SUAZILÂNDIA	50	35	45	38	29	54
TANZÂNIA	679	681	882	982	916	1.155
ZÂMBIA	318	464	430	478	389	430
ZIMBABWE	164	225	294	273	265	336
TOTAL*	1.776	2.346	2.981	3.448	3.189	3.848

* Os totais excluem a Namíbia.

FONTE: DAC Development Report 1991 and previous years, citado em Bertil Odén: "Factors Affecting the Flows of External capital to Post-Apartheid Southern Africa.", p.227.

QUADRO XIV
IMPORTANTES DOADORES PARA OS PAÍSES DA SADCC EM 1985
(Milhões de USD)

PAÍS	EUA	ITÁL.	RFA	R.U.	HOL.	CAN.	JAP.	FINL.	NOR.	SUÉ.	DIN.	CEE	TOTAL SEM NÓRD.	% SEM PAÍSES NÓRD.	PAÍSES NÓRD. TOTAL
ANGO.	7	16	3	--	8	2	--	--	--	19	1	7	36	4%	20
BOTS.	11	--	13	6	2	5	--	--	11	7	2	3	37	5%	20
LESO.	9	1	8	3	1	5	1	1	1	7	2	8	38	5%	11
MAL.	6	--	12	14	3	4	5	--	--	--	5	11	44	6%	5
MOÇA.	47	28	5	9	25	5	4	3	21	34	6	25	123	15%	64
SUAZ.	8	--	2	1	--	4	1	--	--	1	--	2	16	2%	1
TAN.	20	35	33	23	37	30	29	16	45	49	37	30	207	26%	147
ZÂM.	36	1	19	23	16	11	41	12	17	23	6	30	147	18%	58
ZIM.	56	7	27	25	18	17	9	5	8	24	6	4	159	20%	43
TOTAL	210	88	122	104	110	83	90	37	103	164	65	120	807	101%	369

* A Posição dos EUA em Moçambique, em 1985, deveu-se ao facto de se terem triplicado as entregas de alimentos sob os auspícios do programa "Food for Peace". Estas entregas representaram 65% da assistência dos EUA a Moçambique.
FONTE: Tom Ostergaard: "Aiming Beyond Conventional Development Assistance." p.137.

QUADRO XV
O ESTADO DE FINANCIAMENTO DOS PROJECTOS DA SADCC
POR SECTORES (1989)

MILHÕES DE USD			DOSQUAIS				SITUAÇÃO				
SECTOR	Nº PROJ	TOTAL	Estrangeiros	%	Locais	%	Assegurados	%	Em Negociação	%	Fé
*Energia	80	426,99	408,10	95,58	18,48	4,33	128,79	30,16	29,94	7,01	26
*Alimentação, Agricultura e Rec. Naturais.											
Invest. Agric. e Formação	14	112,63	99,83	88,64	12,80	11,36	74,34	66,00	0,51	0,45	37
Pescas, Floresta, Vida Selvagem	46	227,78	217,29	95,39	10,49	4,61	75,82	33,29	0,14	0,06	15
Segurança Alimentar	31	181,53	144,21	79,44	37,32	20,56	65,68	36,18	1,40	0,77	11
Produção de Gado, Controlo de Doenças	15	112,29	67,09	59,75	45,20	40,25	74,00	65,90	15,70	13,98	22
Conservação do Solo, Água e Terra.	13	35,78	32,76	91,60	3,02	8,40	14,41	40,30	--	--	21
* Indústria e Comércio.	14	14,04	13,89	98,93	0,15	1,07	3,30	23,50	--	--	10
*Desenvolvimento dos Rec. Humanos	29	25,53	25,53	100,0	--	--	8,98	35,17	--	--	16
*Actividade Mineira	39	69,51	61,43	88,38	8,08	11,62	35,65	51,29	3,78	5,44	30
*Turismo	8	10,49	10,27	97,90	0,22	2,10	1,88	17,92	--	--	8,6
* Transportes e Comunicações	201	5096,9	4575,5	89,77	521,40	10,23	2053,90	40,30	210,40	4,13	2832
TOTAL	490	6313,4	5655,9	89,40	657,16	10,60	2536,75	40,70	261,73	4,20	3514

1- A Coluna " Assegurado" inclui recursos locais e estrangeiros.

2- A Coluna " Em Negociação" refere-se a recursos para os quais já existe uma fonte de financiamento perfeitamente identificada e uma grande probabilidade desse mesmo financiamento se concluir dentro de um prazo de tempo específico.

3- Os totais não incluem projectos já completados ou retirados.

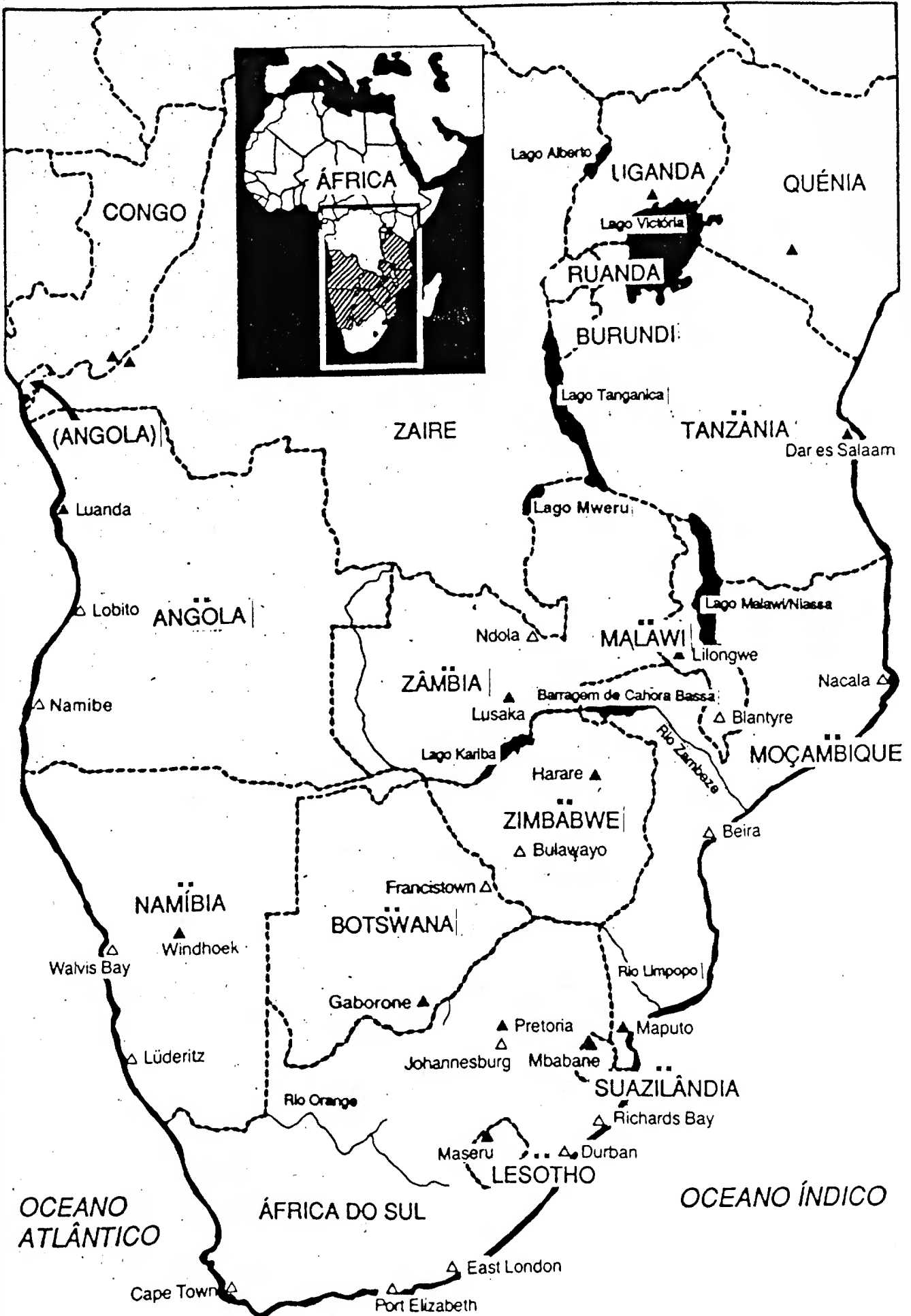
FONTE: Relatório Anual sobre os progressos da SADCC, Julho de 1988 - Agosto 1989, in AWEPA: "O Futuro da África Austral: O Papel da Europa - A SADCC nos Anos 90, Uma Responsabilidade Colectiva.", p.39.

QUADRO XVIO ESTADO DE FINANCIAMENTO DOS PROJECTOS DA SADCC
POR SECTORES (1992)

SECTOR	Nº DE PROJECTOS	CUSTOTOTAL(USD)	ASSEGURADO (USD)
Cultura e Informação.	2	9.5	0.0
Energia.	83	751.4	247.8
Investigação Agrícola e Formação.	17	272.0	80.4
Pescas (rios), Florestas e Vida Selvagem.	53	255.5	134.4
Segurança Alimentar.	30	203.1	64.5
Produção de Gado e Controlo de Doenças.	17	104.1	65.5
Ambiente e gestão da Terra.	13	80.0	27.1
Pescas e Recursos Marítimos.	6	123.1	1.3
Indústria e Comércio.	17	20.1	4.5
Desenvolvimento dos Rec. Humanos.	26	30.4	16.8
Actividade Mineira.	30	24.8	4.7
Turismo.	8	4.5	3.5
Transportes e Comunicações.	216	6,652.3	3,102.7
TOTAL	518	8,530.7	3,753.2

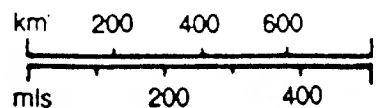
* A coluna "Assegurados" inclui recursos locais e estrangeiros.

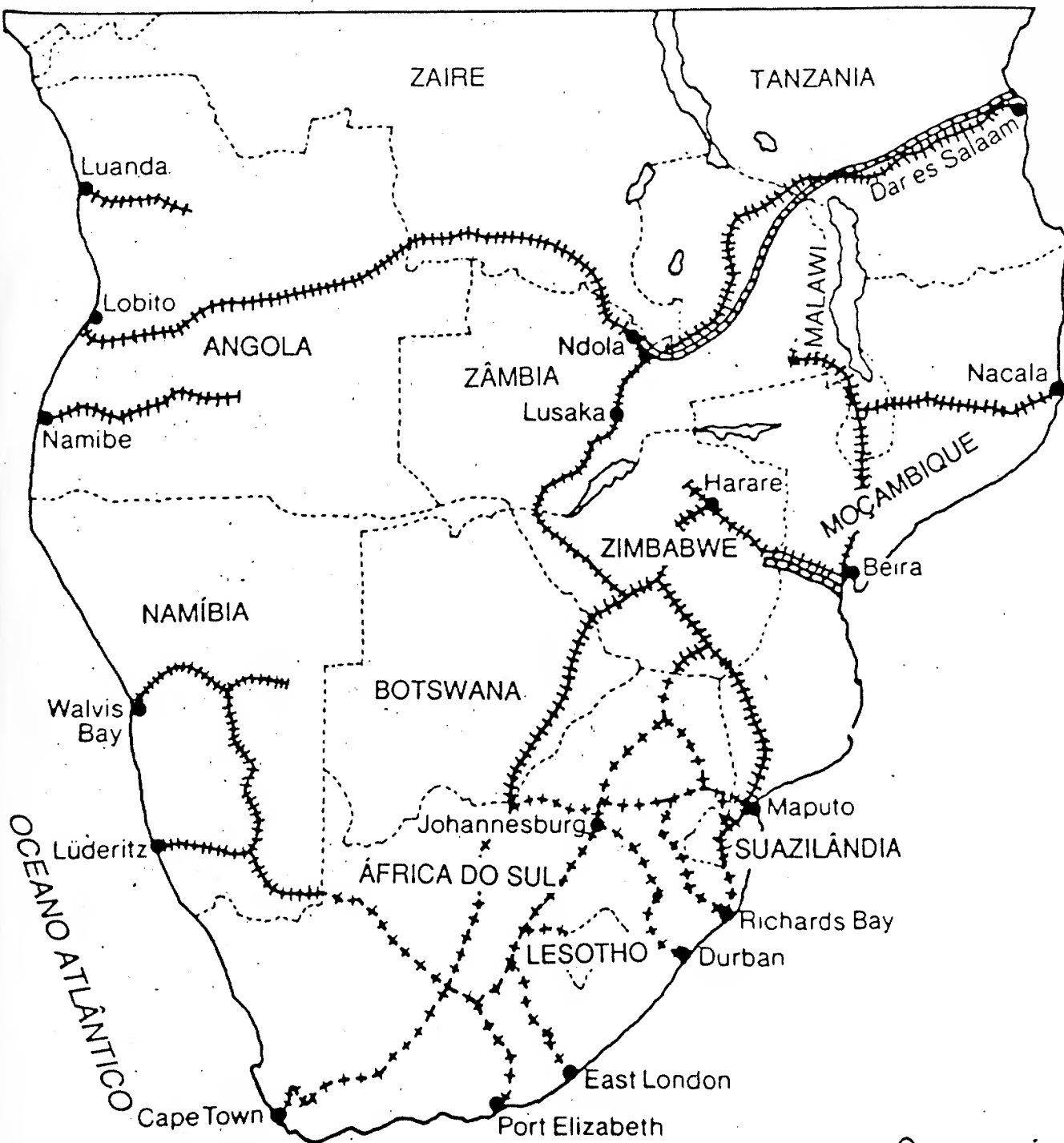
FONTE: Africa South of The Sahara ed.1994, p.115.



ESTADOS MEMBROS DA SADCC

África Austral





- ++++ Caminhos de Ferro do SADCC
- Caminhos de Ferro da Africa do Sul
- ▭▭▭▭ Oleadutos
- Fronteiras Internacionais

PORTOS E CAMINHOS DE FERRO

Estados Membros da SADCC

